



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS**

Maria Inês da Rocha Cavalcanti

**Histórias de re-existência em Mariana:
desafios da reconstrução da vida de mulheres no desastre**

**RIO DE JANEIRO
2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS**

Maria Inês da Rocha Cavalcanti

**Histórias de re-existência em Mariana:
desafios da reconstrução da vida de mulheres no desastre**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof. Dra. Lucimara Rett

Coorientador: Prof. Dr. Gustavo Martins Machado

Orientadora *in memoriam*: Prof. Dra. Marta de Araújo Pinheiro

Ficha Catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

d. da Rocha Cavalcanti, Maria Ines
. Histórias de re-existência em Mariana:
desafios da reconstrução da vida de mulheres no
desastre / Maria Ines da Rocha Cavalcanti. -- Rio
de Janeiro, 2024.
168 f.

Orientador: Lucimara Rett.
Coorientador: Gustavo Carvalhaes Xavier Martins
Pontual Machado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2024.

1. Psicossociologia com comunidades. 2.
Decolonialidade. 3. Desastres socioambientais. 4.
Gênero. 5. Re-existência. I. Rett, Lucimara ,
orient. II. Carvalhaes Xavier Martins Pontual
Machado, Gustavo, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Inês da Rocha Cavalcanti

Histórias de re-existência em Mariana: desafios da reconstrução da vida de mulheres no desastre

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Aprovada em

Prof. Dra. Lucimara Rett UFRJ/ EICOS

Prof. Dr. Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado UFRJ/ EICOS

Prof. Dra. Claudia Reinoso Araújo de Carvalho UFRJ/ EICOS

Prof. Dra. Catalina Revollo Pardo UFRJ/ EICOS

Prof. Dra. Simone Santos Silva Oliveira FIOCRUZ

Prof. Dra. Sandra Rufino Santos UFRN/PRO

AGRADECIMENTOS

A jornada do doutorado foi longa, mas nunca me senti só. Estive sempre muito bem acompanhada com muitas mãos e ombros amigos.

Primeiramente, agradeço a todas as mulheres que estiveram comigo, de alguma forma, no campo e, especialmente, as que participaram da pesquisa e são co-autoras desta tese. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço e honro a querida orientadora Marta Pinheiro, *in memoriam*, que nos deixou em 2022. Essa pesquisa só começou com seu incentivo e inspiração.

À professora Lucimara Rett que chegou ao meio desta jornada, cuidadosa e atenciosa, e tem sido uma excelente orientadora com muita paciência e dedicação.

Ao querido amigo co-orientador Gustavo Machado que me acompanhou sempre de perto com ótimos apontamentos e muita humanidade.

Às mulheres da minha família, especialmente a minha avó paterna que faleceu durante a pesquisa, em 2023. “Eu sou porque nós somos”.

Às minhas queridas amigas que estiveram lado a lado comigo ao longo dos quatro anos, sendo minha rede de apoio, me escutando, vibrando comigo e me incentivando a continuar. Com vocês o caminho foi mais divertido.

Ao Kayo que me recebeu em Ouro Preto e foi um ótimo amigo.

Aos encontros do grupo de pesquisa que trouxeram insights e escuta deixando o processo mais prazeroso e enriquecedor.

Aos colegas, professores do programa EICOS e membros da secretaria, principalmente ao Ricardo por estar sempre pronto a ajudar e a resolver as questões de última hora.

“Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra [...]”

“[...] Desde 1500 tem mais invasão do que
descobrimento [...]”
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês.”

Parte do Samba - Enredo - Histórias Para Ninar
Gente Grande - G.R.E.S. Estação Primeira de
Mangueira 2019

A todas as mulheres que bravamente
re-existem em um país machista-patriarcal

CAVALCANTI, Maria Inês da Rocha. **Histórias de re-existência em Mariana: desafios da reconstrução da vida de mulheres no desastre.** Orientadora: Lucimara Rett e co-orientador: Gustavo Martins Machado. Rio de Janeiro, 2024 Tese de Doutorado (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa EICOS - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

Em cinco de novembro de 2015, ocorreu o maior desastre socioambiental da história do Brasil. O rompimento da barragem do Fundão, em Mariana/MG, é fruto do modelo extrativista-colonial-patriarcal e impactou profundamente milhares de pessoas. Famílias perderam seus territórios e suas casas, tendo que, compulsoriamente, mudar para a cidade de Mariana. A presente pesquisa foi construída dentro da perspectiva da psicossociologia com comunidades, em uma abordagem qualitativa a partir das Histórias de Vida e da Observação Participante, tendo como referência os estudos de desastre e gênero, com Oliveira, Valencio, Barrios, Acosta, Enarson e Fothergill, além da visão decolonial com Kilomba, Mignolo, Lugones e Quijano. Ao todo, dezesseis mulheres foram contatadas e quatro entrevistadas. Busquei compreender como essas mulheres estavam após o evento crítico, além dos seus impactos em suas identidades, cotidianos e fazeres. O crime-desastre socioambiental, que também foi um crime de gênero, causou desestruturação total de suas vidas, com a perda do bem viver e a falta de perspectiva futura; um sofrimento que é sentido até hoje, quase nove anos depois. Então, pude perceber que essas mulheres vivenciaram traumas individuais e coletivos, além da retraumatização causada pela constante luta para serem validadas como atingidas, assim como, na busca pelos seus direitos: o que resultou também em uma tripla jornada de trabalho. Portanto, é a partir da não dissociação deste corpo-território que essas mulheres re-existem ao desenvolverem na práxis um feminismo decolonial e comunitário, pois criaram um movimento político, conectado com as necessidades reais de cada atingido e do território.

Palavras-chave: psicossociologia com comunidades; decolonialidade; desastres socioambientais; gênero; re-existência.

ABSTRACT

On November 5, 2015, the largest socioenvironmental disaster in Brazil's history occurred. The rupture of the Fundão dam in Mariana, Minas Gerais, is a product of the extractive-colonial-patriarchal model and has profoundly impacted thousands of people. Families lost their territories and homes, being forced to move to the city of Mariana. This research was conducted from the perspective of community psychosocial studies, using a qualitative approach based on Life Histories and Participant Observation. It references studies on disaster and gender by Oliveira, Valencio, Barrios, Acosta, Enarson, and Fothergill, as well as the decolonial perspective of Kilomba, Mignolo, Lugones, and Quijano. A total of sixteen women were contacted and four were interviewed, seeking to understand how these women are doing after the critical event and its impacts on their identities, daily lives, and actions. The crime-disaster, which was also a gender crime, caused a complete destructuring of their lives, with the loss of the “well living” and the lack of future perspective; a suffering that is still felt today, almost nine years later. Thus, it can be seen that these women experienced individual and collective trauma, as well as retraumatization caused by the constant struggle to be validated as victims and in the search for their rights, which resulted in a “women's triple shifts”. Therefore, it is from the non-dissociation of this body-territory that these women re-exist by developing a decolonial and community-based feminism in practice, as they created a political movement connected to the real needs of each affected person and the territory.

Key words: Psicossociology with communities; Decoloniality; Socioenvironmental disasters; Gender; re-existence.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa do município de Mariana
- Figura 2: O percurso da lama
- Figura 3: Antes e depois da Lama em Bento Rodrigues
- Figura 4: Paracatu depois da lama
- Figura 5: Distância da Barragem do Fundão
- Figura 6: Agenda Semanal da Casa dos Saberes.
- Figura 7: Mural na Comissão dos Atingidos.
- Figura 8: Pauta da reunião da comissão dos atingidos.
- Figura 9: Novo Bento Rodrigues em obras.
- Figura 10: Placa no caminho para Bento Rodrigues.
- Figura 11: Casa destruída e tomada pelo mato.
- Figura 12: Casa abandonada com marcas da lama.
- Figura 13: Casas destruídas pela lama em Bento Rodrigues.
- Figura 14: Caminho para chegar a Capela.
- Figura 15: Placa “Para que não se repita”.
- Figura 16: Capela das Mercês.
- Figura 17: Pessoas em volta da Capela das Mercês.
- Figura 18: Pessoas “abraçando” a capela das Mercês.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANM - Agência Nacional de Mineração
APA - *American Psychological Association*
BBC - *British Broadcasting Corporation*
BHP - *Billiton Broken Hill Proprietary*
BRF - Barragem de Rejeitos do Fundão
CABF - Comissão dos Atingidos da Barragem do Fundão
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CARE - Cooperative for Assistance and Relief Everywhere
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
ESF - Estratégia de Saúde da Família
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIOCRUZ- Fundação Osvaldo Cruz
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
MPF - Ministério Público Federal
OXFAM - Oxford Committee for Famine Reliefe
PAEMB - Plano de Ação Emergencial de Barragens
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
RCLE - Registro de Consentimento Informado
SIGBM - Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração
TEPT – Transtorno de Estresse Pós-traumático
TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduto
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA PESSOAL E MOTIVAÇÃO	13
INTRODUÇÃO.....	15
1. BREVE HISTÓRICO DA MINERAÇÃO	20
1.1 A mineração no Brasil.....	21
1.2 Mariana e a dependência da mineração	24
2. TRAGÉDIA EM MARIANA.....	27
2.1 Territórios Atingidos.....	33
2.2 Racismo Ambiental em Mariana.....	38
2.3 Impactos Psicossociais.....	40
2.3.1 <i>A perda do território</i>	45
2.3.2 <i>Emoções e afetos</i>	48
2.3.3 <i>Trauma e sofrimento social</i>	50
2.4 Reconstrução em Mariana	52
3.1 A violência contra as mulheres.....	56
3.2 Interseccionalidade.....	62
3.3 De Vítimas a agentes de mudanças.....	65
3.4 Corpo Território	67
4. METODOLOGIA.....	72
4.1 Histórias de vida.....	74
4.2 Observação Participante	76
4.3 Etapas da Pesquisa.....	77
4.3.1 <i>Levantamento Bibliográfico</i>	77
4.3.2 <i>Produção de Dados</i>	78
4.3.3 <i>Análise dos Dados</i>	79
5. DISCUSSÃO.....	82
5.1 Relato de Campo	82
5.1.1 <i>Pré-Campo em 2019 e 2020</i>	82
5.1.2 <i>Campo em 2023</i>	84
5.2 Primeira História: mulheres da roça.....	107
5.2.1 <i>Paracatu – vida na roça</i>	107
5.2.2 <i>A vida após rompimento</i>	109
5.3 Segunda História:mulheres de re-existência.....	112

5.3.1 <i>A vida antes do rompimento</i>	112
5.3.2 <i>A lama e o choque</i>	113
5.3.3 <i>Luta e vida após o rompimento</i>	116
5.4 Terceira História: mulheres que inspiram mulheres.....	119
5.4.1 <i>Vida antes do rompimento: Gama e o sentido de comunidade</i>	119
5.4.3 <i>A vida após o rompimento: jornada tripla</i>	122
5.5 Quarta História: mulheres que lutam pelo território.....	128
5.5.1 <i>A vida antes do rompimento: a vida na roça</i>	128
5.5.2 <i>Cinco de novembro de 2015: desespero e resistência</i>	129
5.5.3 <i>A vida após o rompimento: sofrimento e luta</i>	131
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE A–ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	159
APÊNDICE B – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE)	160
APÊNDICE C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	164

TRAJETÓRIA PESSOAL E MOTIVAÇÃO

Sempre escutei que estar no doutorado seria um processo transforma(dor). E não por acaso, eu sempre quis pesquisar sob o recorte de gênero, podendo escutar mulheres e falar de mulheres, talvez por saber que essa transformação passaria por me colocar e escutar a minha própria voz.

Com o mestrado, tive a oportunidade de estudar o empreendedorismo feminino a partir do olhar das mulheres da Maré e suas relações com os seus negócios, com a comunidade e com o território, passando pelas questões do mundo do trabalho e suas subjetividades. Juntamente com essa experiência, fui coordenadora de um projeto de capacitação empreendedora para os atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana.

Mas antes de estar em Mariana, lembro-me do primeiro contato e impacto com a mineração em 2012, quando estive em Potosi, onde a mineração está por toda parte, desde as lojas e pessoas vendendo prata nas ruas, aos resquícios das minas pela cidade. Os guias turísticos retratavam com muita dor todo processo de exploração. Perceber como o capital e a extração da mineração, tanto oprimem, quanto valorizam o econômico, sem considerar as questões socioambientais, me fez refletir sobre mim e a minha visão de mundo.

E assim, lembro também do primeiro contato com o rompimento em Marina que começou com a empolgação de ser contratada por um projeto tão importante e depois a primeira vez que encontrei o grupo e as mulheres. Em Mariana era nítido o quanto aquelas mulheres estavam sofrendo e que havia crimes de gênero. Ali eu soube que a forma como deveria ser a minha atuação era de extrema importância e determinante. O executivo americano Bill O'Brien, que trabalha com a Teoria U¹, tem uma frase que eu gosto muito e que me orienta: “o sucesso da intervenção depende da condição interna do interventor”. Então, eu sabia que estar em um campo ferido, era também olhar para as minhas próprias feridas e traumas. E em 2020, no mesmo ano em que comecei o doutorado, iniciei a formação em Experiência Somática (abordagem para lidar com o trauma), por indicação do meu terapeuta que achava que seria

¹Teoria U é uma metodologia, um “framework” para aprender, liderar, inovar e promover mudanças profundas nos sistemas, segundo o site da própria instituição (Presencing Institute,2024).

importante para mim, por imaginar que eu seria bastante atravessada e que precisaria saber cuidar de mim também. Os dois processos, doutorado e a formação, me transformaram.

Uma sociedade que marca as pessoas pela sua cor: brancos e não brancos, pelo seu gênero: mulheres e homens e pela sua identidade de gênero: cis e trans, entre outras, é uma sociedade extremamente opressora. E hoje, com mais consciência dos meus privilégios de mulher branca, de classe média, heterossexual, moradora do Rio de Janeiro, entendo que também é privilégio poder se cuidar e cuidar dos seus traumas. E assim, compreendo que minha visão de mundo passa pela minha história familiar, uma família disfuncional, misógina e com muitas violências de gênero, abusos e opressões. Portanto, para mim, falar sobre trauma e gênero não é fácil, assim como também não foi fácil escutar as histórias e ver tanto sofrimento e naturalização do que é ser mulher e o seu papel na sociedade. Mas gosto de me lembrar que falar de trauma é falar da potência que está bloqueada e que precisa ser liberada.

Então, é partir dessa compreensão do meu lugar de sujeito, mulher e aprendiz no processo, e do lugar dessas mulheres que aloco minha pesquisa no Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), na Linha de Pesquisa1–Ecologia social, comunidades e sustentabilidade, que aborda questões contemporâneas nas interfaces socioambientais e ancoradas nas relações entre sociedade, cultura e natureza, para então pensar novos caminhos. Com esta investigação, viso contribuir para a discussão dos impactos dos desastres nas vidas das mulheres brasileiras, tanto na pesquisa acadêmica no Brasil, quanto na minha experiência pessoal e profissional.

INTRODUÇÃO

Parto, nesta investigação, da ideia de que não há atitudes neutras e de que processos de investigações são reflexões articuladas que revelam posicionamentos políticos e subjetivos (Grosfoguel, 2009), onde conhecimentos são situados e corporificados (Haraway, 1995). Portanto, escrevo este texto em primeira pessoa e começo dizendo quem eu sou - mulher branca, heterossexual, de 40 anos, nascida e criada no Rio de Janeiro em uma família de classe média - pois entendo que isto possibilita ao leitor uma compreensão mais transparente do estudo que foi realizado. Enfatizo que esta é uma pesquisa com uma perspectiva epistêmica feminista, decolonial e psicossocial.

Uma investigação, por exemplo, onde mulheres são sujeitas plurais e as histórias aqui relatadas são específicas e não universais. Ao longo do percurso, busquei sair da lógica reducionista que, como Vandana Shiva (2021) diz: “está longe de ser um acidente epistemológico”, em que a cosmovisão reducionista, a revolução industrial e a economia capitalista são os componentes filosóficos, tecnológicos e econômicos de um mesmo processo. Portanto, dentro desta lógica:

a natureza, as mulheres e os não-brancos apenas fornecem matéria-prima. A desvalorização das contribuições das mulheres e da natureza anda de mãos dadas com o valor atribuído a atos de colonização como atos de desenvolvimento e aperfeiçoamento. A separação, que significa alienação, torna-se um meio de propriedade e controle (Mies; Shiva, 2021, p.25-26).

Diversas autoras co-relacionam a exploração da natureza à exploração dos corpos e trabalho das mulheres. Em “*The death of nature*”, Carolyn Merchant (1990) diz que a mudança de pensamento legitimou a exploração das mulheres e também da natureza. Se antes a natureza era considerada geradora de vida, com a ciência moderna, essa natureza foi reduzida a matéria-prima.

O crime-desastre provocado pela Samarco em Mariana (2015) faz parte dessa lógica de exploração. Mais de oito anos depois, os efeitos ainda são sentidos pela população, sendo que a lama persiste no Rio Doce, impactando negativamente toda a população atingida, agravando vulnerabilidades sociais preexistentes nesses territórios, além de criar novas situações de vulnerabilização (Relatório FGV, 2022). Considerado o maior desastre

socioambiental relacionado à mineração de rejeitos de minério de ferro do mundo (Dias, 2017; Quadros, 2019), a tragédia revelou as vulnerabilidades da comunidade além de expor suas fragilidades (Zhour, 2016). Os efeitos do neoextrativismo² são visíveis para além dos impactos sociais e ambientais. Gudynas (2015) os chamou de efeitos derrame da mineração, os quais podem ser observados nas instituições, nos governos, na economia, nos sistemas jurídicos e na legislação, em diferentes escalas e níveis. Zhour (2016) destaca também que as violências materiais e simbólicas intrínsecas à mineração somam-se às violências epistêmica, racial e de gênero.

O crime-desastre em Mariana/MG atingiu mais de 1.500 pessoas, sendo que dezenove morreram, e as comunidades rurais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram destruídas (Dias, 2017). Desde então, diversas famílias tiveram suas vidas reviradas e impactadas. As pessoas que sofreram diretamente com o rompimento da barragem foram desalojadas e se mudaram para casas alugadas em Mariana. Desta maneira, os atingidos se viram em um lugar no qual não se sentiam pertencidos, atravessados pela ruptura de uma identidade construída ao longo de anos, em que as mulheres são vistas como a referência mais forte de pertencimento ao território. Como argumenta Mbembe (2018), toda a identidade é traduzida em termos territoriais.

Desastres atingem os indivíduos e populações de maneiras desiguais, sendo que as mulheres são as mais vulneráveis a esses impactos; elas experimentam uma desvalorização de seu trabalho, enfrentam circunstâncias sociais que as colocam em maior risco de danos corporais, apresentam um aumento da dependência econômica, têm a mobilidade social limitada e, além disso, as circunstâncias trabalhistas se tornam mais desfavoráveis, levando-as a sofrer uma perturbação em seus modos de vida (Barrios, 2017). Mulheres são afetadas de maneira particular justamente pelos papéis sociais que lhes são historicamente impostos. Assim, essas mulheres passam por uma desconstrução na sua identificação com a casa, com a comunidade, com a família, com o fazer, resultando na perda do sentido de vida. E no contexto pós-desastre, muitas vezes há o aumento das

²Modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada (Gudynas, 2009).

desigualdades entre homens e mulheres, como um reforço dos papéis tradicionais de gênero (Centemeri; Topçu; Burgess, 2021).

Portanto, eventos extremos, como o Rompimento da Barragem do Fundão, aumentam os índices de violência contra mulheres e meninas, onde o próprio processo de reparação é também responsável pela violência, já que nega a elas autonomia financeira, além de não garantir a sua de vida e proteção, gerando demora ou ineficiência na resolução dos problemas de gênero.

Ao estar em Mariana entre os anos de 2019 e 2020 coordenando o projeto “Inovando Futuros”, que tinha como objetivo desenvolver o empreendedorismo e planejar futuros de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, pude perceber os impactos do desastre na vida das pessoas e, principalmente, das mulheres, que tinham suas batalhas diárias para “seguir adiante”, a vontade de esquecer o ocorrido, ao mesmo tempo que se sentiam paralisadas por não terem mais suas casas, nem a vida na “roça”.

Nesse período, foram realizados diversos encontros coletivos e de acompanhamento individual com moradores das comunidades atingidas de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues (subdistritos de Mariana e que serão abordados adiante), como forma de apoiá-los em seus negócios e vidas pessoais. O projeto era exclusivo para as pessoas que tinham sido atingidas pelo rompimento da barragem e as turmas acabaram sendo formadas em sua maioria por mulheres que relatavam as dificuldades de seguir com suas vidas. E a cada encontro que eu tinha com esses grupos, eu me sentia atravessada e me fazia pensar sobre as opressões: as minhas e as coletivas, que todas nós mulheres sofremos. Além da dor, também me tocavam a vontade de viver dessas mulheres e a suas lutas por direitos e pela reconstrução de suas vidas, de maneira digna.

Com base nessa experiência e no contato com mulheres atingidas, nesta tese busco compreender os impactos do desastre na identidade, no cotidiano, em seus fazeres e em como elas estão nesse processo de reconstrução. E assim conhecer suas histórias de vida e como elas reelaboraram seus espaços, adaptando-se às novas dinâmicas sociais; compreender o lugar que o luto ocupa e como elas lidam com a dor; as complexidades locais – sociais e psicossociais – ligadas ao território e à identidade; aprofundar a compreensão

sobre a influência dos papéis de gênero e dos novos arranjos sociais na reconstrução pós-desastre e aprofundar a compreensão sobre os desastres no Brasil.

Pois, é conhecendo histórias comuns que conhecemos a dimensão do evento (Das, 2020). A ideia não foi criar uma amostra representativa, mas interagir, compreender, vivenciar e descrever o cotidiano e suas relações.

Portanto, para chegar nesse lugar de aproximação e compreensão, realizei uma pesquisa qualitativa, iniciada por um levantamento bibliográfico e documental referente ao tema dos desastres e gênero, depois realizei entrevistas orientadas pelo método da história oral, além da observação participante. A abordagem teórica e conceitual privilegiou a perspectiva da reprodução desenvolvida a partir de estudos de desastres e gênero, com Valencio, Oliveira, Barrios, Acosta, Enarson, Ensor e Fothergill, além da visão decolonial com Kilomba, Mignolo, Lugones e Quijano. A abordagem decolonial entende que a realidade de América Latina requer outras visões de mundo que levem também em consideração os conhecimentos e experiências das populações locais tradicionais, que visem a decolonialidade do poder (Mignolo, 2007), que compreendam que na “construção de um mundo, diversos mundos e conhecimentos podem coexistir” (Faria; Wanderlei, 2013, p.572).

A Psicossociologia foi abordada a partir das relações individuais e subjetivas junto com as perspectivas coletivas e sociais, valorizando as vivências e as comunidades locais, buscando compreender o cotidiano das mulheres atingidas à medida que elas afetam o seu território ao mesmo tempo em que são afetadas por ele. Com o entendimento da importância da interdisciplinaridade, busquei compreender os desastres para além dos aspectos ambientais e econômicos, olhando também para as questões sociais e psicológicas que envolvem as mulheres que foram atingidas, a partir do olhar das mesmas, buscando trazer um aprofundamento dessas narrativas e vozes, e assim também um atravessamento acadêmico, pela realidade que envolve a interseccionalidade composta por gênero, raça e desastres.

Após a introdução ao tema, o primeiro capítulo dedica-se ao contexto da mineração no Brasil, entendendo que o rompimento da barragem está inserido em um modelo de exploração e do neoextrativismo. No segundo, busquei ampliar o olhar sobre a tragédia em Mariana, para no terceiro correlacionar os

estudos de desastres e de gênero, e assim no quarto capítulo, abordar a metodologia que foi utilizada e suas etapas. No quinto encontram-se a análise dos resultados da pesquisa e as histórias das mulheres. E, por último, as considerações finais apresentam como as mulheres desta pesquisa se veem e quais as relações e os impactos do crime-desastre socioambiental em suas vidas e cotidiano.

Por fim, este estudo se justifica, pois buscou ampliar o debate sobre as questões de gênero e desastres. As pesquisas, em geral, raramente abordam questões de mudança social após desastres por meio de estudos de longo prazo sobre resultados de recuperação, incluindo o papel desempenhado por condições socioeconômicas pré-existentes na formação de trajetórias pós-desastre (Centemeri; Topçu; Burgess, 2021). Como diz Anna Tsing (2019; 2022), precisamos conhecer as histórias de destruição e assim narrar as histórias que emergem das ruínas, onde adiar o fim do mundo é poder contar mais uma história (Krenak, 2020b).

1. BREVE HISTÓRICO DA MINERAÇÃO

Neste capítulo faço um brevesumo do histórico da mineração na América Latina e no Brasil, e os seus impactos, para então chegar à relação da mineração com o município de Mariana.

Primeiramente, vale lembrar que o Estado moderno nasceu ao longo do século XVI juntamente com o Estado mineiro (Aráoz, 2020; Segato, 2021). E que a mineração não é um tipo qualquer de extrativismo, mas uma forma extrema: tanto por ser constituinte do sistema-mundo-capitalista-colonial-patriarcal como também por seu modelo de exploração e saqueio devastador com consequências de longa duração. A América não se incorporou a uma economia-mundo capitalista já existente, uma economia-mundo-capitalista não teria ocorrido sem a América, portanto a precondição do sistema-mundo moderno é a colonialidade (Segato, 2021). Tal sistema é constituído pelo binarismo e hierarquia de gênero, raça e também de natureza e cultura (Lugones, 2020; Ferdinand, 2022), no qual se estabelece uma escala vertical de valores que coloca “o Homem” acima da natureza e que tem como pressuposto a legitimidade dos colonizadores europeus em se apropriarem de terras, onde o escravizado era colocado fora de cena e não reconhecido como sujeito político e também era mantido fora da condição da humanidade.

Ressalto que a mineração só funciona com apoio do Estado, das grandes corporações e sob a lógica e o discurso, quase que natural, de que sem ela não haveria progresso, onde outro mundo não seria possível. Desta forma, cria-se uma enorme dependência dos produtos minerais, que acabam sendo essenciais às sociedades e economias contemporâneas, em que até muitas necessidades básicas não podem ser satisfeitas sem recorrer a tais produtos. A mineração moderna naturalizou a exploração, fez dessa base a civilização e formou o espírito capitalista. Junto com desenvolvimento tecnológico, o mundo do conforto e a vida do consumo (Bauman, 2008) são todos fenômenos dependentes da mineração. Logo, se tudo provém da mineração, quem poderia se opor?

Mas há também um paradoxo, que foi chamado de Paradoxo de Potosi, cidade na Bolívia que tem um dos maiores índices de minérios e um dos PIB mais baixos, onde, a mineração está associada ao colonialismo e à apropriação destrutiva das populações, dos territórios e dos recursos por parte

das forças sociais hegemônicas que empreenderam a conquista e a produção do “novo mundo”. Sendo assim, a mineração segue como a veia aberta mais lacerante e sangrenta de nossa história, onde as violências do modelo minerador se apresentam como praticamente inesgotáveis. E ela é a atividade industrial mais contaminante do mundo. Para além dos impactos do período de exploração, a natureza dessa atividade faz dela um foco perene de contaminação. Já não se trata de apenas impactos locais e presentes, mas de que as explorações contemporâneas possam causar degradações das condições de moradia, sustentação e salubridade de territórios distantes de pontos de localização e por períodos prolongados (Aráoz, 2020).

1.1 A mineração no Brasil

O Brasil, que tem sua história marcada pela mineração desde 1500 até os dias de hoje (Fernandes; Araújo, 2016), teve a sua formação social estruturada a partir do colonialismo, do racismo e do patriarcado, que juntos aprofundam a condição de desigualdade e exploração de determinados grupos sociais (Silva, 2022).

As atividades minerárias tiveram início no século XVIII com as expedições dos bandeirantes que buscavam metais preciosos. O seu apogeu aconteceu com a descoberta de ouro em Minas Gerais. A atividade de mineração foi chamada de “Ciclo Econômico do Ouro” e durou cerca 70 anos. Nesse período, o Brasil era responsável pelo equivalente a 50% do total da produção mundial, cerca de mil toneladas de ouro e três milhões de quilates de pedras preciosas (Figuerôa, 1994).

No século XIX, as minas foram abertas à iniciativa privada, atraindo os ingleses, belgas e franceses para extração de ferro e de ouro, reativando minas anteriormente exploradas e abandonadas por falta de tecnologia. No século XX, o país passou por um processo de industrialização e houve um grande crescimento mineral. Em 1934, criou-se o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e depois também foram criadas novas empresas siderúrgicas como a estatal Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. Durante o período da ditadura militar, o setor mineral brasileiro tornou-se cada vez mais internacionalizado e voltado ao atendimento da demanda externa. Na ocasião, a Companhia Vale do Rio Doce

se consolidou no cenário mundial como um dos grandes produtores e exportadores de minério de ferro. Nos anos 2000, o extrativismo se reestruturou na América Latina e passou a ser chamado de neoextrativismo (Fernandes; Araújo, 2016).

Incentivado pelo *boom* das *commodities*, os governos enxergaram a oportunidade de intensificar a exploração dos bens naturais (Svampa, 2020). Sobre esse novo extrativismo, um estilo de desenvolvimento é mantido com base na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva pouco diversificada e altamente dependente de uma inserção internacional e dos fornecedores de matérias-primas, enquanto o Estado desempenha um papel mais ativo e alcança uma maior legitimidade através da redistribuição de uma parte do excedente gerado pela extração. De toda maneira, impactos sociais são repetidos e negativos para o ambiente (Gudynas, 2009, p.188).

Houve um aumento nas importações de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (correspondendo a um crescimento de 630%), os preços subiram exponencialmente, com o preço da tonelada seca de minério de ferro indo de US\$ 32 em 2003 para US\$ 196, em 2008. Esse período ficou conhecido como o megaciclo das *commodities*, ou o *boom* do minério, havendo incentivos promovidos pelos governos neoliberais aos investimentos internacionais, principalmente reformas voltadas para a liberalização do setor mineral, o que continua com os governos conhecidos como progressistas em diferentes países. Foi então que empresas mineradoras, principalmente as de ferro, intensificaram suas operações. Com isso, multinacionais como a Vale S.A.³, Broken Hill Proprietary (BHP Billiton) e outras, ampliaram vultuosamente a exploração de minério na América do Sul, com destaque para o ano de 2010, quando o valor do minério alcançou seu ápice.

Na divisão estadual, Minas Gerais e Pará seguem como os estados que mais faturaram em 2023, com mais de R\$ 3,1 bilhões e com R\$ 2,6 bilhões, respectivamente, segundo a Agência Nacional da Mineração. O país possui, atualmente, 906 barragens cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM). A Barragem do Fundão está localizada no município de Mariana, em Minas Gerais. Segundo o *report* sobre

³A empresa Vale foi fundada em 1942 com o nome Companhia Vale do Rio Doce e em 2009 substituiu a nomenclatura para Vale S.A. (IBRAM, 2009).

as Barragens de Mineração da Agência Nacional de Mineração (ANM), em janeiro de 2022 havia 905 barragens cadastradas no SIGBM, das quais 350 estavam localizadas em Minas Gerais, sendo que do total, 454 estavam enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB⁴. Atualmente, existem 94 barragens em situação de emergência declarada, sendo que 47 estão no estado de Minas Gerais, segundo o *report* mensal de barragens de mineração, de junho de 2024.

Em uma sociedade que correlaciona crescimento apenas com crescimento do capital, a destruição da natureza e as externalidades desse sistema passam despercebidos (Mies; Shiva, 2021). E mesmo o Brasil sendo um país minerador desde o período colonial, a população brasileira desconhece o funcionamento desse modo de produção e como ocorre a exploração deste recurso natural tão importante para o país, desconhecendo também o ônus da atividade:

- A contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água; as renúncias fiscais na água, energia e no imposto de circulação de mercadorias;
- Os gastos com a criação e manutenção de infraestrutura de transportes (tanto em estradas como em minério-dutos e ferrovias);
- A construção e manutenção de represas de rejeitos; destruição de formas de produção tradicionais;
- A sobrecarga do sistema de saúde local;
- O aumento da violência urbana; os gastos com o crescimento populacional repentino;
- A instabilidade nos preços do minério de ferro no mercado internacional;
- A concentração de renda; a renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas; os constantes “acidentes” de trabalho;
- A superexploração do trabalho. Uma economia de saberes locais que se transforma em uma economia importadora e de serviços, empobrecimento estrutural, esvaziamento territorial (Aráoz, 2020).

⁴Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), a “PNSB tem o objetivo de garantir que padrões de segurança de barragens sejam seguidos, de forma a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, além de regulamentar as ações e padrões de segurança”.

O extrativismo, por mais que possa trazer preocupações ecológicas imensas, tornou-se um componente central das estratégias econômicas dos países da América Latina, seja de esquerda ou de direita, e sem exceção (De La Cadena; 2019; Svampa, 2020), mantendo a posição de colônia e o padrão estabelecido pelo colonialismo.

1.2 Mariana e a dependência da mineração

O município de Mariana está localizado em Minas Gerais, estado que carrega em seu próprio nome a forte relação com a mineração, refletindo assim, na identidade de seus moradores.

Fiquei pensando no destino trágico do território que carrega este nome, Minas Gerais...o lugar onde estou é chamado de Quadrilátero Ferrífero. É de um mau gosto enorme dar um nome desses para um lugar. O que ele quer dizer? Que estamos ferrados. Duas barragens, uma em Mariana e outra em Brumadinho, derramaram ferro em cima da gente. O longo processo de desenvolvimento dessas tecnologias que nos enchem de orgulho também encheu os rios de veneno. Eu falei de esquarterar a Terra, mas nem será preciso: a maquinaria que esses caras enfiam nas montanhas, o que ocorreu na bacia do rio Doce — esse rio cauterizado pela lama da mineração —, é uma sondagem tão invasiva da Terra que já a dilacerou (Krenak, 2020, p.14).

A cidade de Mariana, situada no norte da zona da mata mineira, no vale do Ribeirão do Carmo, rodeado por montanhas, foi a primeira capital do estado, a primeira vila e também sede do primeiro bispado. A cidade foi construída para abrigar as novas capelas e prédios da administração colonial. Suas ruas estão em linhas retas e com praças retangulares, podendo ser considerada como a primeira cidade planejada de Minas Gerais e uma das primeiras cidades do Brasil. Suas casas coloniais contam parte da história do país e se misturam com edificações mais recentes. As ruas se mesclam entre asfaltadas e calçamento de pedra (Silva; Vieira, 2019). Em Mariana, a mineração está enraizada no imaginário e na subjetividade de sua população, pois é uma atividade vivenciada por diversas gerações nas famílias, além de fazer parte do cotidiano.

Sua economia é dependente, principalmente, da extração de minérios e do turismo. O estado apresenta arrecadação superior aos demais estados brasileiros, com R\$ 3,1 bilhões arrecadados em 2023, segundo a Agência

Nacional de Mineração (2024). Se inicialmente tal dependência era de cunho econômico, posteriormente ela se traduziu também em dependência política e social, se tornando um fenômeno multidimensional.

Mesmo produzindo incontáveis riquezas ao longo da história, a região não desfrutou de um desenvolvimento autônomo e justo, sofrendo com a concentração de renda, marginalização social, desemprego e subordinação política (Coelho, 2012). Tal dependência refletiu no Produto Interno Bruto(PIB) que, em 2016, reduziu 58% em relação a 2014, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, quando há um foco exclusivo nas rendas e fluxos de caixa medidos pelo PIB, isso significa que a teia da vida em torno de mulheres, crianças e meio ambiente é excluída da preocupação central. Paralelamente a isso, Shiva e Mies (2021) reafirmam que é um padrão colonial que a contribuição da natureza, das mulheres e das crianças para o crescimento da economia de mercado seja negligenciada e negada.

A criação de desigualdade surge de duas maneiras: primeiro, as desigualdades na distribuição de privilégios e poder levam a um acesso desigual aos recursos naturais. Em segundo lugar, a política do governo permite que processos de produção intensivos em recursos tenham acesso à matéria-prima da qual muitas pessoas, especialmente dos grupos econômicos menos privilegiados, dependem para sua sobrevivência. Os custos da destruição de recursos são externalizados e divididos de forma desigual entre vários grupos econômicos da sociedade, mas esses custos são suportados em grande parte pelas mulheres e por aqueles que dependem diretamente da natureza (Mies; Shiva, 2021).

Com a expansão e o desenvolvimento do município de Mariana, ocorreu a formação de novos distritos e subdistritos, entre eles, o subdistrito de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, conforme é possível observar no mapa abaixo (figura 1) com as localidades. Bento Rodrigues foi um centro de mineração de ouro relevante durante o século XVIII, que fez parte da chamada Estrada Real, um roteiro turístico chancelado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), criado em 1999, com cerca de 1600 quilômetros de extensão (Silva, 2016).

Figura 1: Mapa do município de Mariana



Fonte: site Estado de Minas, 2018

Para Mies e Shiva (2021), as represas, minas, usinas de energia, bases militares, são os templos da nova religião chamada “desenvolvimento”, uma religião que fornece a razão para o estado modernizador, suas burocracias e tecnocracias. O que é sacrificado no altar desta religião é a vida da natureza e a vida das pessoas (Mies; Shiva, 2021).

Relembro que as relações sociais em cidades mineradas, como Mariana, são influenciadas pelas empresas de mineração que se inserem na comunidade, buscam organizar a vida local e geram dependência econômica, política e social (Rosa, 2019). E a cidade que tem nome de mulher vive, desde sua origem, uma relação de exploração e violência.

2. TRAGÉDIA EM MARIANA

Neste capítulo, apresento o Rompimento da Barragem do Fundão e as suas complexidades, entendendo que foi um crime-desastre socioambiental com impactos psicossociais e um processo de reparação que se prolonga por mais de oito anos.

No dia 5 de novembro de 2015, por volta das 16h, aconteceu o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, no município de Mariana/MG, e de parte da barragem de Santarém, caracterizando, o maior desastre ambiental da história do Brasil e o maior do mundo relacionado às barragens de rejeito. A figura dois representa o caminho da lama, de Minas Gerais até o Espírito Santo.

Figura 2: O percurso da lama.



Fonte: Veja.com, 2015

Primeiro, o rompimento da barragem de Fundão faz parte da reprodução espacial e histórica de mais de 300 anos de mineração. E para falar desta tragédia é preciso ampliar as formas como conhecemos o desastre, onde os estudos de desastres focam em explicações e soluções técnicas, mas muitas vezes não compreendem a temporalidade e a extensão de seus impactos como sendo ambientais e também sociais. Há diversas reportagens e

documentários que relatam a tragédia como por exemplo: Rio de Lama e Memórias Rompidas⁵. Ressalto, também, que os moradores das comunidades atingidas não escolheram localidades de risco para morar, pois o projeto minerário foi instalado após a habitação dessas comunidades. Bento Rodrigues, por exemplo, tem origem em 1697.

A pesquisadora brasileira Norma Valencio (2009) define desastre como sendo uma situação de estresse coletivo relacionado a um acontecimento físico perturbador, causando distúrbios graves e multidimensionais na rotina de uma coletividade, como uma “disrupção que ocorre como fenômeno social e como acontecimento físico” (Valencio; Siena, 2009, p. 59), além de gerar uma ruptura na dinâmica social, afrouxando a ordem social. Portanto, os desastres são acontecimentos socialmente construídos, influenciados pelo contexto social onde estão inseridos, trazendo para o centro da discussão a relação intrínseca entre sociedade/natureza de forma mais evidente, em que eles também são abordados como processo, pois não terminam com o fim do fenômeno/evento e também não são naturais. Eles são processos multidimensionais e multicausais, em que o meio social está diretamente envolvido na devastação (Rezende; Portella; Oliveira; 2020; Saldanha, 2021). Portanto todo desastre é social, uma vez que reflete as condições socioeconômicas, e a degradação dos ecossistemas do ambiente atingido (Carvalho; Oliveira, 2020).

Corroborando com essa ideia, a antropóloga mexicana Virginia García Acosta (2021), que faz parte do La Red⁶, considera que desnaturalizar os desastres é uma mudança de paradigma. Como os desastres são socialmente construídos é preciso esclarecer que as ameaças também são socialmente construídas; considerar os desastres de pequeno e médio porte e não apenas os de grande magnitude; e identificar a relação intrínseca entre risco, desenvolvimento e gestão ambiental. Assim como, a distribuição desigual de recursos, o subemprego, a migração e os conflitos são alguns dos elementos ativos do desastre. A antropóloga, juntamente com outros pesquisadores latino-

⁵ Documentário Rio de Lama de Tadeu Jungle e Memórias rompidas da TV Assembleia
<https://www.youtube.com/watch?v=7zQQzqSkJq0> e
<https://www.youtube.com/watch?v=uxGORp0HGic>

⁶ LA RED foi formada em 1992 por um grupo de instituições e profissionais da América Latina cujo objetivo é estimular e fortalecer o estudo social da prevenção aos desastres. Site: <https://www.desenredando.org/>

americanos, buscou promover uma perspectiva relacionada à vulnerabilidade e prevenção inspirada pela ideia de que os desastres não são naturais e que a construção social do risco de desastre está relacionada à geração e criação de condições de vulnerabilidade e desigualdades socioeconômicas, assim como a produção de novos perigos que foram identificados como riscos socionaturais (Acosta García, 2018).

Aqui vale enfatizar os processos de vulnerabilização que, segundo Acsehrad (2010), são processos nocivos pelos quais as comunidades tradicionais passam decorrentes das incidências de empreendimentos e políticas em seu território, caracterizando uma exposição desigual dessas populações ao risco proveniente do modelo de acumulação de capital. Ao desnaturalizar os desastres estamos também fortalecendo os movimentos comunitários que são a base para que outras produções de conhecimento e saberes possam emergir.

Portanto, devemos entender que desastres são mais do que rupturas temporárias a serem gerenciadas apenas com resposta humanitária; seus impactos não devem ser reduzidos apenas por intervenções técnicas, pois estão intimamente relacionados a atividades de desenvolvimento sustentável nos campos social, econômico e ambiental (Oliveria et al, 2021).

O rompimento da Barragem em Mariana foi considerado pelo Estado brasileiro como um desastre tecnológico, aquele que é decorrente da ação humana (Rosa, 2019). A pesquisadora Andreia Zhouri (2016) acrescenta um ponto adicional e o considera como “sociotécnico”, fruto da negligência humana e que enfatiza o processo para além de um erro meramente técnico. O conceito inclui também uma abordagem sociológica problematizando “o processo sócio-histórico e a dinâmica socioespacial” (Valencio, 2014, p.343). Já a Defesa Civil, o classificou como sendo um “desastre” de Nível IV, “desastre de muito grande porte”, o qual gera graves danos e prejuízos, assim, afetando não só o ambiente e as comunidades próximas, mas também tudo e todos que se localizavam ao longo de 500 km de distância até o litoral do Estado do Espírito Santo, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA, 2015).

Com o rompimento da Barragem foram lançados no meio ambiente cerca de 34 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração de ferro, atingindo rios, córregos e vegetações, além de serem soterradas residências e

propriedades. Ecossistemas inteiros, numa escala micro e macrorregional, foram destruídos, atingindo trinta e cinco municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo. Muitos desses danos são caracterizados como irreparáveis. Em poucas horas após o rompimento da barragem, a lama chegou ao rio Doce, provocando aumento na turbidez da água e promovendo a morte de milhares de peixes e outros animais.

Os primeiros danos a se observar foram a completa aniquilação dos anfíbios, mamíferos e animais de pequeno porte, cujos habitats estabelecidos às margens dos rios foram soterrados pelos resíduos. Morreram também animais domésticos e de produção. Além da mortandade de peixes, aves aquáticas foram afetadas ao se alimentar de peixes mortos e contaminados. Houve impacto sobre as espécies nativas da fauna, principalmente, por causar a perda do habitat natural desses animais ou por comprometer sua reprodução.

Os municípios atingidos sofreram diversos prejuízos como na agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços. Por exemplo: em Mariana, o setor industrial teve prejuízo contabilizado em R\$ 215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais). Já no município de Barra Longa/MG, os prejuízos sofridos teriam sido, principalmente, na pecuária e no comércio, com perdas estimadas em 14.567.881,00 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais) e R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), respectivamente. Em Santa Cruz do Escalvado/MG não foi diferente, houve paralisação de extração de areia e ouro, na comercialização de peixes e no turismo, o que totalizou o valor de R\$689.418,00 (seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais em danos). Profissionais perderam empregos, proprietários rurais perderam suas condições de produzir, mais de 6.500 pescadores perderam sua fonte de renda, segundo o Ministério Público Federal (MPF, 2016).

Como apresentarei adiante, percebemos que o evento provocou um profundo trauma, sobretudo na parcela deslocada, deixando-a sob pressão psicológica e em condições completamente distintas de sua forma de vida original, consequência da desterritorialização. Muitas famílias perderam todos os seus bens materiais (maquinários, semoventes, plantações, automóveis, vestuários, utilidades domésticas, dentre outros), o modo de vida pacífico e a rotina do convívio diário na comunidade, sendo obrigadas a viver

temporariamente em casas alugadas na cidade, enredadas em negociações diárias e até hoje inconclusas, submetidas a uma espera angustiante pelo reassentamento e incertezas sobre o futuro. Os efeitos são continuados e se multiplicam ainda hoje.

O rompimento da barragem causou incontáveis danos à natureza, às pessoas e às comunidades, impactando profundamente na identidade desse território. Foram dezenove mortes imediatas e milhares de pessoas deslocadas, que enfrentaram a perda de suas casas, terra, plantações e criações. Os povoados de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram devastados pela lama.

Relembro aqui, também, o histórico da Barragem de Rejeitos do Fundão (BRF) que foi inaugurada em 2008 com objetivo de reter o material resultante dos processos de beneficiamento de minério. Em apenas quatro meses após o início de funcionamento, o reservatório precisou ser interditado por problemas técnicos e, logo depois, teve início o que se chama de afloramento de água no dique principal. A partir daí foram sucessivos problemas de intensidades e gravidades variáveis. A BRF pertencia à empresa Samarco que é controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. De acordo com o projeto inicial, a BRF era composta por dois diques. O Dique 1 armazenava somente resíduos arenosos e o Dique 2 armazenava resíduos finos, a lama. Era classificada como categoria III, a de mais alto risco em função da altura do maciço, volume do reservatório (Mota et al, 2017).

As barragens de resíduos acumulam os rejeitos da atividade mineradora, de terra a metais pesados. A natureza do material armazenado é relevante pela forma e complexidade que a barragem irá tomar, como também pelo tempo de armazenamento, pois elas não poderão ser removidas mesmo após o fechamento da respectiva mina (Mota et al, 2017). O material depositado na BRF era composto, aproximadamente, por 70% de detritos arenosos e 30% de finos/lama. Em janeiro de 2012, a BRF acumulava cerca de cinco milhões de metros cúbicos de rejeito, enquanto, em 2014, o volume estava em 41 milhões de metros cúbicos e ocupava uma área de cerca de um milhão de metros quadrados. Em outubro de 2015, o reservatório já acumulava 51 milhões de metros cúbicos (Faria; Botelho, 2018) e a ocorrência de fenômenos sísmicos

como causadores da ruptura da BRF foi afastada (Lacaz; Porto; Pinheiro, 2017). Zhouri (2016) aponta as seguintes hipóteses para o rompimento:

- Entupimento do sistema de drenagem de líquido da barragem que impede infiltrações e erosões de dentro para fora da estrutura;

- Existência de uma falha “princípio de ruptura” devido ao aparecimento de uma trinca;

- Aumento no ritmo da deposição de rejeitos. Entre 2009 e 2014, o ritmo de despejos de rejeitos cresceu 83%, chegando a 55 milhões, fator que contribuiria para desestabilização da barragem.

A legislação brasileira de barragens (Lei nº 12.334 de 20 de setembro de 2010)⁷ estabelece que é responsabilidade do empreendedor garantir a segurança de suas estruturas e que a fiscalização das atividades de mineração é compartilhada entre o DNPM, autarquia subordinada ao Ministério de Minas e Energia, e os órgãos licenciadores estaduais.

Falar do rompimento da barragem de Fundão é falar da violência estrutural do sistema capitalista (Wanderley et al, 2016). Violência que se institucionaliza por meio de um conjunto de práticas e discursos que a legitimam (Rosa, 2019). Portanto, podemos dizer que a tragédia em Mariana foi um crime-desastre socioambiental. Desastre sendo a origem dessa tragédiadiretamente relacionada ao modelo da megamineração de minério de ferro que fez do Brasil o segundo maior exportador e a empresa Vale, a maior produtora mundial. A megamineração não traz somente lucro, mas também perigos, mortes e destruição ambiental.

O sistema de lavra a céu aberto, típico na extração de ferro que predomina no Brasil, causa mortes de trabalhadores, além de grandes áreas desmatadas. A construção de usinas de beneficiamento de aço gera poluição atmosférica, destruição de aquíferos formados em regiões ferríferas e produção de quantidades gigantescas de rejeitos acumulados nos lagos das barragens. Ao longo dos últimos 50 anos, aconteceram pelo menos 37 desastres em barragens de mineração ao redor do mundo considerados muito graves (Bortolon, 2018), sendo o da Samarco, o maior deles. Portanto, o desastre da Samarco não é só uma fratura exposta das falhas na gestão de riscos de

⁷ Lei nº 12.334 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm

barragem por parte da empresa, mas também, das frágeis políticas e instituições existentes para a redução de riscos. Podemos considerar que temos um grande conjunto de sérias ameaças e riscos de desastres em barragens de mineração espalhado pelo país.

E é por isso que precisamos dar lugar aos impactos socioambientais, às dores das pessoas e territórios atingidos, para tanto gerar compreensão, quanto novas formas de lidar com a atividade em si e seus impactos, para tanto evitar outros crimes-desastres, quanto poder apoiar de formas diferentes as populações já impactadas, como veremos a seguir.

2.1 Territórios Atingidos

Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima e Ponte do Gma são comunidades que viviam essencialmente do autosustento e da convivência entre si. Bento Rodrigues era subdistrito de Santa Rita Durão (distrito de Mariana), que em 2015 tinha 318 anos de existência, sendo um importante centro de mineração nos séculos XVII e XVIII. No povoado viviam cerca de 600 habitantes que trabalhavam em pequenos comércios, na agricultura de pequena escala e com criação de animais. Bento Rodrigues também fazia parte do Caminho dos Diamantes da Estrada Real (Hunzicker, 2019).

Figura 3: Antes e depois da Lama em Bento Rodrigues



Fonte: Site: Notícias r7

Paracatu de Baixo, que está localizado no distrito de Monsenhor Horta, tinha aproximadamente trezentos habitantes. Era considerado um local estratégico, pois estava localizado no caminho entre outras comunidades como Pedras e Campinas, Águas Claras e Furquim. Em Paracatu de Cima havia propriedades rurais distribuídas de forma espalhada ao longo do Rio Gualaxo do Norte. Os sítios e fazendas eram destinados ao plantio de lavouras, à pastagens e à criação de animais, principalmente gado bovino leiteiro. A produção, em sua maioria, era de subsistência e também parte de trocas com outros produtores locais. A socialização ocorria pelas relações de trabalho e pelo convívio que acontecia principalmente no Rio Gualaxo do Norte. Os laços entre as comunidades eram estreitos e ambas participavam ativamente das festividades uma da outra (Cáritas, 2022).

Figura 4: Paracatu depois da lama



Fonte: site G1

A ocupação da região de Ponte do Gama, pertence ao Distrito de Monsenhor Horta, é da primeira metade do Século XVIII devido à extração de ouro e atividades rurais. A comunidade era caracterizada pela presença de quintais com hortas, pomares e criação de animais, sendo a porção frontal dos lotes adornada com jardins floridos e a paisagem contornada por áreas de mata (Cáritas, 2022).

A primeira localidade a ser afetada foi a comunidade de Bento Rodrigues, local mais próximo a barragem. Dos 612 moradores locais, estima-se que 400 estavam na comunidade no momento do desastre. Cinco pessoas morreram, seis moradores tiveram ferimentos graves e foram hospitalizados. Todos perderam suas casas, terrenos, hortas, pomares e 82% das casas ficaram destruídos. Milhares de animais de criação e de estimação morreram. O segundo vilarejo a ser atingido pela lama foi Paracatu de Baixo, que fica a 35 quilômetros de Mariana, onde residiam 108 famílias. Com o aviso dos bombeiros os moradores correram para o cemitério. As casas da parte alta também escaparam da destruição.

Figura 5: Distância da Barragem do Fundão



Fonte: Revista dois pontos

Os moradores do distrito relataram que: 68% tinham medo em relação ao rompimento das barragens; 94% reclamaram quanto à poluição das águas causada pelas operações da mineradora e 64% temiam que suas propriedades pudessem ser desapropriadas pela empresa. O evento surpreendeu a todos e, para sobrevivência, eles tiveram que ir às pressas para os lugares mais altos da região. Como o resgate só chegou na manhã do dia seguinte, as pessoas ficaram “ilhadas” aguardando (MPF, 2016). Apesar de a empresa possuir um Plano de Ação Emergencial de Barragens (PAEMB), o plano e os impactos foram subdimensionados e não incluíam treinamento de pessoas e da

comunidade do entorno, não havendo sirenes ou outro meio de comunicação eficaz que pudesse avisar toda a população das comunidades atingidas (IBAMA, 2015). Com o rompimento da barragem, aqueles que já eram afetados pela operação do complexo minerário sofreram perdas de vida e a deterioração de sua saúde, além do comprometimento permanente da sua territorialidade (Zhourri, 2018). A lama destruiu por completo os distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, além de atingir Paracatu de Cima, Barra Longa, Pedras, Camargos, Ponte da Gama, Santa Rita, Borbas, Bicas e mais trinta e quatro municípios ao longo da Bacia do Rio Doce que tiveram que enfrentar diversos danos, como o apagamento de suas histórias que re-existiam há mais de trezentos anos (Passos; Lisbôa, 2022).

Importante ressaltar que as mulheres latino-americanas muitas vezes permanecem em estado de submissão e dependência (Lugones, 2008) e é justamente por essas limitações que mulheres da zona rural desenvolvem sua autonomia dentro da própria casa, como, por exemplo, com a venda de quitutes e artesanatos, e por isso acabam não tendo seu trabalho e salário reconhecidos. Essa concepção tem por base a divisão sexual do trabalho e a hierarquia social que coloca o valor do trabalho feminino como secundário. O trabalho da mulher no contexto rural é compreendido como inferior, de baixa remuneração e complementar no orçamento das famílias, enquanto o trabalho e a renda primordial viriam do homem. Como a terra é a base de produção da vida e a base material para o trabalho das mulheres rurais, elas também são as mais dependentes do acesso aos recursos comunitários e figuram como as maiores impactadas com a privatização dos bens comuns (Silva, 2022). No entanto, essas mulheres são também agentes de relacionamento dentro da comunidade, ao construírem laços de afetividade e solidariedade, onde a dissolução da comunidade e da rede de apoio e proteção corrobora com a sobrecarga no trabalho doméstico, antes partilhado com a vizinhança (Silva, 2022). Habitar um local diz respeito a um conjunto de relações que são construídas de forma temporal e histórica, algo que concede ao local em questão e aos seus habitantes, uma identidade comum (Zhourri, 2016). Essas relações geram um sentimento de pertencimento daquelas pessoas com o lugar, o que constitui uma identidade territorial, uma identidade que está estruturada pelo território tanto no sentido simbólico quanto concreto.

As comunidades atingidas passaram pelo processo de desterritorialização e reterritorialização, tendo que se deslocar para um outro lugar com diferentes condições sociais e econômicas. Haesbaert (2014), a partir de Deleuze e Guattari (2009), apresenta a desterritorialização e a reterritorialização como processos indissociáveis, ou seja, quando há um movimento de desterritorialização, há também um movimento de reterritorialização, sendo a desterritorialização, o movimento pelo qual se abandona o território, e a reterritorialização, o movimento de construção do território. O processo de reterritorialização em Mariana foi marcado por uma ruptura da identidade dos atingidos, tanto individual quanto coletiva, que está relacionada aos grupos sociais ligados ao território, e que agora se perdeu (Silva; Faulhaber, 2020).

A perda territorial das comunidades atingidas revela os impactos da mineração. Antes mesmo do desastre, suas paisagens já haviam sido alteradas devido ao aumento do controle das mineradoras, que substituiu as conexões e relações pela exploração dos recursos naturais. Portanto, a mineração é uma atividade-chave na reconfiguração das paisagens e na intensificação dos conflitos socioambientais. Tudo isso é um sintoma do Antropoceno: nova era geológica no qual o equilíbrio metabólico do planeta Terra foi alterado devido às ações humanas. Entre os fatores que têm contribuído para essa desregulação, está o alto índice de desmatamento com fins de desenvolver atividades agropecuárias e extrativistas. É importante ressaltar que se trata de uma escolha política que se tornou hegemônica desde o desenvolvimento industrial, portanto, a mineração está diretamente relacionada ao Antropoceno e sustenta a lógica de desenvolvimento hegemônico.

A antropóloga americana Anna Tsing (2019) nos convida a refletir sobre as consequências de nossas ações neste momento que vivemos, que é marcado pela interdependência entre humanos e não-humanos. Ao questionarmos as raízes históricas e as dinâmicas de poder que sustentam esse modelo de desenvolvimento, torna-se urgente a busca por alternativas que promovam a justiça ambiental, a equidade social e a sustentabilidade ecológica, onde a construção de futuros mais justos e equitativos exige a descolonização do conhecimento e a valorização dos saberes tradicionais.

2.2 Racismo Ambiental em Mariana

Os estudos sobre desastres mostram que eles não afetam as populações de maneira uniforme. Os riscos e impactos recaem, principalmente, sobre os grupos mais vulneráveis, o que também pode ser denominado de racismo ambiental.

racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados— negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (Herculano, 2006, p. 53).

São os grupos discriminados racialmente e as populações de baixa renda, ou seja, grupos mais vulneráveis que são obrigados a arcar com a maior carga dos danos ambientais oriundos do processo de desenvolvimento (Rangel, 2016). Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais que favorecem as empresas impondo altos custos às pessoas negras.

Para Acselrad et al. (2009), a escolha desses locais é motivada pelas características socioeconômicas e raciais da população e não de forma aleatória. A vulnerabilidade econômica de uma região não só propicia a instalação do empreendimento do setor minerário, como passa a ser o fator de dependência para este setor. Portanto, se faz necessário, revelar os processos históricos de invisibilização e de racismo ocasionados por desastres ambientais a que a população negra vem sendo submetida, especialmente na região de Mariana e seus subdistritos, enfrentado o problema em suas raízes, a fim de inverter os processos que fundamentam o racismo ambiental brasileiro, que tem como raiz histórica a escravidão. Devemos lembrar que antes da instalação desses grandes empreendimentos minerários já existiam pessoas residindo nessas comunidades, ou seja, a empresa deveria dar segurança ambiental para os atingidos.

De acordo com o Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil, produzido pela Fundação Oswaldo Cruz:

as principais populações atingidas por desastres ambientais são as que vivem nos campos, florestas e regiões costeiras nos territórios da expansão capitalista: povos indígenas,

agricultores familiares, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (FIOCRUZ, 2010).

Em relação a Mariana, o relatório do grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS, 2015), demonstrou que “as populações residentes nas áreas mais próximas ao rompimento da barragem de Fundão eram, em sua maioria, negros(as)”. Bento Rodrigues, que estava a 6 km da Barragem do Fundão, tinha 84,3% da população total de pretos(as) e pardos(as); Paracatu de Baixo, a 40km, 80%; Gesteira, a 70km, 70,4%; e Barra Longa, a 76km, 67%. Nesse sentido, constatamos que quanto mais próximo à barragem rompida, maior o predomínio da população negra. Desta forma, eram eles que habitavam as áreas mais inseguras e mais expostas aos riscos da atividade mineradora, e que sofreram diretamente o impacto do rompimento da barragem de rejeitos.

Compreendemos que a escravidão moldou o país enquanto sociedade para além de um sistema econômico e foi responsável por formatar condutas e espaços por meio da lógica da diferença/exclusão, definindo de modo muito contundente, desigualdades sociais, fazendo a raça como marcador de diferença fundamental. O racismo no Brasil é estrutural e institucionalizado, e assim “como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (Wermuth; Marcht; Mello, 2020).

Em sua tese sobre os efeitos do racismo cotidiano na vida das mulheres negras, Grada Kilomba (2019) faz referência à plantação, apresentando-a como metáfora de um passado traumático que é reencenado através do racismo cotidiano. “Estou, portanto, falando de um trauma colonial que foi memorizado. O passado colonial foi ‘memorizado’ no sentido em que ‘não foi esquecido’. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer”. Trata-se de uma história coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor. O racismo cotidiano não é um evento violento na biografia individual, como se acredita – algo que “poderia ter acontecido uma ou duas vezes” –, mas sim o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma

colonial, trazendo de volta as cenas de um passado colonial que coloniza novamente (Kilomba, 2019).

A crença de que corpos e populações valem menos perdura até os dias atuais. Em seu ensaio, Achille Mbembe (2018) reforça que a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Desta maneira, a necropolítica assegura a “destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (Mbembe, 2018, p. 135). A necropolítica complementa o conceito de biopoder, de Michel Foucault (1975, apud Mbembe, 2018), que seria um instrumento para regulação das populações, instituída sobre a máxima de “fazer viver e deixar morrer”.

E é a partir do controle institucional sobre as massas que são criadas e aprofundadas as vulnerabilidades que resultarão na segregação de comunidades sob o argumento de proteção do bem-estar de uma sociedade geral (Silva; Gomes, 2021). Todo o contexto que envolve o rompimento de barragens é de racismo e de injustiça socioambiental, e devido aos problemas do desenvolvimento, os grupos sociais tiveram que se retirar ou foram expulsos de seus territórios de forma compulsória e violenta.

2.3 Impactos Psicossociais

Ao olhar para o crime-desastre socioambiental em Mariana, devemos analisá-lo sob a ótica de um evento psicossocial e a partir da totalidade do processo histórico-social que produziu a sua ocorrência. Os efeitos do neoextrativismo passam a dominar não só as esferas do ambiente e da natureza, como também dominar e domesticar os corpos, os sentimentos e as emoções (Aráoz, 2013), sendo possível observar a violência das afetações se impondo no dia a dia das comunidades, impactando não somente o ambiente, mas também os modos de ser, viver e sentir (Zhouri; Bolados; Castro, 2016). Desta forma, causam uma profunda transformação na vida das pessoas: nas estruturas e relações sociais, e também no sistema de significados e em suas subjetividades. O tempo de duração de um desastre se torna o tempo das experiências daqueles que o vivenciam, e tais experiências e perspectivas podem se transformar profundamente ao longo do tempo (Zhouri, 2016).

O município de Mariana foi afetado drasticamente pelo desastre. A dependência da atividade mineradora e a relevância estratégica da barragem agravaram ainda mais a situação, já que por causa do rompimento, as atividades minerárias tiveram que ser paralisadas, reduzindo em 45% a receita municipal, alterando e desestruturando condições socioeconômicas, acentuando desigualdades sociais e gerando instabilidade social e desemprego (Motta, 2021). A falta de planejamento provocou um estado de impotência e incapacidade de reagir frente ao desastre. A tragédia de Mariana evidenciou também que a bacia do Rio Doce era praticamente a única fonte de água para os municípios que a integram, revelando o estado de fragilidade e impotência de uma parcela da população. As atividades mineradoras, ao mesmo tempo em que são risco para as comunidades locais, são também geradoras de subsistência, criando uma relação de dependência econômica e emocional na qual se constrói no imaginário popular, uma ideia de gratidão com a empresa mineradora (Silva, 2020). Sob a ótica freiriana, pode-se observar a relação de opressor *versus* oprimido em que a empresa mineradora exerce a opressão e a comunidade se torna oprimida, já que os oprimidos são todos aqueles que vivenciam diversas formas violentas de ‘ser menos’ e acabam presos às estruturas de dominação, criando assim uma intensa dependência emocional (Freire, 1987).

O rompimento da barragem provocou a saída da população de suas casas e a reterritorialização em Mariana. Tal mudança fez com que os atingidos morassem em um lugar no qual não se sentem pertencentes. Inicialmente foram acomodados em ginásios, em seguida, transferidos para hotéis e, posteriormente, para casas alugadas. Na cidade tiveram que aprender novos códigos de convivência impostos pelo novo contexto, em que palavras como compromisso, casa, liberdade e futuro ganharam novos significados, que talvez até hoje ainda não tenham sido compreendidos e integrados, pois muitos ainda vivem conectados ao luto e ao que perderam, como pude perceber nas entrevistas que serão apresentadas adiante. Crianças acostumadas a uma vida na “roça”, na qual brincavam livres no quintal, na rua, na praça, na quadra, sob e sobre as árvores, passaram a viver a maior parte do tempo trancadas em casa, nos limites de um apartamento na cidade, privadas da liberdade e da convivência da comunidade, que implica numa invasão da intimidade protegida.

Se a casa é um elemento de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos, a perda do exercício cotidiano implica na fragilização do corpo de imagens que confere à família estabilidade em sua territorialidade (Bachelard, 1993).

Dentre as transformações vividas, emerge a identidade de “atingido”, que além de um deslocamento físico e material, experimenta um deslocamento social e cultural. Um sujeito que passa por um processo dramático de sociabilidade forçada em ações políticas e nas demandas burocráticas que lhe são alheias e que irão definir as formas de reparação, bem como os modos de reconstrução do seu viver. Ser atingido faz parte também de um processo de se reconhecer como sujeito de direitos e de ter que aprender a lutar por eles (Zhouri, 2017). Essas novas identidades e formas de dar sentido à experiência vão sendo construídas pelos sujeitos em suas vivências cotidianas, em esferas individuais e coletivas, no âmbito da família e da comunidade. Muitos relatam sofrer preconceitos dos moradores da cidade de Mariana, que relacionam o desemprego causado pela interrupção nas operações da Samarco com a presença dos atingidos pelo desastre. Nas narrativas produzidas no contexto do desastre, as pessoas geralmente se referem a Paracatu e a Mariana como lugares distintos (e não sobrepostos), que marcam uma experiência de vida do antes e depois da lama. A lama acaba se tornando uma presença violenta que revela muitas ausências, faltas e perdas. Segundo relatos de moradores atingidos, “a lama suja até a alma”, interrompe projetos pessoais e coletivos e destrói sonhos, planos e futuros (Vigh, 2008).

A saúde mental de pessoas que passaram por desastres é fortemente abalada, podendo desenvolver manifestações de estresse agudo, estresse pós-traumático, luto complicado, quadros depressivos, comportamento suicida, condutas violentas, consumo indevido de substâncias psicoativas, entre outros (Araújo; Costa; Gonçalves, 2022). Questões emocionais, muitas vezes, começam antes mesmo do evento em si, como foi relatado por muitos moradores que tinham medo de que a barragem estourasse. Em Mariana, os próprios atingidos relataram que estão “sofrendo com o psicológico” e que percebem um sentimento de desânimo com relação à cidade, vontade de ir embora, de não arrumar mais a casa. Contam que a cidade está cheia de esgoto a céu aberto e insetos devido às obras e da presença da lama.

Como veremos adiante, os atingidos acabam tendo que lidar com uma situação traumática. Segundo o pensamento do psicanalista Sándor Ferenczi (1873-1933), os efeitos traumáticos são influenciados pelo o quanto se responsabiliza ou acolhe um sujeito traumatizado – individualmente e coletivamente, o quanto se admite a sua queixa de uma injustiça sofrida, o quanto se reconhece a sua necessidade de reparação.

Desta forma, percebemos que o desastre em Mariana alterou o modo de vida das pessoas da região, que em sua maioria eram pequenos agricultores rurais, pescadores, indígenas e quilombolas. Para além da perda do território, elas perderam também seus meios de subsistência, como o solo, as nascentes e os rios de onde tiravam seu alimento e a água, além da base imaterial de reprodução da vida local e dos saberes tradicionais de suas comunidades, extinguindo, assim, todo um modo de vida ligado ao território. Ainda houve o comprometimento da renda familiar e do autossustento, perda da moradia e dos laços da comunidade. Os pescadores, ribeirinhos e pequenos agricultores extensamente afetados, tanto no consumo quanto na sua produção, tornam-se um grupo com alto risco de adoecimento (Milanez; Losekann, 2016).

Para além do sofrimento como condição inerente à situação de desastre, Martín-Baró (1989) correlaciona o evento traumático como produtor de trauma psicossocial. Para ele, é psicossocial, pois se relaciona com a base material da sociedade, um modo de produção exploratório e uma violência extrema que acarreta em inúmeras perdas e violações. De acordo com Martín-Baró (1989), a natureza do trauma está nas relações sociais nas quais o indivíduo é apenas uma parte. O trauma psicossocial refere-se a um sentimento vivido e perpetuado coletivamente, sendo, portanto, da ordem da memória, dos afetos, da consciência e da ação. Em seus estudos, Zenzele Isoke (2013) identificou que o lar é um lugar de criação, um espaço para afirmar a vida, a história, a cultura e a política. Nele também pode ser expresso o cuidado com as suas comunidades e tal trabalho com a comunidade é visto como uma necessidade. Portanto, quando a mulher perde este espaço, como ficam as suas relações?

Assim, também é pertinente compreender os impactos através de uma lente da micropolítica, que reconhece a interseção entre sistemas políticos, socioculturais e os modos de existência. Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que um sistema político e sociocultural não é uma abstração, mas

sim se manifesta nos modos de existência das comunidades afetadas. Estes modos de existência são moldados pelo regime do inconsciente, onde os afetos emergem como armas de resistência micropolítica do desejo. Contudo, diante de eventos traumáticos como o rompimento da barragem, os sujeitos podem se encontrar em um estado de reatividade, onde a experiência do vazio os torna suscetíveis ao trauma.

Dentro desse contexto, vale lembrar que a voz do sujeito nunca está isolada; ela está sempre em articulação com outras vozes, em constante diálogo e interação. O sujeito se constitui na relação com os outros e, por sua vez, também os constitui (Das, 1997). Dessa forma, o coletivo não é uma mera soma de indivíduos, mas sim uma rede complexa de interações onde os sujeitos se constituem e são constituídos mutuamente, estabelecendo relações que moldam suas identidades e experiências. Quando olhamos para a questão da violência, compreendemos que ela também constitui a vida do sujeito. Ela não está limitada a um evento isolado, mas é intrínseca à dinâmica de constituição do sujeito e do coletivo. Portanto, não termina com um ato específico; ao contrário, ela representa uma ruptura que quebra limites e exige a recomposição do mundo daqueles indivíduos. A experiência da violência se incorpora ao sujeito, moldando sua identidade e suas relações com o mundo.

O corpo, nesse sentido, desempenha um papel fundamental na expressão e na experiência da violência. Ele é mais do que uma entidade biológica; é uma forma de estar no mundo e de comunicar-se com ele. O corpo expressa as necessidades do sujeito e, por vezes, é sua única linguagem, especialmente quando as palavras se mostram insuficientes para dar voz às experiências traumáticas. Assim, a violência pode se tornar tão intrínseca à vida do sujeito que é difícil separá-la de sua própria identidade. Cabe ressaltar aqui, que esse aprendizado sobre trauma aconteceu dentro de mim e nas relações que eu estabeleci e vivenciei nas entrevistas, nas quais muitas vezes precisei estar atenta para perceber, ler e ouvir, tanto os sinais colocados, quanto os silenciosos colocados pelas pessoas, objetos e ambientes, que refletiam muitos traumas que muitas vezes não conseguem ser nomeados ou expressados.

No contexto do rompimento da barragem do Fundão, essa compreensão se torna crucial para avaliar os impactos psicossociais, uma vez que a violência

do desastre não se limita apenas aos danos materiais, mas também permeia as identidades e relações das comunidades afetadas. O crime-desastre socioambiental alterou a dimensão subjetiva da realidade local e estabeleceu um marco temporal no território, um antes e depois do acontecimento, que produziu novos sentidos, crenças e representações (Silva, 2022) e um luto que muitas vezes ainda não consegue ser expressado, revivido ou nomeado.

2.3.1 A perda do território

Ao abordar os impactos do rompimento da Barragem do Fundão precisamos olhar também para o território. A perda do território é a perda dos laços afetivos, das histórias vivenciadas, das memórias e de todo vínculo estabelecido no lugar. Em Mariana, a desterritorialização gerou um sentimento de desapropriação com o próprio futuro, pois além das casas, as pessoas perderam sentidos simbólicos que faziam parte das suas identidades.

Como define o geógrafo brasileiro Milton Santos (1994), território é um objeto dinâmico, vivo, repleto de inter-relações, que tem papel essencial sobre a vida do indivíduo e do corpo social, muito além da visão tradicional da geografia que o considera como um objeto estático com suas formações naturais, englobando as características físicas de uma dada área, e também as marcas produzidas pelos indivíduos (Santos, 1994). Assim, é mais do que o espaço físico, geográfico, mas também um espaço de produção das relações e vínculos afetivos.

Para Anna Tsing (2019; 2022), as paisagens são compreendidas a partir da reunião de relações, e o que surge desses efeitos ou transformações são os modos de ser. Para ela, manter-se vivo é manter colaborações. E a ciência corrobora com a narrativa sobre a superioridade humana com histórias que alimentam pressupostos sobre a autonomia humana, mas que não investigam questões sobre a interdependência das espécies. Como Tsing reforça, a interdependência entre as espécies é um fato bem conhecido – exceto quando diz respeito aos humanos. Portanto, precisamos aprender a sermos interdependentes e a ocupar: “dedicar-se ao trabalho de viver juntos, mesmo onde as probabilidades estejam contra nós” (Tsing, 2019, p. 87).

Contribuindo para essa questão, temos a noção de território de Arturo Escobar. Segundo o antropólogo,

[...] território' não é equivalente à noção de 'terra' no discurso camponês de décadas anteriores. Tão pouco corresponde à concepção moderna de território dentro do ponto de vista do estado-nação, mas questiona-o. No discurso étnico-territorial, o território não é visto tanto em termos de 'propriedade', mas de apropriação efetiva mediante práticas culturais, agrícolas ecológicas, econômicas, rituais. Como tal, o território não tem 'fronteiras' fixas, mas redes porosas com outros territórios vizinhos (Escobar, 2014 p.90).

Isso significa que, tomado como um espaço humano, um território não se restringe às suas características físicas, mas envolve também componentes culturais e simbólicos que são construídos a partir das interações dinâmicas entre o ser humano e esse espaço. Desta forma, o território é dinâmico, o que permite uma visão ampliada e conjunta dos diversos processos sociais, econômicos e políticos, que carrega uma dimensão simbólica e cultural, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômica-política. Somando a isso, o território desempenha também um papel importante na construção da identidade das pessoas. A partir desta construção de identidade se estabelecem vínculos afetivos, as suas referências culturais e históricas que serão transmitidas entre as gerações. As identidades são construídas pelas práticas cotidianas em muitos níveis que operam por meio do envolvimento ativo com o mundo (Escobar, 2010). Como o território é um processo de apropriação sociocultural da natureza e dos ecossistemas que cada grupo social realiza, Escobar (2014) defende que o desenvolvimento deve estar baseado em condições próprias dos lugares.

Malcom Ferdinand defende uma ecologia decolonial, um movimento contrário ao habitar colonial que criou uma Terra sem mundo, e que deixou a pergunta “quem pagará as indenizações pela minha alma” (Heron, apud Ferdinand, 2022, p.61). O que o pesquisador propõe é um movimento do retorno, um movimento em direção ao outro, o movimento do encontro, no qual não se vá em direção a algo que precisa ser apreendido. É um movimento que pressupõe um estabelecimento de relações com os outros em uma política do encontro.

Dentro dessa mesma perspectiva, Alberto Acosta (2016) apresenta o conceito de bem viver, um modo de vida que emerge como um processo profundamente enraizado na matriz comunitária, representando uma oportunidade para construir novas formas de se viver, baseadas na convivência

harmoniosa entre seres humanos e na relação respeitosa com a natureza, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural. Em que se propõem práticas concretas de troca e produção que promovam suficiência e solidariedade, em contraponto à eficiência puramente econômica. É, portanto, uma abordagem decolonizadora que permeia todas as esferas da vida humana, destacando-se como a ética coletiva de suficiência, como fundamentais para o viver bem. Dentro desta perspectiva não existe futuro para uma sociedade baseada na acumulação material mecanicista, pois, para o autor, seria um suicídio coletivo.

Desta forma, o bem viver é uma tarefa de reconstrução que é contrária à ideia de desenvolvimento e progresso e que exige outra relação com a natureza. Está ancorado nas sabedorias e práticas cotidianas dos povos andinos. Mais do que um conceito, é uma vivência. Não se trata de viver melhor, trata-se de construir uma sociedade solidária e sustentável para a comunidade e não para o indivíduo, com instituições que assegurem a vida. Bem viver é saber viver em equilíbrio e harmonia, é conviver (Acosta, 2016). Portanto, é preciso rever o conceito de natureza como construção social e de uma economia que se reencontre com ela, atendendo as demandas da sociedade e não do capital, lembrando que tudo o que fazemos em prol da natureza, fazemos em prol de nós mesmos.

O território é um espaço coletivo composto pelo lugar físico necessário e indispensável àquela população em que homens e mulheres criam e recriam suas vidas. Homens e mulheres fazem usos e se apropriam de formas diferentes do território. Se os homens demarcam o território em sua mobilização para a produção, as mulheres o consolidam por meio de processos de socialização e construção de identidades com uma série de práticas alimentares, curativas e produtivas. Quando essas práticas são quebradas, as âncoras do território começam a enfraquecer (Escobar, 2010). Logo, a sua perda é também a perda do simbólico e afetivo.

Dentro da perspectiva dos povos originários, a terra e a natureza são espíritos vivos. Como afirmou Krenak na reportagem da *British Broadcasting Corporation* (BBC): “Com a gente não tem isso de nós, o rio, as árvores, os bichos. Somos um só, a gente e a natureza, um só. Morre o rio, morremos todos”(Krenak 2015, apud Kawaguti; Senra). Podemos também relacionar com

a concepção corpo-território, como será abordado no capítulo três. A violência patriarcal é outra extensão crime-desastre em Mariana, na qual as violências de gênero sofridas expõem ainda mais essa ferida, ampliando o sofrimento e as invisibilidades contra as mulheres (Rosa, 2019). E assim, Bell Hooks (2022) nos ensina que o sentimento de pertencimento está profundamente ligado à conexão íntima com a terra, com nosso território de origem e também na relação com os animais. Ao nutrir um amor pela terra, cultivamos o nosso amor-próprio. Para Wendell Berry (1977, apud Hooks, 2022), o corpo não pode ser inteiro sozinho, ele precisa das relações com os outros e com a própria terra.

2.3.2 Emoções e afetos

As emoções são resultados das interações sociais, do contexto e influenciam os pensamentos, as tomadas de decisão, as relações, o bem estar e a saúde (Mayumi et al, 2023). Muitas vezes, elas são vistas como irracionais e acabam sendo desconsideradas (Ferreira, 2023), no entanto, elas nos revelam muito e constituem as relações sociais, as instituições e os processos, dando sentido e criando valor para um conjunto social (Ferreira, 2023). Trazer as emoções para o centro do debate das ciências sociais ajuda a entender as configurações de poder na sociedade e como elas influenciam os caminhos individuais e coletivos (Ferreira, 2023).

O antropólogo Roberto E. Barrios (2017) ressalta a importância dos afetos, mostrando que eles não devem ser descartados. Segundo o autor, afeto tem historicidade e ecologia, o que significa que os corpos não são dados na natureza com uma maneira predeterminada ou conectada de sentir o mundo e relacionamentos ao seu redor; em vez disso, eles surgem em relação aos relacionamentos socialmente estruturados e carregados de significado com as pessoas e coisas denominadas por Barrios como ecologia de afeto.

Portanto, deve haver um esforço para identificar as maneiras que os sobreviventes de desastres falam sobre as relações entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas que tornam a vida significativa e inteligível em suas comunidades. Qual será o impacto que suas palavras e imagens provocam? Será que elas provocam efeitos corporais como o enrijecimento dos músculos, a aceleração dos pulsos e a redução da respiração (Barrios, 2017)? Por

exemplo, o medo e a desesperança podem ser também expressões subjetivas da vulnerabilidade de determinados sujeitos. Nesse sentido, o medo é uma emoção que não está relacionada somente às experiências universais ou individuais, também é fruto dos fatores de ordem social e cultural (Prates, 2017).

No que diz respeito a gênero e desastres, as mulheres muitas vezes experimentam uma desvalorização de seu trabalho, especialmente aquele feito em casa. Como veremos no próximo capítulo, as mulheres enfrentam circunstâncias sociais no pós-desastre que as colocam em maior risco de danos corporais, aumento da dependência econômica, mobilidade social limitada, circunstâncias trabalhistas desfavoráveis, política de marginalização e perturbação de seus modos de vida (Barrios, 2017).

É comum que pessoas que passaram por desastres tenham fortes reações emocionais. As pessoas sentem-se frequentemente atordoadas e desorientadas, com sentimentos intensos ou imprevisíveis. Para muitas delas, não há sinais visíveis de lesão física, mas ainda assim pode haver um impacto emocional. Às vezes pode ocorrer um aumento de conflitos, como desentendimentos com familiares, amigos e colegas de trabalho. Pode haver também uma retração, vontade de se isolar ou até mesmo de se desligar de suas atividades sociais habituais, segundo a American Psychological Association (APA). Para esses contextos, a APA orienta que as pessoas compartilhem suas histórias e emoções junto a um grupo de apoio liderado por profissionais capacitados para ajudar (APA, 2013).

Em Mariana, podemos dizer que os atingidos sofreram também um dano existencial, ou seja, uma lesão que atinge e modifica a forma de estarem no mundo e também as suas potencialidades. A angústia, o trauma e a dor da perda de alguém, do lugar, são afetações que remetem ao desamparo. Os sentimentos de luto, confusão, impotência, exaustão, medo, desconfiança foram registrados a partir das perdas das relações comunitárias, da conexão com o território (Santos, 2022).

A lentidão dos processos de reparação, o descaso no tratamento destinado aos atingidos, a propagação de informações difusas e até mesmo a falta de informação intensificaram o sofrimento. Importante frisar que a saúde é produzida na coletividade, nos laços sociais, nas relações de solidariedade e

afetividade. O bem-estar está relacionado à percepção de um indivíduo sobre a sua posição na vida que ele vive, e também em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

2.3.3 Trauma e sofrimento social

O trauma pode ser resultado de um ou mais eventos, no qual o indivíduo vivencia como sendo prejudicial e que tem efeitos adversos duradouros no funcionamento do indivíduo e no bem-estar mental, físico, social, emocional ou espiritual (Lijtmaer, 2022). Ele ocorre quando um sentimento existencial de segurança é danificado ou destruído (Remmers, 2023), caracterizado pela incapacidade do indivíduo em responder adequadamente a um fluxo de energia, o que ativa as suas respostas de defesas: luta, fuga ou congelamento. Na visão de Ferenczi, para além do evento e da violência sofrida, o trauma está também relacionado ao segundo momento: ao reconhecer ou não o ocorrido com aquela pessoa; pois se não há um reconhecimento do trauma, o próprio sujeito está sendo desmentido.

As consequências do trauma podem ser graves. O trauma está associado a problemas de saúde física (tais como doenças cardíacas, pulmonares crônicas e hepáticas), comportamentos de saúde negativos (tabagismo, doenças sexualmente transmissíveis e obesidade grave), mau funcionamento social e ocupacional e diminuição geral da qualidade de vida (Barry, 2015). Para Ferenczi, uma das reações ao trauma é uma espécie de ruptura, podendo ir até uma aniquilação total de si mesmo, pois essa seria a única forma possível de sobrevivência (Lindenmeyer, 2017). Portanto, para além do evento, ele é também a marca que essa experiência deixou na mente, no cérebro e no corpo. Pessoas traumatizadas passam a ter a uma “nova” lente para ver as coisas e têm a tendência de projetar seus traumas em tudo que as cerca, afetando a imaginação e também as pessoas que vivem ao redor de quem foi impactado diretamente (Der Kolk, 2020). Segundo Peter Levine (2012), o ser humano traumatizado vive no limbo, sem se reengajar na vida de forma plena. Ele se sente preso e assustado por suas reações fisiológicas e por medo das reações e emoções. Para o especialista, o trauma poderia ser chamado de distúrbio na capacidade de alguém de estar ancorado no presente e de saber se relacionar com outras pessoas. Em Mariana, a pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão

revelou uma alta frequência de pessoas que preencheram critérios para o transtorno de estresse pós traumático (TEPT), sendo superior a 82% (Neves et al, 2018).

Ampliando a discussão sobre trauma, Martin-Baró (2000) apresenta o conceito de trauma psicossocial, no qual o trauma seria constituído da experiência social que o gera. Diferente da concepção que individualiza o sofrimento a partir da resposta do sujeito, os sentimentos e emoções que compõem o trauma psicossocial revelam as contradições da dimensão material, histórica, econômica, cultural, política e social. Portanto, o trauma deve ser localizado nas relações sociais e elas, além de o causarem, mantêm e multiplicam os casos de indivíduos traumatizados.

Para além do trauma, é importante apresentar também o conceito de sofrimento social, que é resultado daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais (Das, 1997), evidenciando que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social. O sofrimento, apesar de sentido de forma singular, foi vivenciado coletivamente (Zhourri, 2016).

Arthur Kleinman, Veena Das e Margareth Lock (1997) auxiliam na compreensão de como o neoextrativismo se transforma e é sentido como sofrimento social e também como ele molda as narrativas e altera a vida cotidiana. Para os antropólogos acima mencionados, o trauma e a dor são condições de saúde e, ao mesmo tempo, são questões políticas e culturais, em que a saúde é um indicador social. Por exemplo, o trauma, a dor e os distúrbios ao quais a atrocidade dá origem, são condições de saúde; no entanto, são também questões políticas e culturais. Da mesma forma, a pobreza é o principal fator de risco para problemas de saúde e morte; no entanto, esta é apenas outra forma de dizer que a saúde é um indicador social e, na verdade, um processo social.

Zhourri (2016) descreve que essas ações no território afetaram as populações de atingidos, produzem sofrimento social e estimulam os conflitos entre as comunidades, sendo que o tratamento institucional oferecido aos

atingidos constitui um dos fatores capaz de gerar e ampliar o sofrimento social dos afetados.

Em Mariana, verificou-se também a retraumatização, pois as condições traumáticas seguem se repetindo sucessivamente e se somando após a situação traumática. Desta forma, as pessoas acabaram reativando o trauma. Este processo está sempre relacionado com temas sociopolíticos, morais ou legais conectados com a violação dos direitos humanos (injustiça, falta de verdade, impunidade) e reabre sentimentos de frustração, raiva, impotência ou fracasso.

2.4 Reconstrução em Mariana

O processo de reparação em Mariana tem sido realizado pela Fundação Renova, criada em 2016 pela Vale e a BHP, que tem o objetivo reparar os danos causados pelo rompimento da barragem do Fundão e, também, se responsabilizar pela reconstrução das comunidades atingidas. Desta forma, ela passou a estar presente em grande parte das experiências cotidianas dos atingidos, bem como do tratamento institucional direto como a gestão do processo de indenização, às suas demandas mais básicas e de âmbito doméstico - como o aluguel das casas onde vivem. E assim, se deu também uma dependência a própria Fundação.

Ressalto que um desastre da magnitude do rompimento da Barragem do Fundão exige reparação social, ambiental e econômica. Para isso, a Fundação segue o Termo de Transação e Ajustamento de Conduto (TTAC) que foi desenvolvido junto com o Ministério Público e a sociedade civil. Pelos relatórios da Fundação não foi possível afirmar que o trabalho atende a todas as demandas existentes e que há uma descontinuidade das ações, e também não foi vista nenhuma ação que se dedicasse às demandas do gênero feminino (Souza, 2021).

Portanto, o que observamos é uma intensa luta das famílias atingidas para garantir seus direitos básicos, como moradia e auxílio financeiro para as pessoas que perderam trabalho e renda. Importante evidenciar que o rompimento alterou não apenas o cotidiano das comunidades atingidas, mas, de forma ampliada, impactou todo o município de Mariana (Rosa, 2019) e a região como um todo.

O processo pós-desastre, muitas vezes, é lento. Em Mariana, 30 dias após o evento, grande parte da população de moradores de Bento Rodrigues, por exemplo, não havia recebido o auxílio adequado e enfrentaram grandes filas para conseguir algum recurso (MPF, 2016). Outro impacto foi a paralisação da mineradora que deu férias coletivas, licenças remuneradas, suspendeu contratos (*lay-off*⁸) e teve que apelar a planos de demissão voluntária. O número de empregados diretos caiu de 3.050 para pouco mais de mil funcionários, causando desemprego e queda na arrecadação tributária e de renda da população, um “efeito cascata” sobre outros setores, como comércio e serviços, para além de todos os impactos diretos do crime-desastre socioambiental.

Desde 2016, os atingidos se sustentam por meio dos auxílios de R\$20 mil de antecipação da indenização para quem perdeu as casas, um salário mínimo para os “chefes” de família e 20% para os dependentes (Martins, 2020), o que deixou as mulheres sem autonomia econômica e dependentes financeiramente. Podemos elencar três violências patriarcais: o não reconhecimento da condição de atingida como trabalhadora, sobrecarga dos cuidados familiares e intensificação da violência doméstica (Rosa, 2019). Estudos sobre reparação pós-desastre demonstraram que, para além da ajuda imediata, os sobreviventes necessitam de recursos de saúde mental, também, a médio e a longo prazo, sendo que o apoio psicológico deve ser mais amplo e não atender apenas os que sofreram diretamente com os desastres (Meyers, 2006).

Os primeiros socorros psicológicos são uma intervenção inicial de resposta a desastres com o objetivo de promover a segurança, estabilizar os sobreviventes de desastres e conectar indivíduos à ajuda e aos recursos. As três fases principais da resposta são preparar, responder e recuperar (APA, 2007). É preciso que os profissionais estejam aptos a atender em situações como essa, entender os impactos do trauma e estar preparados para acolher diferentes reações e emoções, pois é normal que as pessoas estejam confusas e assustadas e que repitam: Porque é que isto aconteceu? Eles vão querer respostas que os ajudem a entender o que está acontecendo externamente e

⁸Segundo o guia trabalhista, *lay-off* se refere a uma situação de suspensão temporária do contrato de trabalho (Guia trabalhista, 2020).

também internamente, portanto, é extremamente importante ouvi-los (Tedeschi, 2020) e dar lugar a esse luto e todas as dores que são acompanhadas no processo de reassentamento num novo viver.

Portanto, um processo de reparação pós-desastre deve envolver oportunidades para “reconstruir melhor” assim como a criação de comunidades mais resilientes, o que envolve ações em longo prazo e exige o envolvimento da comunidade atingida. Os membros da comunidade passam a ser vistos como participantes ativos no processo, em vez de vítimas sem controle do seu futuro. Trauma e perda podem criar uma sensação significativa de incerteza, bem como raiva e frustração. Ao lidar com esses sentimentos estressantes, as pessoas podem adotar um comportamento de evitação, ou seja, evitar lembretes do evento ou gatilhos como limitar a participação em reuniões ou discutir o desastre, como pude observar em campo a cada passo e diálogo que eu tive e que apresentarei mais à frente.

Em situações de desastre, a proposta é oferecer uma abordagem informada sobre o trauma que proporcione caminhos para os profissionais ouvirem as vozes da comunidade no processo, aumentando a sensibilização para o impacto do trauma nas comunidades e, assim, fornecendo estratégias viáveis para reconhecê-lo e abordá-lo. Os sistemas informados sobre trauma procuram fornecer ambientes seguros e de apoio para todos e partem dos seguintes entendimentos: o trauma tem um impacto generalizado e existem vários caminhos para tratá-lo; pode haver sinais e sintomas específicos de trauma; a resposta deve ser abrangente e integrativa; e devem ser feitas tentativas para prevenir a retraumatização (Eisenman; Errett; Rosenberg, 2022).

No Brasil, em situações de desastres, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) deve ser acionada, embora a portaria não forneça orientações específicas para direcionar as ações e serviços a serem desenvolvidos pelos profissionais nesse contexto. Há também o Guia de Preparação e Resposta do Setor Saúde aos Desastres (2018), produzido pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, destaca a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e/ou outras estruturas da Atenção Básica como ferramentas essenciais para o conhecimento, acesso e acompanhamento da saúde mental das pessoas afetadas, especialmente

aquelas que vivem em áreas de risco. O guia também enfatiza o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na capacidade de resposta local aos desastres e sublinha a importância da articulação entre os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as equipes de Atenção Básica. Além disso, ressalta a necessidade de diagnosticar a rede e entender as condições de saúde mental da população, considerando diversos fatores, tais como: vulnerabilidade, risco e estigmatização social, por exemplo.

Em Mariana, a secretaria de saúde contratou dez profissionais, incluindo psiquiatra, assistente social, arte terapeuta, psicólogo e terapeuta ocupacional para atender os atingidos (Agência Brasil, 2018).

O processo de reparação tem sido longo e exaustivo, a espera continuava até 2023, oito anos após o rompimento. Moradores relataram: “Você faz uma reclamação, um pedido, abre uma solicitação e tem alguma resposta? Não!”. E enfatiza: “A gente tá sendo ‘atingido’ todos os dias das nossas vidas”, o que denuncia a retraumatização que ocorre cotidianamente para muitos atingidos e atingidas. Muitos atingidos e atingidas continuam aguardando um lar definitivo. O primeiro prazo para entrega dos reassentamentos venceu em 31 de março de 2019. A reparação dos danos e prejuízos da Barragem do Fundão tem se pautado na ciência e, por não ser neutra, ela reproduz as desiguais relações de poder ao não acolher outras epistemologias.

Diante de toda essa situação, é importante também ressaltar o conceito de capitalismo de desastre, que se utiliza do contexto do desastre para introduzir uma ambiciosa agenda neoliberal, antidemocrática e antipopular para o processo de reparação, incluindo a privatização, a desregulamentação e a flexibilização das ações que, ao invés de resolver, aprofunda ainda mais as desigualdades e injustiças (Rojas, 2020).

3. GÊNERO E DESASTRE

Neste capítulo abordo a correlação de gênero e desastres, compreendendo que as mulheres sofrem diferentes tipos de opressões que se intensificam pela interseccionalidade. E que, ainda sim, lutam pelos direitos se tornando agentes de mudanças e também pelos seus territórios.

3.1 A violência contra as mulheres

A violência contra a mulher é uma pauta dos movimentos feministas desde a década de 1960 (Barsted, 2016). O exercício ideológico de imposição de relações de poder a partir do gênero é um potente dispositivo cultural que utiliza a violência como estratégia complementar, até mesmo necessária, para “a execução do projeto de dominação-exploração” (Saffiotti, 2001, p. 115). E, embora a violência de gênero incida fisicamente, socialmente ou simbolicamente sobre homens, homossexuais e transexuais (Sardenberg; Tavares, 2016; Barsted, 2016; Lugones, 2008), são as mulheres os maiores alvos deste tipo de prática.

No Brasil, especificamente, tal preocupação acentuou-se a partir da década de 1970, com as mortes violentas de mulheres, as quais eram justificadas pelo discurso de legítima defesa da honra:tese que somente em agosto de 2023 foi rejeitada em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal⁹.

Segato (2021) enfatiza que por trás da violência contra mulher, existe uma irmandade masculina, pois quem comete tal violência, nunca está sozinho. Essa irmandade é a base para todas as outras estruturas. A autora também assegura que a violência, no caso da violação, decorre da relação entre dois eixos interconectados – um eixo horizontal, formado por termos acoplados por relações de aliança e competição, outro, vertical, caracterizado por vínculos de entrega ou expropriação. O eixo vertical associa as posições assimétricas de poder à sujeição, ou seja, do perpetrador à sua vítima; o eixo horizontal associa o perpetrador aos seus pares, em relações que atuam objetivando a simetria.

A desigualdade de gênero não é uma questão recente, o patriarcado é um sistema político, sendo o primeiro fator de desigualdade e a base para essa

⁹ STF decide proibir uso da tese de legítima defesa da honra em casos de feminicídio: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/08/01/stf-decide-proibir-uso-da-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-casos-de-femicidio>

estrutura de dualidade. Ao longo da história, à medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença foi sendo contestada (Federici, 2017). Portanto, a sociedade capitalista-patriarcal-industrial se baseia em dicotomias fundamentais como: natureza e cultura, homem e mulher, cidade e aldeia, trabalho e vida, entre outras. Tais dicotomias podem ser chamadas de colonizações. E como já foi visto anteriormente, o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma concentração prévia de capital e trabalho. Com a “transição do feudalismo para o capitalismo”, as mulheres sofreram um processo brutal de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então. Rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica” e, até mesmo quando feito fora de casa, era (e continua sendo) pago a um valor menor do que o trabalho masculino — nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele.

A divisão sexual do trabalho não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário (Federici, 2017).

Além do mais, as teorias econômicas dominantes não atribuem nenhum valor às tarefas realizadas nos níveis de subsistência e doméstico. Essas teorias são incapazes de abranger a maioria no mundo – mulheres e crianças – que são estatisticamente “invisíveis” (Mies; Shiva, 2021). Acredita-se que se você produz o que consome, não produz, portanto, o trabalho que é definido como “não-trabalho” faz também com que os valores se tornem não-valores e os direitos não-direitos.

Suely Rolnik (2018) enfatiza a dimensão colonial da agressão contra o corpo feminizado que seria fruto do “inconsciente-colonial-capitalístico”. Esse termo se refere aos efeitos traumáticos do medo e da humilhação dos processos coloniais - em suas diversas fases e repetições - que organizam “operações” de subjetivação “mais sutis que os movimentos macropolíticos dos

quais resulta a independência do estatuto colonial” (Gago, 2020). Em primeiro lugar, que o inconsciente colonial opera produzindo uma “dissociação entre o político, o estético e o clínico”, isto é, hierarquizando e disciplinando saberes como se fossem “separados”. Depois, que é essa dissociação que nos condena a depreciar os saberes do corpo e o que estrutura a “repressão colonial”: Para Suely o corpo é o próprio objeto da repressão, do qual se extrai seu poder e potência de ação. Por último, “a abolição da ‘repressão’ do saber do corpo e das ações nas quais se atualiza” torna-se uma dimensão prática fundamental no horizonte de transformação. Poder de avaliação e potência em ação são duas perspectivas práticas poderosas dos saberes subalternizados e de uma epistemologia feminista (Gago, 2020).

A introdução do gênero como forma de organização social nas colônias durante a colonização fez com que homens colonizados, junto com colonizadores, praticassem uma série de violências contra as mulheres colonizadas (Segato, 2014; Lugones, 2008). Essas violências foram, conseqüentemente, internalizadas e passaram a estruturar as relações sociais (Lugones, 2008). Desta forma, as mulheres eram como “colônias”, territórios de saqueio dos quais se extrai riqueza por meio da violência. A partir da analogia entre corpo feminino e colônia, conectaram o que o capital explora como “recurso grátis” no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho de quem mora nas periferias das cidades, em que essa exploração é simultaneamente colonial e heteropatriarcal, inaugurando a acumulação capitalista e assentando as bases da divisão sexual e colonial do trabalho (Gago, 2020). As violações inscritas nos corpos femininos e as formações discursivas ao entorno dessas violações, tornaram visível uma nação masculina. E quais as conseqüências disso para a subjetividade feminina? Além do mais, a própria formação da posição como sujeito mulher não foi completamente determinada por elas (Das, 2020).

Uma das condições para o desenvolvimento capitalista foi o processo que Michel Foucault definiu como “disciplinamento do corpo”, que, consistia em uma tentativa do Estado e da Igreja de transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho (Federici, 2017). O corpo, então, passou ao primeiro plano das políticas sociais porque aparecia não apenas como uma besta inerte diante dos estímulos do trabalho, mas como um recipiente de força

de trabalho, um meio de produção, a máquina de trabalho primária. Esta é a razão pela qual encontramos muita violência e também muito interesse nas estratégias que o Estado adotou com relação ao corpo.

O corpo tinha que viver para que a força de trabalho pudesse viver. O que morreu foi o conceito do corpo como receptáculo de poderes mágicos que havia predominado no mundo medieval. Podemos observar, em outras palavras, que a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano e não a máquina a vapor, nem tampouco o relógio. Ao se dissociar de seu corpo, o eu racional se desvinculava certamente de sua realidade corpórea e da natureza. O produto desta alienação do corpo foi, em outras palavras, o desenvolvimento da identidade individual, concebida precisamente como “alteridade” em relação ao corpo e em perpétuo antagonismo com ele (Federici, 2017).

Nesse processo, o corpo não apenas perdeu todas as suas conotações naturalistas, como também começou a emergir uma função-corpo, no sentido de que o corpo se converteu em um termo puramente relacional, que já não significava nenhuma realidade específica: pelo contrário, o corpo passou a ser identificado com qualquer impedimento ao domínio da razão. Isso significa que, enquanto o proletariado se converteu em “corpo”, o corpo se converteu em “proletariado” e, em particular, em sinônimo de fraqueza e irracionalidade (a “mulher em nós”, como dizia Hamlet), ou ainda em “selvagem” africano, definido puramente. É tentador sugerir que essa suspeita a respeito da humanidade das “classes baixas” pode ser a razão pela qual poucos entre os primeiros críticos do mecanicismo cartesiano objetaram à visão mecânica do corpo humano. A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino — que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (Federici, 2017), sendo que, historicamente, os processos de subjetivação do feminino são marcados pelo silenciamento em virtude das construções desta sociedade patriarcal, que tem no silêncio um mecanismo

disciplinador. Segundo Veena Das e Ashis Nandy (1985), o silêncio seria a abstenção da fala que pode se dar por opção ou imposição. Desta maneira, o silenciamento é uma ação sobre o outro, podendo ser também uma estratégia para impor o silêncio, onde ele é uma relação que envolve correlações de força. Dentro desta perspectiva, as narrativas femininas são atravessadas pelo silenciamento ao longo da história, portanto, refletir sobre o silenciamento das mulheres é também pensar sobre o que diz respeito a seu corpo, sua sexualidade, sua subjetividade e a sua forma de ser e pensar no mundo. Se os sujeitos são produzidos no discurso e pelos discursos, eles também podem ser produzidos pelo silêncio e, particularmente, as mulheres têm o potencial de produzir linguagem e jogos de força e poder perpassados pelo silêncio. Ainda para Veena Das (2008), o silêncio identificado em Manjit se constitui como sua resposta à violência sofrida, uma vez que determinadas violações não podem ser verbalizadas na vida cotidiana.

O Brasil enfrenta uma enorme desigualdade de gênero. Em 2023, ocupava a 57ª posição entre 146 países, segundo o Fórum Econômico Mundial. No entanto, as mulheres brasileiras estudam mais, trabalham e ainda recebem salários menores, além de ocupar cargos mais baixos. Segundo o relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios do Ministério do Trabalho e Emprego de 2024, mulheres ganham 20,7% a menos que os homens, e a disparidade é bem maior entre mulheres negras que chega a 50% em relação aos homens não brancos (Almeida, 2024). Mulheres estudam mais que os homens. Em 2022, segundo o IBGE, a frequência escolar entre crianças de 6 a 10 anos é a mesma (91,9%), independente do gênero. No entanto, com o passar dos anos, as mulheres aumentam: na faixa etária 15-17 anos a diferença é de 92,5% contra 91,9%, já entre os jovens de 18 a 24 anos a proporção era de 32,6% contra 28,1% (Ecodebate, 2024). E entre a população com pelo menos 25 anos a diferença é de 21,3% para 16,8% (Paulo, 2024). Ao olhar para a representação política, é possível notar que este é o pior dos índices: mesmo sendo 50,6% da população, segundo a Câmara dos Deputados (2020 e 2022) são apenas 9 mil vereadoras, 16% e 91 deputadas (17,7%). As mulheres também são as mais afetadas pelo desemprego em comparação com os homens, segundo um estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Outro

dato significativo é em relação à violência: estima-se que 40% das mulheres brasileiras já tenham sofrido algum tipo de violência ao longo de suas vidas, sendo que 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida. A cada hora, duas mulheres são assassinadas, na maioria dos casos, por parceiros (Rivera, 2018). O quadro das desigualdades é mais desolador quando se obtém um olhar sobre mulheres negras (pretas e pardas). Por estarem na base na pirâmide, são alvo de discriminação dupla de gênero e de raça. Os dados reafirmam essas diferenças: as mulheres negras recebem 60% menos que os homens brancos enquanto as brancas recebem 30% menos. Segundo o Mapa da Violência, no período de 2006 a 2013, o número de vítimas caiu 2,1% entre as mulheres brancas e aumentou 35,0% entre as negras. As mulheres negras são as mais atingidas pelo feminicídio, pela criminalização do aborto, pela violência doméstica e obstétrica. Mulheres negras, historicamente, são tratadas com desumanidade e seus corpos são considerados como mercadoria.

Em meio a esse contexto de violência, muitas mulheres deixam de sonhar, mas são os sonhos que nos permitem criar as possibilidades ao longo do tempo (Croft, 2009 apud Mayumi, 2016). Para Ailton Krenak (2020b), os sonhos são uma experiência coletiva, e nos orientam. Sonhar é imaginar horizontes e sonhar coletivamente é assumir a luta pela construção das condições de possibilidades. Precisamos encontrar formas de criar um contexto no qual as pessoas possam reconstruir seus anseios e seus desejos. Desejo de recomeçar. Pois não existimos sem sonhos. Também, não se trata de uma idealização ingênua e, sim, emerge da reflexão crítica acerca das condições sociais de opressão, cuja percepção não se faz determinista, mas compreende a realidade a partir da participação dos sujeitos que a constituem. Desse modo, se incluir na luta pelos sonhos possíveis é assumir um duplo compromisso: o compromisso com a denúncia da realidade excludente, bem como o compromisso da criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades (Freire, 2014). Complementando, John Croft (2009) coloca que para poder sonhar, é importante celebrar, e isso envolve o ato de reconhecer, dar lugar às emoções, à dor, ao luto, ao trauma, para poder desbloquear as portas dos sonhos. Traumas que, muitas vezes, são coletivos, dores sociais e

que envolvem fraturas do patriarcado e do machismo, que estão muito atreladas às interseccionalidades.

3.2 Interseccionalidade

Ao abordar a violência de gênero é preciso abordar também a interseccionalidade. O conceito foi elaborado por feministas negras ao perceberem que suas experiências e reivindicações não eram vistas pelo feminismo branco, nem pelo movimento antirracista, revelando tanto a limitação do feminismo em atender às necessidades das mulheres negras, uma vez que reproduzia o racismo, quanto do movimento negro que apresentava seu caráter machista, oferecendo abordagens exclusivas para as experiências dos homens negros (Akotirene, 2018). Portanto, é fundamental enxergar como as diferentes estruturas se chocam e como as diversas identidades interagem ao mesmo tempo. Onde trabalhar com a interseccionalidade significa “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2018, p. 14).

A interseccionalidade, além de ser um paradigma, é uma ferramenta de análise que permite compreender e interpretar a questão social de forma complexa. Analogamente, evidencia e acentua o cruzamento, bem como a combinação das identidades de gênero, classe, raça, idade e outras que se concretizam em ações de dominação e de opressão vivenciadas, sobretudo, pelas mulheres e pelos corpos feminizados (Vigoya, 2016). Nesse sentido, Patricia Hill Collins (2021) estabelece que a interseccionalidade é uma maneira específica de entender que modo o entrelaçamento de diferentes sistemas de opressão é instalado e reforçado mutuamente. No texto *Mapping the Margins*, Crenshaw (1991) propõe uma análise sistemática da interseccionalidade em dois âmbitos: estrutural (raça, gênero e classe são estruturas de poder interrelacionadas que determinam a vida dos sujeitos) e político (tratando do conflito gerado pela interligação dessas dimensões nas agendas políticas estatais e dos movimentos sociais).

A interseccionalidade demonstra a restrição das tradições sociais e políticas que servem de base para a ideia de dominação. Considerar a interseccionalidade como categoria de análise oferece novos caminhos à

problemática levantada, direcionando o olhar às experiências dessas mulheres, a exemplo de como transitam por diferentes papéis, espaços e identidades que são encarnados indivisivelmente em suas próprias histórias de vida (Hernandez, 2023). E assim, Akotirene (2018, p. 27) reforça também que é preciso descolonizar a teoria da interseccionalidade:

adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos”. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano. Segundo profecia iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados.

Em Mariana há o cruzamento de diversas opressões, onde a população negra foi a mais atingida e, conseqüentemente, as mulheres negras, reforçando a diferença e a desigualdade entre mulheres brancas e negras por meio da interseccionalidade de raça e gênero. Como Grada Kilomba enfatiza, ao dizer que a mulher negra, por não ser nem branca e nem homem, exerce a função de o “outro do outro” (Kilomba, 2012, p. 12). Djamila Ribeiro (2019) reforça essa compreensão ao reconhecer as experiências interseccionais das mulheres negras, sublinhando como elas são afetadas por múltiplas formas de opressão. A autora contextualiza historicamente a desumanização da mulher negra e destaca a relevância da anúnciação de cada autor/autora para demonstrar seu ponto de vista e, assim, compreender suas limitações, especialmente no campo do feminismo branco. Tudo isso também é corroborado pelo discurso de Sojourner Truth (1851), que ousou ao questionar: “Não sou eu uma mulher?”

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?

Evidenciando que não podemos ter um movimento feminista que separe gênero de raça, classe, sexualidade, ecologia, democracia e políticas

econômicas (Fraser, 2023 apud BBC). O reconhecimento e a integração desses diferentes aspectos são essenciais para um entendimento mais profundo e abrangente das desigualdades que moldam a vida destas mulheres.

Para Albán (apud Mignolo; Walsh, 2018), é no contexto específico da construção de subjetividades negras que a re-existência ganha sentido e forma. Já que a re-existência faz referência à configuração de maneiras de existir e não apenas resistir, ela trata em construir estradas alternativas, criar novas topografias e geografias, olhar o mundo com novos olhos e reescrever identidades. Navegar pelas rachaduras é o processo de reconstruir a vida novamente. Onde não existe descolonizar sem despatriarcalizar (Galindo apud Mignolo; Walsh, 2018).

A decolonialidade é uma perspectiva, contextual, relacional baseada num movimento contínuo em direção a possibilidades de outros modos de ser, pensar, conhecer, sentir e viver, na práxis. Pois é a práxis que constrói o caminho (Dussel apud Mignolo; Walsh, 2018). Práxis, em um sentido dialógico que vai da ação à reflexão e da reflexão a uma nova ação. Ao falar de decolonialidade é importante olhar para o conceito de re-existência. Pois no pensamento decolonial, ações emancipatórias são resultantes de processos dos quais reconhecemos outras histórias e também outras formas de estar no mundo. Então, ao contrário de resistência, que é resistir e bloquear, a re-existência remete dar continuidade, ou seja, em continuar a existir. Desta forma, são dispositivos que as comunidades criam e desenvolvem para se reinventarem no dia a dia e, assim, enfrentar a realidade estabelecida pela colonialidade (Barbosa, 2020). No livro "*On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*", Catherine Walsh (Mignolo; Walsh, 2018, p.18) diz que re-existência "é um ressurgimento coletivo, entendido como renovação, restauração, renascimento ou uma continuação após interrupção". E ainda complementa:

respostas sobre como reconstruir e como ressurgir são, portanto, derivadas de uma rede de relacionamentos consensuais que é infundida com movimento por meio da experiência vivida e da incorporação. O conhecimento intelectual não é suficiente por si só. Todos os tipos de conhecimento são importantes e necessários num equilíbrio comunitário e emergente (Mignolo; Walsh, 2018, p.18).

Desta forma, a luta por e sobre territórios e terra como base e lugar de identidade, espiritualidade e vida, são também formas de re-existências. Onde elas também descentralizam as lógicas pré-estabelecidas para buscar na profundidade cultural, as chaves para organização e produção que permitam a reinvenção da vida e sua contínua transformação (Mignolo; Walsh, 2018).

3.3 De Vítimas a agentes de mudanças

Os efeitos e impactos dos desastres, para homens e mulheres são diferentes. Essas diferenças surgem de uma combinação de fatores e de suas inter-relações, além de refletir padrões históricos e culturais (Enarson, 1998; Aribandu, 2009). Como o gênero molda os contextos sociais, inclusive os eventos e desastres, ele também influencia as respostas adotadas, logo, as mulheres em sociedades patriarcais tendem a estar em maiores riscos de desfavorecimento social, econômico e político, sendo as mais afetadas. E no processo de reconstrução há aumento das desigualdades entre homens e mulheres como um ressurgimento dos papéis tradicionais (Ensor, 2009, Fordham, 1998; Reinsch, 2009; Barrios, 2017). Por exemplo, a maioria das pessoas mortas pelo tsunami na Índia, Indonésia e Sri Lanka eram mulheres; sua maior vulnerabilidade deveu-se a fatores como papéis de subsistência, estar nas praias enquanto os homens estavam no mar quando as ondas atingiram a costa e não ter habilidades físicas de sobrevivência, nadar ou escalar árvores, segundo a Oxford Committee for Famine Reliefe (OXFAM, 2005).

Os desastres desmancham as rotinas e, muitas vezes, os meios necessários aos mínimos vitais e sociais da família, sendo a mulher a encarregada de cumprir vários papéis associados a tais rotinas (Valencio; Siena, 2009). Há preocupações relacionadas a questões de saúde, ambientes contaminados e tóxicos, escolas seguras e adequadas, perspectivas de emprego e oportunidades de trabalho para seus parceiros ou ex-companheiros. Outra preocupação que aparece é quanto à violência. O risco para meninas e mulheres de abuso emocional e violência física aumenta após os desastres (Fothergill, 2009). No relatório para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Wiest, Mocellin e Motsisi (1994) afirmam que as meninas se tornam mais vulneráveis ao abuso e exploração sexual após

desastres, especialmente meninas que foram deslocadas de seus territórios. No Camboja, por exemplo, as mulheres se preocupavam com os riscos de estupro e abuso sexual de suas filhas que foram forçadas a migrar para encontrar trabalho após as enchentes como estratégia de pagamento de dívidas, segundo Cooperative for Assistance and Relief Everywhere (CARE International, 2002). Após o tsunami de 2004, houve vários relatos na mídia de violência contra mulheres e exploração sexual de meninas (Ensor, 2009). Valencio e Siena (2009) apontam que após o desastre, muitas mulheres experimentam a violência pela primeira vez ou suportam maiores níveis de violência de seu companheiro, pois é habitual aos homens sentirem-se impotentes frente à realidade do desastre e terem sentimentos de perda e frustração.

Os estudos sobre os efeitos do furacão Katrina, em Nova Orleans, por exemplo, mostraram que as mulheres sofreram com a realocação ao trabalho, o que afetou direta e indiretamente suas capacidades em obter renda. As taxas de participação feminina na força de trabalho caíram junto com seus salários médios, o oposto da experiência dos homens. Além disso, os setores dominados por mulheres, como serviços, saúde e educação, declinaram mais drasticamente, sendo que mais de 7.000 professores, quase todos mulheres, ficaram desempregados após o furacão Katrina, quando as escolas públicas demitiram ilegalmente seus professores (Thomas et al, 2013).

No abrigo, a mulher afetada busca reproduzir o ambiente privado no espaço público, mesmo que seja tarefa difícil, pois como mantenedora da unidade do lar, tenta restabelecer o cenário de afirmação de sua identidade e, por consequência, da identidade dos membros da família, o mais rápido possível, como forma de aliviar o sofrimento do grupo (Valencio; Siena, 2009). As mulheres têm a responsabilidade primária de cuidar de crianças, idosos, deficientes e doentes, cuja mobilidade e sobrevivência em desastres podem ser limitadas (Valdés, 2009). No entanto, como muitas vezes assumem o lugar de chefe da família, elas acabam tendo mais dificuldade em retomar a rotina do dia a dia, intensificando a desigualdade social (Pinheiro, 2020).

Fordham (1998) também aponta que ao silenciar os impactos enfrentados por mulheres atingidas, a experiência masculina é assumida como a realidade de todos, o que intensifica as desigualdades e efeitos.

Geralmente, o modelo típico de gestão de desastres é dominado por uma cultura masculina, mas são as mulheres que tendem a garantir os bens domésticos de suas famílias, que são básicos para sua sobrevivência após o desastre. Muitas delas se colocam na vanguarda da gestão da crise e da reabilitação do país. Nossos homens estavam mais assustados do que as mulheres. Então, foram as mulheres que encontraram um caminho.

Pesquisando sobre como as mulheres enfrentam a seca no Brasil, Branco (2009) identificou que elas têm um papel fundamental, pois muitas vezes são as que mais interagem com o público e são mais capazes de gerenciar abrigos do que os homens. Elas desempenharam um papel crítico no processo de evacuação, no fornecimento de alimentos e no cuidado de idosos e deficientes. Por exemplo, o engajamento dessas mulheres na migração e mobilização em grupos de ação rural demonstra que elas não são de forma alguma passivas e destituídas de poder.

As mulheres, portanto, tornaram-se elementos ativos e poderosos em situações de desastre (Ariabandu, 2009, p. 7) e, apesar disso, em algumas análises sobre os desastres, as mulheres são representadas como vítimas universais, sendo colocadas com frequência como seres fracos, chorosos e oprimidos, enquanto os homens são qualificados como indivíduos engenhosos, corajosos (Enarson; Meyreles, 2004). Muitos estudos destacam, também, a liderança e a resiliência das mulheres nas etapas de prevenção e em seus esforços para mitigar a impacto desses eventos em suas vidas e seu ambiente (Pinheiro, 2020). São as mulheres que cuidam da divisão e organização dos cômodos e dos bens ali acondicionados, da garantia e asseio dos mesmos, do suprimento à demanda por alimentação, enfim, o zelo para que o bem-estar dos seus membros seja garantido (Valencio; Siena, 2009). As mulheres estão altamente envolvidas em organizações emergentes pós-desastre e sua força de ação, assim como a invisibilidade de suas ações, devem ser consideradas.

3.4 Corpo Território

Não é de hoje que as mulheres usam diversas estratégias para a mobilização comunitária, a auto-organização, o engajamento nos movimentos populares, a organização com autoridades do poder público e judiciário (Fontes; De Paula, 2021). E diante da expansão do extrativismo, as mulheres

são as principais defensoras dos seus territórios (Silva, 2022). Dessas lutas das mulheres, surge o corpo-território, perspectiva que explica como se estrutura hoje a exploração dos territórios sob modalidades neoextrativistas e como elas reconfiguram a exploração do trabalho, onde a apropriação dos territórios também pressupõe a posse violenta dos corpos das mulheres como parte do que pode ser sacrificado em prol do controle territorial (Segato, 2005). Como por exemplo: Mulheres em resistência à mineração em *Abya Yala* construíram uma identidade vinculada às lutas por seus territórios, de forma que documentam, articulam e encaminham ações orientadas à proteção das defensoras em situação de alto risco devido à sua participação em espaços de denúncia de empresas mineradoras e Estados. Assim, dois dos fatores que motivaram o processo de mobilização e organização das mulheres contra os projetos extrativistas foram, precisamente, a sua exclusão histórica dos espaços de decisão e a cooptação das lideranças masculinas pela lógica extrativista, como aconteceu no caso da articulação *Mujeres Amazónicas*, no Equador¹⁰ (Hernandez, 2023).

Os feminismos indígenas e comunitários, ao falar do corpo-território, estabelecem uma exigência para todos os feminismos: a descolonização, que, como dimensão prática, é indissociável da despatriarcalização. “As estruturas coloniais em nossa sociedade são patriarcais, e as estruturas patriarcais em nossa sociedade são coloniais; uma coisa não pode existir sem a outra” (Galindo, 2013 apud Gago, 2020).

O corpo-território é constituído por um corpo humano que se produz no e com o território e então resistem e reinventam seus modos de ser e viver nesses territórios (Coradin; Oliveira; Guevara, 2024). Desta forma, a combinação das palavras corpo-território evidencia diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo-território compactado como uma mesma palavra nos obriga a pensar também que não há alguém que “careça” de corpo ou de território. Não há escassez. E isso permite iluminar de outro modo os processos de espoliação (Gago, 2020). O corpo se revela como uma

¹⁰ Em 2020, cem mulheres amazônicas marcharam pelos seus povos e contra o extrativismo. Disponível em: <https://amazonwatch.org/pt/news/2020/0319-amazonian-women-mobilize-in-quito-to-demand-justice> Acesso em: 06 fev. 2024.

composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas. O que é ter um corpo? E o que é ter um território? Em primeiro lugar, o ter aqui é utilizado no sentido de que se é parte e não como propriedade, e assim, reconhecer a “interdependência” que nos compõe, que possibilita a vida. Então, corpo-território supõe a hipótese de que as mulheres e as corporalidades dissidentes que nutrem e se nutrem nessas lutas, produzem e situam o corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade, limitado às margens do corpo próprio entendido como “propriedade” respaldada por direitos individuais, mas como matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias. Entendido como corpo-território, o corpo é uma imagem-conceito surgida a partir das lutas (Gago, 2020).

Quando pensamos em termos de extração mineral, a inserção das dinâmicas provoca uma reorganização da economia local em função da presença central de empresas. Além de reestruturar totalmente as economias comunitárias ao substituir autossuficiência por economia assalariada, essa situação provoca grandes transformações nas relações de gênero. As ofertas de emprego nas indústrias extrativistas estão fortemente associadas ao trabalho masculino e a novas relações sociais desiguais (Himley, 2011; Sharma, 2012; Mukherjee, 2014 apud Hernandez, 2023). Ao serem excluídas dos empregos e dos bens naturais, as mulheres perdem autonomia e tornam-se subordinadas ao salário de seus maridos (Hernandez, 2023). Pode-se afirmar, então, que a introdução dessas dinâmicas resulta em uma sobrecarga nos trabalhos de cuidado assumidos pelas mulheres, assim como em um agravamento importante do estresse e da ansiedade.

Para as mulheres, esse fato gera novos sentimentos de medo e insegurança e provoca o que Federici (2017) denomina cercamento social, que confina as mulheres ao espaço privado e doméstico, limitando sua mobilidade no território. Desta forma, seus corpos, desejos, sonhos e trabalho são desapropriados para servir ao capital. O capitalismo, o colonialismo e o patriarcado estão intrinsecamente relacionados. Por isso, é necessário incorporar perspectivas feministas interseccionais para pensar em transições

para sociedades pós-extrativistas (Hernandez, 2023). O que acontece com o corpo das mulheres? Os corpos feminizados em contextos comunitários podem reivindicar a mesma autonomia que aquela de ambientes urbanos, onde o paradigma individual é uma premissa? O território é a representação do seu cuidado, de estar e ser; é, em parte, a definição das suas formas de existência material. Nesse sentido, a espoliação afeta diretamente suas vidas cotidianas e seus corpos (Hernandez, 2023).

Segato (2003; 2016) e Das (1997; 2008) permitem vislumbrar como as mulheres e seus corpos recebem um tratamento diferente no fenômeno da violência, porque neles estão inscritos diálogos para o mundo masculino (Hernandez, 2023). O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. As bases fundamentais para essa defesa são as vozes, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas põem sobre a mesa quando sentem que sua vida, seu trabalho, seus conhecimentos e seus espaços estão ameaçados. O corpo que se abraça com o território-terra implica um lugar significativo e histórico onde habita a longa memória dos povos, um território de recuperação da expropriação colonial, da usurpação de modelos organizativos impróprios, da imposição mercantilista da propriedade privada destinada a fazer parte do Estado-nação colonial (Hernandez, 2023).

Esse triângulo entre território, natureza e corpo é algo que os feminismos indígenas ensinam a outros movimentos e outros feminismos. O *Colectivo Miradas Críticas de Territorio desde el Feminismo*¹¹ (2014 apud Hernandez, 2023) diz que ao falar de reprodução, estamos falando também da viabilidade de todos os corpos, incluindo o das mulheres. Por isso, seria importante compreender a defesa da terra como estando intimamente relacionada à identidade e aos meios de reprodução da vida (água, cultivos etc.) que é realizado por meio das mãos das mulheres e como parte de dinâmicas comunitárias. Como também, perceber a estreita ligação entre as dimensões material e espiritual do território; e conceber o território como espaço de

¹¹Coletivo de mulheres do Equador, México, Peru, Uruguai, Brasil e Colômbia que desde 2012 pensa, imagina e defende uma vida digna e comum baseada na defesa de corpos-territórios diversos, livres e autônomos. Disponível em: <https://territorioyfeminismos.org/> Acesso em 06 fevereiro 2024

intimidade, de proteção, onde também se reproduzem os vínculos sociais e familiares. A expansão e o transbordamento do corpo como corpo-território são o lugar concreto a partir de onde, hoje, se confronta o extrativismo ampliado: todas as formas de espoliação e exploração (do extrativismo propriamente dito, de matérias-primas, ao extrativismo digital e financeiro) que articulam a máquina de valorização capitalista (Gago, 2020).

No Guia “Mapeando el Cuerpo território de 2017” um coletivo de mulheres diferencia o feminismo decolonial das feministas comunitárias que conceituam o corpo-território. Para as primeiras, a opressão dos corpos das mulheres latino-americanas está relacionada à invasão da América Latina pela Europa enquanto que as feministas comunitárias consideram que a exploração dos corpos femininos é anterior a invasão da América Latina e que as mulheres sempre foram as guardiãs dos lugares onde a vida se reproduz, logo, se o corpo está doente o espaço também está, e assim, as lutas pela recuperação e defesa dos seus territórios e das suas terras devem caminhar de mãos dadas com a luta pela recuperação do seu corpo.

É a partir da perspectiva de colonial e de corpo-território que alicerço a minha metodologia, para entrar em contato com a história de vida dessas mulheres e a minha, e de tantas mulheres brasileiras que tiveram cerceamento social e muitas invisibilidades, traumas individuais e coletivos, retraumatizações. Compreender que quando falamos de gênero, estamos abordando e entrando em um mundo de muitas retraumatizações baseadas em tantas interseccionalidades, para além de um crime-desastre socioambiental, é se preparar para entrar de mansinho na vida dessas mulheres, por saber que já passaram por tantas retraumatizações desde o momento que a lama invadiu suas casas.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo apresento a metodologia utilizada na pesquisa, explicitando as técnicas e as etapas.

Ao realizar minha pesquisa qualitativa, busquei valorizar e compreender os aspectos da realidade social, mergulhando na complexidade das relações interpessoais. O foco não era apenas entender a dinâmica visível, mas também explorar o universo de significados, crenças, valores e atitudes que permeiam a realidade vivida. O objetivo era captar o lado menos perceptível das relações sociais e como elas se manifestam no cotidiano. A experiência no campo é essencial para uma pesquisa qualitativa (Minayo, 1993); para mim, tornou-se crucial estar o mais próximo do dia a dia das mulheres. Esse mergulho foi fundamental para captar o subjetivo, para entender as nuances e complexidades que não são imediatamente evidentes. Em cada interação, procurei analisar e compreender as subjetividades dos indivíduos e das coletividades, reconhecendo as interações entre eles e os impactos das suas experiências compartilhadas.

A base do meu estudo foi uma leitura psicossocial que considera o indivíduo e suas produções mentais como produtos de sua socialização dentro de um contexto social específico. De acordo com Moscovici (1978), a psicossociologia integra a Psicologia e a Sociologia, promovendo um diálogo entre o individual e o coletivo. Busquei compreender essa relação e investigar como as experiências individuais são moldadas e refletem a dinâmica coletiva. Além disso, minha abordagem incorporou uma perspectiva decolonial, que entende que há uma colonialidade do poder, do saber e do ser. Os autores do “giro decolonial” destacam que as epistemologias dominantes, frequentemente hegemônicas e baseadas na lógica cartesiana e eurocentrada, geram epistemicídios ao desconsiderar outras formas de conhecimento. O pensamento decolonial ajudou a ver a América Latina a partir de uma perspectiva local, reconhecendo o impacto geopolítico e o corpo-político do sujeito que fala, no qual o objetivo não era simplesmente conhecer o outro, mas entendê-lo através do seu olhar, e permitindo que esse olhar nos impacte (Dulci; Malheiros, 2021).

Orlando Fals Borda (2015) defende uma sociologia comprometida com a libertação, um "sentirpensante" onde os pesquisadores devem estar dispostos

a desaprender e reaprender. Essa abordagem promove a combinação de razão e amor, alinhando mente e corpo, como praticado pelos povos originários em suas tradições ancestrais.

Em minha pesquisa, adotei a perspectiva de compreender o outro como um sujeito ativo e não como um objeto passivo. O “pesquisar com” valorizou o conhecimento situado e a importância de engajar-se na tarefa de problematizar e expandir fronteiras. É essencial reconhecer que a pesquisa não apenas representa, mas também produz o mundo (Moraes, 2014, p.132). Como destacam Donna Haraway e Maria Lugones, essa abordagem reflete uma compreensão crítica e dinâmica das relações entre conhecimento, poder e identidade. Donna Haraway (1995), em seu conceito de conhecimento situado, nos lembra que todo conhecimento é produzido a partir de uma perspectiva específica e localizada. A ideia é que o saber não é universal ou neutro, mas sempre está imerso em contextos sociais e históricos específicos. Assim, a pesquisa deve reconhecer e valorizar a posição da pesquisadora e das sujeitas pesquisadas, entendendo que a objetividade é um mito e que o conhecimento é sempre influenciado pelas condições e perspectivas locais. Em vez de buscar uma verdade absoluta e universal, Haraway propõe que nos engajemos com o conhecimento de forma que revele a complexidade das relações e das práticas sociais, respeitando a diversidade e a subjetividade das experiências vividas.

Maria Lugones (2008), por sua vez, contribui com a ideia de que gênero e colonialidade estão interligados e são fundamentais para a compreensão das relações de poder e conhecimento. Ela argumenta que a colonialidade do poder, do saber e do ser não pode ser dissociada das questões de gênero. A perspectiva decolonial de Lugones destaca que as categorias de gênero não são apenas construções sociais, mas também estão profundamente enraizadas em estruturas coloniais que perpetuam desigualdades e exclusões. O conhecimento decolonial desafia as narrativas dominantes e busca criar espaços para saberes e experiências que foram historicamente marginalizados.

Busquei superar a lógica extrativista de conhecimento e adotar uma lente cuidadosa, que se preocupa com a forma de observar, refletir e descrever o mundo social, retornando a ele com uma investigação consciente e auto-reflexiva. Minha abordagem também estava orientada pelo paradigma do cuidado, com uma escuta aberta e receptiva às surpresas e emergências do

campo, sem pressa para converter as descobertas em conclusões imediatas. A postura ativa e generosa envolvia respeito e humildade, permitindo que a palavra ouvida amadurecesse antes de decidir como integrá-la com as demais sujeitas da pesquisa (Marques; Genro, 2016).

Portanto, optei por dois caminhos metodológicos: o método da história oral, para captar as histórias de vida inseridas no contexto social, e o método da observação participante, para entender os contornos do ambiente no qual as mulheres estão inseridas. Além disso, minha pesquisa foi de cunho exploratório com inspiração etnográfica e na perspectiva decolonial que a autora e artista Grada Kilomba apresenta em “Mémorias da Plantação” (2019).

4.1 Histórias de vida

Ao realizar a pesquisa qualitativa com a metodologia da história de vida, meu objetivo foi explorar as histórias pessoais em um contexto de profundidade, para revelar como as experiências individuais se entrelaçam com o tecido social e histórico. A história de vida, como aponta Nogueira (2017), envolve ouvir atentamente o relato de uma pessoa através de várias entrevistas não diretivas. Essa abordagem permite ao sujeito “trabalhar sua vida” ao narrá-la, reconstituindo o passado e sua conexão com a história, o que possibilita ao indivíduo entender o presente e projetar o futuro a partir de uma perspectiva histórica (Gaulejac, 1996, p. 15).

Assim, as histórias possibilitam a abertura de novas interpretações e elaborações do vivido. O tempo-movimento de recolhimento da história de vida, em sua condição de atividade e de experiência, possibilita a abertura de um intervalo temporal e afetivo entre eu e o outro, conexão que fornecerá as condições para que a narradora possa aproveitar o momento e, a partir dele, produzir novas elaborações sobre o vivido, enquanto a pesquisadora, por sua vez, também poderá elaborar suas questões teóricas e pessoais a partir daquela escuta. Essa conexão se sustenta na história social e no universo simbólico, desse modo, o processo de narrativa das histórias se localiza numa esfera que privilegia os aspectos simbólicos e subjetivos, em sua conexão indissociável ao material.

E por que narrar as vidas? “Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas necessitam e merecem ser contadas” (Ricoeur, 2002, p. 11). Trata-se de ampliar a possibilidade, de inventar novos modos de ser no mundo a partir do vivido e do encontro com o outro; de incorporar o vivido, o passado que se faz presente.

As narrativas de vida traduzem um modo narrativo próprio da autora (de seus saberes, influências, inspirações, determinações) em seu tempo e espaço vividos. O discurso biográfico, nessa perspectiva, carrega uma riqueza ímpar e de complexo tratamento analítico, na medida em que mora no plano do que não é verificável, transcendendo a esfera da ciência tradicional. Ele é tramado na relação com as interlocutoras e traz os elementos da história coletiva, como já se sabe, mas está ainda em conexão com elementos da ordem dos jogos de poder e da linguagem, do imaginário, da subjetividade. Ou seja, importa entrar em contato, por meio da escuta da história narrada, com a dimensão subjetiva, pois ela carrega riquezas importantes: a maneira como as sujeitas, inseridas em uma sociedade, são e foram marcados pelos regimes de verdade de cada época.

Haguette (1987) considera que a história de vida é um processo com movimento que requer uma compreensão íntima da vida de outras pessoas, o que permite que os temas abordados sejam estudados do ponto de vista de quem os vivencia, com suas suposições, seus mundos, suas pressões e constrangimentos. Camargo (1984) complementa que o uso da história de vida possibilita apreender a cultura “do lado de dentro”; constituindo-se em instrumento valioso, uma vez que se coloca justamente no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e aquilo que ele traz dentro de si. Portanto, o método da história de vida propõe uma reflexividade assistida, o que de certa forma, eventualmente, desloca o poder da entrevistadora para a entrevistada. A história de vida foi extraída de uma ou mais entrevistas denominadas entrevistas prolongadas, nas quais a interação entre pesquisadora e pesquisada se dá de forma contínua, situação assim descrita por Thiollent (1982, p.86): “o entrevistador se mantém em uma ‘situação flutuante’ que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural, sem questionamento forçado”. Como nos dizem Martins e Bicudo (1989), a entrevista pode ser construída como um “encontro social”,

cujas características, entre outras, seriam a empatia, a intuição e a imaginação; ocorre nela uma penetração mútua de percepções, sentimentos, emoções. As entrevistas foram gravadas e, ao fim, todo o material foi transcrito, permitindo um mergulho analítico, por meio de pistas que ajudaram a responder as questões de pesquisa.

Ao longo dos séculos, a oralidade tem sido a principal maneira de preservar e disseminar o conhecimento humano (Queiroz, 1987). O método da história oral é também multidisciplinar, pois facilita a interação entre diversas áreas como Serviço Social, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Ciências Políticas, Educação, entre outras. Esse caráter multidisciplinar tem ajudado na análise das complexidades que os pesquisadores enfrentam atualmente.

Lembrando que neste estudo, minha abordagem foi orientada por uma perspectiva decolonial, o que me ajudou a ver as histórias de vida não apenas como relatos individuais, mas como produtos de sistemas históricos e sociais opressivos. Ao escutar e analisar as histórias, é fundamental considerar como essas experiências são marcadas pela colonialidade do poder e do saber, e como elas refletem as dinâmicas de gênero e raça. A prática de contar e ouvir histórias não apenas revela o modo como as sujeitas são moldados pelos sistemas, mas também oferece uma maneira de revisitar e reconfigurar o passado. A reflexão sobre essas histórias me permitiu reconhecer as dimensões subjetivas e simbólicas das experiências narradas, ampliando minha compreensão das complexas interseções entre a vida individual e as estruturas sociais.

4.2 Observação Participante

Para complementar as entrevistas realizadas, adotei o método da Observação Participante, uma abordagem de inspiração etnográfica que permitiu que eu vivenciasse e entendesse situações e eventos cotidianos que, muitas vezes, são difíceis de captar apenas por meio de relatos. Esse método, como descrito por Monico et al. (2017), envolve a inserção ativa da pesquisadora no grupo ou comunidade investigada, permitindo uma interação direta e contínua com o ambiente e seus membros, pois a sua presença possibilita a captura das emoções e comportamentos das participantes de uma

forma menos intrusiva, proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada das dinâmicas sociais.

A Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de fatos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto (Correia, 1999, p. 31).

Desta forma, o processo de observação permitiu que eu visse as situações “de dentro”, e a interação constante com os membros da comunidade facilitou a compreensão das especificidades locais e das experiências das mulheres dentro de seus contextos. Marques e Genro (2016) destacam que a escuta ativa é crucial, pois ao nos abrimos a ouvir, também nos abrimos para sermos afetados e para estarmos imersos em um estado de sensibilidade. Essa sensibilidade permitiu a criação de novas possibilidades para descrever e entender o encontro com as participantes. O método não só ampliou a minha perspectiva sobre as histórias narradas, mas também ressaltou que a própria investigadora é um instrumento vital de pesquisa, como ressaltado por Silva (2006). Dessa forma, ao integrar a observação e a escuta profunda, minha pesquisa buscou uma compreensão mais ampla e enriquecida das dinâmicas sociais e das experiências individuais, explorando as interseccionalidades e os contextos culturais que moldam as histórias de vida das mulheres.

4.3 Etapas da Pesquisa

4.3.1 Levantamento Bibliográfico

Antes da entrada em campo, realizei uma pesquisa em bancos de dados e uma revisão teórica buscando ampliar a discussão crítica sobre o assunto e aumentar a familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. A partir de estudos já publicados abordei temas relacionados à tragédia em Mariana por meio dos estudos de desastres, estudos de gênero e o pensamento decolonial. Então, procurei fazer uma discussão crítica desses temas, em diálogo com os autores Oliveira, Acosta, Barrios, Valencio, Enarson, Ensor, Kilomba, Lugones, Mignolo, Quijano, entre outros.

4.3.2 *Produção de Dados*

Na segunda etapa, realizei um estudo de campo que envolveu a minha aproximação junto à realidade onde a questão de pesquisa foi identificada. Esse processo permitiu interação com as mulheres, possibilitando a construção de um conhecimento baseado em observações práticas e experiências diretas (Minayo, 1993). A pesquisa aconteceu com três visitas ao território entre fevereiro e junho de 2023, sendo realizadas quatro entrevistas abertas e em profundidade juntamente com as observações participantes, além das anotações no diário de campo. Os critérios utilizados para selecionar as entrevistadas foram:

- Ter maioria (a partir de 18 anos);
- Se considerar do gênero feminino;
- Ser moradora de comunidades atingidas e se considerar atingida.

Como conhecia algumas mulheres atingidas segui o que Gil (2008) chamou de amostragem de conveniência, onde a seleção das participantes ocorre a partir das pessoas às quais já se tem acesso e, assim, marquei com as duas primeiras participantes. Primeiramente, entrei em contato via *whatsapp*¹² com algumas mulheres tanto de Paracatu quanto de Bento Rodrigues e depois fui até a Casa dos Saberes, espaço de cursos mantido pela Fundação Renova, para mulheres das comunidades atingidas, onde reencontrei “Flor de Maio”¹³ e pude convidá-la para participar. Também utilizei o método “bola de neve”, onde as próprias participantes puderam indicar outras mulheres. Este é um método de amostragem útil para se estudar temas sensíveis e ou populações difíceis de serem acessadas ou estudadas (Bernard, 2005; Biernacki; Waldorf, 1981). Então, após a conversa com Flor de Maio, ela me indicou outras duas participantes.

As perguntas foram feitas com objetivo de escutar suas histórias sobre o antes e depois do rompimento. Havia um roteiro pré-elaborado (Apêndice A), no entanto, as entrevistas ocorreram de forma aberta, permitindo que as entrevistadas contassem também o que era de sua vontade, sem tanta interferência minha. O roteiro de entrevista, bem como o Registro de

¹² Aplicativo de mensagens instantâneas.

¹³ As participantes da pesquisa não foram nomeadas pelos nomes reais. Eles foram substituídos por nomes de flores.

Consentimento Informado (RCLE), que constam no Apêndice A e B, respectivamente, foram analisados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa antes da realização das entrevistas, conforme parecer disponível no Apêndice C. Os relatos e dados captados durante a realização das entrevistas foram armazenados pelo gravador de voz do *smartphone* e as anotações feitas em meu caderno de campo. Os áudios foram transcritos manualmente e também com ajuda do software “*Transkriptor*” para o documento Word e posteriormente analisados. As entrevistas foram agendadas por contato telefônico de acordo com a disponibilidade de cada entrevistada. Durante a realização das entrevistas, busquei estabelecer um contato mais informal para que as mulheres entrevistadas pudessem se sentir à vontade.

O diário de campo esteve sempre presente comigo para que anotações pudessem ser feitas a partir do que estava sendo observado, possibilitando a sistematização de dados e informações. Portanto, as vivências de campo, as observações, os pensamentos, reflexões e perspectivas foram ali registrados. Ele foi também uma forma de complementação das informações sobre o cenário onde a pesquisa se desenvolveu e onde estavam envolvidas as mulheres a partir do registro de todas as informações que não aquelas coletadas em contatos e entrevistas formais.

No intuito de ter contato direto com o campo e suas atores sociais em seus contextos, foi utilizada a observação participante, na qual pude experimentar o território, observar a comunidade, o que me permitiu um interagir com as mulheres atingidas. Por meio dessa compreensão foi possível entender melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais. E assim, estive presente e observei a aula de costura na Casa dos Saberes, a reunião da Comissão dos Atingidos e o Ato em prol da intervenção, preservação e restauração da Capela Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues, como será relatado no próximo capítulo.

4.3.3 Análise dos Dados

As entrevistas realizadas construíram uma teia de histórias do cotidiano de mulheres, como já mencionado, que foram atingidas e tiveram suas vidas impactadas pelo rompimento da Barragem do Fundão: suas dores, dificuldades, felicidades e percepções. Procurei pela autenticidade dos

discursos que suas vozes fossem ouvidas. Cada uma das entrevistadas rememorou, durante narrativa oral, espaços e tempos, em que busquei mergulhar nas subjetividades destas mulheres que presenciaram o crime-desastre socioambiental e ainda hoje procuram articular-se para fazer valer os seus direitos e retomarem as suas vidas. As entrevistas demoraram entre 1h30 e 2h30.

Após as entrevistas, busquei através da minha interpretação, correlacionar os dados produzidos com as impressões descritas no diário de campo para compreender os sentidos e os conteúdos manifestados. Se na fase inicial, pré-análise, o material havia sido organizado de forma a orientar a interpretação final por meio das hipóteses e objetivos, agora era o momento de tratar os dados.

Para o tratamento de dados, Meihy (2005) sugere três procedimentos: transcrição - processo de passar do formato oral para o escrito; textualização - compreensão das narrativas a partir das perguntas realizadas; transcrição - elaboração de uma síntese do que foi compreendido, na qual há uma interferência explícita da pesquisadora. Portanto, primeiro fiz a transcrição na íntegra das entrevistas e tudo o que foi falado foi mantido, assim como repetições, erros e sons. Com as entrevistas transcritas, passei para a segunda etapa, onde fiz uma primeira leitura, a fim de retirar o que não fazia sentido e também fazer uma ampla identificação e articulação dos dados, possibilitando o encontro do material coletado com o meu contexto e percepção, e assim, reorganizar os dados com base no referencial teórico com objetivo de estabelecer uma lógica de análise. E, por último, realizei uma seleção das categorias para serem então aprofundadas. Esse processo buscou incorporar os elementos trazidos pelas narrativas e trajetórias que possibilitaram validar ou refutar as hipóteses e objetivos da pesquisa.

Cabe ressaltar que em todo esse processo, meu corpo entrou em contato com o corpo dessas mulheres. Foi por como elas me tocaram antes do doutorado que eu me abri para conseguir compreender melhor uma questão que atinge tantas mulheres, em tantos corpos, em tantos territórios. Foi muito complexo para mim, e para cada mulher, esse processo de interação, pois envolve passar por esse processo de retraumatização. Isso me fez reviver e ressentir meus traumas, assim como elas. Por mais que eu queira colocar em

palavras, certos aspectos e vivências ainda não conseguem ter espaço, pois essa é uma construção coletiva, colaborativa, que precisa de tempo e de muitos encontros, inclusive para conseguir adentrar tantas dores. É a partir desse contexto que coloco minha aproximação com o campo.

5. DISCUSSÃO

Neste capítulo apresento: o relato de campo, a partir das observações e impressões vivenciadas durante a experiência no território; e as análises a partir das histórias de vida, considerando o teor das entrevistas e as observações e impressões minhas.

5.1 Relato de Campo

Meu primeiro contato com a tragédia em Mariana foi pela mídia. No dia do Rompimento da Barragem, em cinco de novembro de 2015, eu estava finalizando uma imersão do Dragon Dreaming¹⁴ em Piracanga¹⁵, no sul da Bahia. Como estávamos praticamente sem internet e “isolados”, soube da notícia por uma amiga, mas de fato só fui saber o que realmente tinha acontecido alguns dias depois quando chegamos a cidade de Ilhéus. Lembro-me de ficar chocada com a notícia, mas naquele momento não tinha noção do impacto ambiental e social. E apesar de me interessar por questões sociais e pela sustentabilidade, também não conhecia os estudos de desastre nem o que eram as barragens de rejeito, mas as imagens da lama me assustaram e me fizeram refletir sobre o impacto da mineração, e como aquelas pessoas sobreviveriam dali para frente. Ainda não tinha ingressado no mestrado e a academia era um sonho distante naquele momento, então nem passava pela minha cabeça que oito anos depois estaria em Mariana entrevistando mulheres para o meu estudo de doutorado.

5.1.1 Pré-Campo em 2019 e 2020

Durante junho de 2019 e agosto de 2020, fui coordenadora do Projeto Inovando Futuros em Mariana. E até o início da Covid-19, em março de 2020, estive em Mariana praticamente todos os meses, tanto para monitorar o projeto quanto para estar à frente dos encontros com os atingidos. O programa tinha como objetivo apoiar empreendedores de Bento Rodrigues e Paracatu de

¹⁴Dragon Dreaming é uma metodologia de gestão de projetos colaborativos que se baseia na sabedoria ancestral dos aborígenes australianos. Disponível em: <https://dragondreamingbr.org/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

¹⁵ Piracanga ecovila na Bahia que se autodenomina como sendo uma comunidade em desenvolvimento. Disponível em: <https://www.ecovilapiracanga.com.br/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Baixo e de Cima em seus projetos de vida ou em seus negócios. Ele foi dividido em dois momentos: encontros coletivos e mentorias individuais.

Os encontros coletivos aconteceram no espaço da Fundação Renova em Mariana durante dois meses e pelo período de 4h semanais, sendo na terça-feira para os moradores de Paracatu e na quarta-feira para os de Bento Rodrigues. Cada encontro contava com um tema e atividades específicas, algumas mais auto-reflexivas e outras de co-criação coletiva. Lembro que no primeiro encontro fizemos um círculo de expectativas¹⁶ para aquela fase dos encontros coletivos e finalizamos com um encontro de celebração, e assim, poderemos celebrar e reconhecer o que foi bom, o que poderia ser diferente e quais eram os aprendizados individuais e coletivos. Celebrar é importante, pois nos conectamos com nós e com o processo, criando uma base para que se possa sonhar novamente em um novo ciclo. Essa é uma etapa importante de reconhecimento e dar lugar ao que foi realizado e sentido, sendo uma ferramenta de Criação Colaborativa de Projetos “*Dragon Dreaming*”, como também utilizado por Machado (2022).

Ao final desta etapa, cada participante recebeu um certificado e também o seu plano de negócio ou de vida, de acordo com a sua escolha prévia. As mentorias individuais aconteceram nos meses seguintes na casa de cada participante com objetivo de focar no que de fato eles queriam construir. Devido à pandemia do Covid-19, os encontros que eram presenciais passaram a ser virtuais.

Estar em um projeto com pessoas que sofreram com o rompimento da Barragem foi um enorme desafio e também bastante motivador. No início poucas pessoas falavam e o tema rompimento parecia ser assunto proibido, pois quando alguém puxava o assunto, outras pessoas reclamavam e diziam que ali não era momento. Eu observava e sentia o que estava acontecendo, ao mesmo tempo, que tentava deixá-los à vontade e dizia que ali era um espaço deles e que eles poderiam falar sobre o que quisessem, e também não falar nada. Perceber a tensão e silêncio em torno do trauma mostrava o quanto era nítido que a dor e o sofrimento ainda estavam frescos, onde a menção ao rompimento da barragem despertava sentimentos de desconforto e

¹⁶ Ferramenta adaptada do círculo dos sonhos da metodologia *Dragon Dreaming* como Machado (2022) apresenta em um capítulo sua aplicação.

retraimento. Com o tempo, fomos criando um espaço de confiança. E o projeto se tornou um refúgio para a comunidade atingida. O encontro semanal proporcionava um momento de união e pertencimento, onde as pessoas podiam se conectar, compartilhar suas experiências e encontrar apoio mútuo. Essa rede de suporte foi fundamental para o processo de cada um. Então, depois de mais de um ano de projeto, percebi que um dos grandes ganhos foi o fortalecimento do senso de comunidade, pois os encontros coletivos acabaram se transformando em um espaço para acolher a dor e celebrar a vida, onde as pessoas podiam sonhar com o futuro. Além do fortalecimento da comunidade, o projeto também contribuiu para o desenvolvimento pessoal dos participantes que aumentaram a autoconfiança e a inteligência emocional.

Ter um momento em que todos se viam novamente era de grande apreço por eles, pois eles podiam interagir e trocar. Embora o projeto não tivesse como objetivo principal o acolhimento e a reconstrução dos laços afetivos, esses se tornaram uma consequência natural e importante. Uma forma de ressignificar aquele momento, de quem perdeu quase tudo e não quer perder o que considera mais importante, as suas raízes. Portanto, digo que esta foi uma experiência muito enriquecedora, onde pude perceber a força e re-existência daquelas pessoas e as possibilidades que um espaço de escuta e confiança proporciona, e assim, ver a mudança de um ambiente tenso e reservado para um ambiente de conexão e criação em que eles se sentiram mais confortáveis.

Ainda, estar em contato com eles me atravessou, atravessou meu corpo e ampliou meu contato com o território de Mariana, o crime-desastre socioambiental e a relevância de dar lugar a essas histórias de vida, tão ricas, tão invisibilizadas e tão profundas. Pude vivenciar o que Gago (2020) aponta na perspectiva de corpo-território, mesmo antes de conhecer a teoria. Enquanto eles se nutriam de pertencimento, eu me vinculava e também começava a me sentir parte de alguma forma, de uma dor, que fala de questões sociais que atravessam o Brasil e traumas que também atravessam meus traumas individuais.

5.1.2 Campo em 2023

Ao realizar a pesquisa, vivenciar o campo e escutar histórias, fui afetada o tempo todo por estímulos que se entrelaçam com a minha própria trajetória de

vida: que me levaram a refletir e a olhar para dentro: lembranças da minha infância na fazenda, dos traumas e violências sofridas. E, ao mesmo tempo, ser inspirada por mulheres que mesmo em contexto de desastre seguem cuidando de suas vidas e lutando por seus direitos, defendendo seus territórios, famílias e comunidades contra as empresas responsáveis pelos crimes-desastres. Mulheres que sofrem em silêncio, mulheres que vivem cada dia de forma inventiva e, também, com alegria.

Busquei estar atenta para perceber o “extraordinário que se mostra no ordinário”, no cotidiano presente nas esferas da vida. Para não perder nada, mesmo quando estava fazendo outra coisa, ao ter uma lembrança, ou um *insight*, parava para anotar, além das inúmeras caminhadas na praia do Rio de Janeiro que fazia para refletir, sentir e gravar as minhas percepções e ideias. E assim, como a construção dos significados ocorrem no cotidiano daqueles que vivenciam as experiências, a pesquisa também se desenvolve nessa interseção entre os cotidianos das sujeitas que compõem o estudo com o meu próprio. O caderno de campo e o gravador (celular) foram fundamentais e estiveram sempre comigo. Confesso que tirar fotos me deixava tensa e, apesar de ter feito algumas, busquei ter cuidado.

Estar em Mariana é uma experiência difícil de se descrever, pois é um campo no qual as questões em torno do rompimento ainda estão muito vivas, gerando muitos sentimentos misturados. Como fazer entrevistas de forma cuidadosa e profunda em um campo, que mesmo com tanto tempo depois do crime-desastre socioambiental, ainda vive os impactos em seu dia a dia? Uma cidade com pessoas atingidas direta e indiretamente pela tragédia e que têm sua história e identidade marcada para sempre. Um campo com pessoas fragilizadas e um tecido social desgastado, em que sabemos que os “atingidos” foram bastante assediados por diversos grupos: jornalistas, pesquisadores, movimentos sociais, Fundação Renova, consultorias, entre outros. Em que eu escutei: “estamos cansados de sermos violados e assediados”. Então, eu refletia: como fazer pesquisa sem causar tanto desconforto e assédio? Eu me arrepiava toda.

Se para mim é tão importante a questão de preservar meus limites e não passar por assédio, como evitar ocupar esse lugar? E, por um momento, eu travei, pois revisitei muitos lugares e cheguei até questionar se deveria

continuar a pesquisa. Ao mesmo tempo, queria contar aquelas histórias e elas também me inspiravam e me faziam prosseguir, e assim, eu poderia dar lugar a tudo aquilo que emergia no campo. Como também dar lugar aos vazios, silêncios e não ditos, por experiências tão traumatizantes e retraumatizantes ao se repetirem, em mim e nelas?

Portanto, realizar as entrevistas foi um enorme desafio. A ideia de que seria fácil ou, pelo menos, não tão difícil, por já ter alguns contatos e também por já conhecê-las, foi em vão. Muitas delas nem me responderam, ou respondiam, mas quando eu explicava o motivo do contato, o que era o estudo e que eu estava querendo escutar as suas histórias, elas paravam de me responder. Eu tentei entrar em contato com todas as mulheres das quais eu tinha o telefone, que no total eram treze. Busquei apoio de pessoas que trabalharam em Mariana e que poderiam fazer a “ponte”, mas elas não trabalhavam mais na cidade e me disseram que não poderiam ajudar. Fui conversar com a Cáritas, que oferece assessoria técnica e que tem um intenso trabalho junto aos atingidos, e apesar de terem me recebido muito bem e de terem me deixado participar da reunião da comissão, não me colocaram em contato com nenhuma mulher. Com o tempo entendi que eles não poderiam indicar, nem me colocar em contato com ninguém. Fui à casa do Saberes, espaço mantido pela Fundação Renova e onde acontecem os cursos para os atingidos, em busca de ter mais contato com elas, mas lá a maioria também não me deu atenção. E conheci, também, algumas pessoas do jornal “A Sirene”¹⁷.

Primeira ida a Campo – 28/02/2023

Um mês antes de eu ir pela primeira vez a campo (cidade de Mariana), eu entrei em contato com algumas mulheres das quais eu tinha o número de telefone. Ao ligar para elas eu lembrava quem eu era, pois elas já me conheciam e explicava o motivo do meu contato, falava da pesquisa e perguntava se aceitavam participar. Primeiramente duas toparam, então, eu marquei um horário com cada uma delas. Eu estava animada e achava que era um bom começo, pois depois da conversa tinha a expectativa de que me indicariam outras mulheres.

¹⁷ Veículo de comunicação das pessoas atingidas pela Barragem do Fundão. Disponível em: <https://www.instagram.com/jornalasirene>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Para chegar a Mariana eu ia por Ouro Preto e de lá pegava um ônibus ou taxi. “Parece que cada chegada ao mesmo lugar é diferente. Hoje sinto Mariana bem diferente de quando estive aqui em 2019 e 2020. Nas primeiras vezes existia uma tensão da minha parte e parecia que o desastre ainda estava presente na vida das pessoas. Hoje parece que ficou pra trás, as pessoas não falam tanto. Antes o motorista de taxi, a recepcionista do hotel, todos falavam alguma coisa a respeito do assunto, talvez por eu ser de fora, talvez por eu estar indo trabalhar... Agora eu chego com a sensação de conhecer o local”.

Cheguei ao endereço combinado, que era a casa dela. “Bromélia” me recebeu com sorriso no rosto: “Quanto tempo Maria, tudo bem”? Sentamos no sofá da sua sala e ela me ofereceu água e café, então contei um pouco mais sobre a pesquisa, o quanto era importante a sua participação e como seriam as entrevistas, por fim, entreguei o termo de consentimento para que ela pudesse ler e assinar. Assim que terminei de falar, “Bromélia” prontamente me disse que não queria participar e me explicou que não tinha me entendido, ela achava que eu estava oferecendo os mesmos cursos de antes e, como ela queria empreender, estava buscando apoio. Eu respondi que esses cursos haviam sido finalizados, que agora eu estava ali para fazer entrevistas para o doutorado e que o estudo não tinha nada a ver com o projeto anterior. Tentei explicar, mas ela não pareceu ter dúvidas, deixei o termo com ela, caso ela quisesse ler, e me coloquei à disposição. Um tempo depois eu entrei em contato novamente e ela não me respondeu. Entendi que ela não queria realmente participar.

A segunda entrevistada, que será chamada de “Orquídea”, me recebeu muito bem em sua casa, ofereceu bolo e café. Expliquei um pouco sobre a pesquisa e o quanto gostaria de escutar a sua história, depois expliquei também o que era o termo de consentimento e a entreguei. Ela me respondeu que sim, que toparia participar: “Maria, eu topo, fico feliz em ajudar, o que eu puder fazer”. Agradei e conversamos por uma hora e meia. Nesta primeira conversa, Orquídea parecia tranquila, mas falava pouco, respondia apenas o que era perguntado sem aprofundar muito. Mas eu estava feliz por ela ter topado com tanta boa vontade e imaginava que o “aprofundamento” viria com o tempo, que por mais que ela me conhecesse, não era fácil falar sobre a sua vida e o rompimento. Antes de sair, falei que retomaria o contato, pois queria

voltar mais vezes. E assim, reforçar o meu compromisso e valorizar a sua participação.

Ao mesmo tempo em que me senti acolhida por sua abertura, também me senti frustrada por termos ficado na superfície, sem conseguir entrar tanto. Essa dicotomia me habitou ao longo dos encontros, inclusive compreendendo a dificuldade dessas mulheres falarem de assuntos que são traumáticos. Uma dificuldade que eu também reconheço em mim, de apontar e falar dos meus traumas, especialmente em um espaço de pesquisa qualitativa.

Caminhando pela cidade, fui sentindo e reconhecendo lugares, ela parecia a mesma de quando eu a conheci e eu não via grandes diferenças na paisagem urbana. Uma sorveteria que não existe mais, alguma coisa ou outra diferente, mas tinha a sensação de que a grande maioria dos estabelecimentos são os mesmos. A cidade continua bonita, interessante e calorenta, até parece o Rio, “haja calor”. A Igreja da Sé está aberta depois de sete anos em reforma e parece que o escritório da Renova não existe mais.

Segunda Ida a Campo – 05.05.2023

Desta vez, a ida foi diferente: peguei carona com meus pais do Rio de Janeiro até Ouro Preto. A viagem foi tranquila e eu estava um pouco ansiosa com relação a como seria a receptividade no campo. Em Ouro Preto, peguei o ônibus circular que custou R\$6,30 e saltei na Rodoviária em Mariana. De lá, peguei um táxi para o Sagarana, lugar que eu tinha reservado para dormir. Estava curiosa quanto ao local, que era um café e uma hospedagem coletiva. O Sagarana é um lugar gostoso e, ao longo dos dias, fui descobrindo que “todo mundo” tinha uma memória afetiva com o lugar, pois suas festas e bailes tinham sido “famosos” com os estudantes.

Na sexta-feira, dia cinco de maio, às 9 horas, eu tinha uma reunião marcada na Cáritas. Cheguei ansiosa e meio esbaforida, pois o Google havia me enviado para o lugar errado. No balcão havia os jornais com os informes da Fundação Renova. Pedi para ficar com um de Bento e outro de Paracatu.

Fui recebida por uma das coordenadoras que foi muito simpática, e que disse que sabia que eu era pesquisadora da UFRJ:

- Olha, esse é o pior momento para os pesquisadores. Não é só você que está tendo dificuldade. Os atingidos estão cansados e não estão se colocando

disponíveis para as entrevistas. Mas você me envia um “e-mail” solicitando essa ajuda que a gente vai ver como podemos lhe ajudar. E indicou que eu fosse na reunião da Comissão dos Atingidos, que seria no dia oito de maio.

Perguntei também sobre a ida às comunidades. Posso ir às comunidades e aos reassentamentos? Gostaria de ir lá, sentir, conhecer, acho que vai ser importante para minha pesquisa. Como posso ir, qual a melhor maneira?

- Olha. Você pode ir na Origem, sim. As antigas comunidades atingidas eram chamadas de origem. Pode ser perigoso, você deve ir com alguém. E para os reassentamentos, você precisa de autorização da Fundação Renova (hmm, pensei, a Renova não vai me dar autorização). – E se eu for com morador? Aí sim, é tranquilo. Com morador, eles liberam.

A conversa durou cerca de 15 minutos e saí.

Na segunda-feira, dia oito de maio, tinha a segunda entrevista com a “Orquídea”. Fui andando para a casa dela animada com a conversa. No caminho, fui revisando mentalmente a entrevista anterior, o que ela tinha contado sobre a comunidade de Paracatu, a vida na roça e como ela estava hoje, e então refletindo o que eu gostaria de perguntar e explorar na conversa com ela naquele dia. Eram muitas ladeiras.

Cheguei. Ela própria abriu a casa e nos cumprimentamos. A conversa durou um pouco mais de 2 horas e foi gostosa, leve e mais profunda. A entrevistada parecia mais à vontade e a conversa fluiu bem. Ao final, disse que me levaria à comunidade de Paracatu, na Origem e no reassentamento.

Se você quer ir, não tem problema. Eu vou, eu não ligo não de ir.

À tarde fui à casa dos Saberes para me encontrar com outras mulheres. A Casa dos Saberes, como citado anteriormente, é um espaço mantido pela Fundação Renova que oferece diferentes cursos, como podemos ver pela agenda que fica em seu mural, representado na figura 6.

Figura 6: Agenda Semanal da Casa dos Saberes.



Fonte: acervo pessoal

Havia cinco mulheres, incluindo a Orquídea. Eu me apresente, falei sobre a pesquisa e perguntei se seria possível conversar com elas. Fiquei um tempo observando. Elas conversavam sobre questões de costuras de forma leve, pareciam amigas em um momento de lazer.

A professora veio me mostrar o canteiro da casa e a horta feita pelas alunas. Disse com orgulho que elas mesmas tinham plantado e também, com orgulho, falou que estava com elas desde o início do projeto da casa do saber. Falou sobre a evolução das alunas, do desfile de moda que fizeram no ano passado, da aluna que casou e a contratou para fazer o vestido de casamento.

Perguntei se ela toparia conversar comigo. Ela disse que sim, mas em outro momento. Infelizmente, essa conversa nunca aconteceu.

A professora comentou também que as meninas estavam chateadas porque haviam escolhido o nome de algumas ruas do reassentamento, com nomes de moradores falecidos, mas que elas tinham um tio que não havia ganhado a homenagem e, então, elas estavam revoltadas e não entendiam porque alguns tinham esse direito e outros não. A professora concordava com a indignação das alunas. - "Realmente não é justo". O ajudante apareceu dizendo que ia retirar os informes (jornais da Renova) porque toda vez que eles estavam expostos, dava confusão.

Um aspecto que me tocou profundamente foi a forte conexão que essas mulheres mantêm com seus familiares e com o seu passado. Elas demonstram um desejo genuíno de honrar aqueles que se foram. Embora existam fundações e estruturas formais, muitas vezes percebe-se que o lado subjetivo e profundo requer um acolhimento especial e que, muitas vezes, não recebe a devida atenção. Portanto, é essencial proporcionar um espaço onde essas pessoas sintam que seus antepassados são verdadeiramente honrados e que possam encontrar um lugar significativo para eles. Entendendo que ao dar voz às subjetividades e experiências individuais, podemos tecer uma narrativa mais completa e significativa da história familiar. E que quando honrarmos os nossos antepassados, não apenas preservamos suas histórias, mas também fortalecemos nossa própria identidade para construirmos um futuro. Também fui atravessada pela fala sobre os jornais, como se o problema fosse a informação que elas tinham visto e não a falta de espaço para a dor delas e também para honrar quem elas tanto amam.

Ao voltar para sala de costura, estavam falando sobre a morte de Dona Izolina. Por um momento, um filme passou na minha cabeça e recordei das vezes em que estive com ela nos encontros coletivos. Lamentei o seu falecimento. O sentimento presente não era apenas de tristeza da perda, mas também de indignação. Uma das participantes expressou uma angústia, pois era muito triste e difícil ver as pessoas da comunidade morrerem sem receber suas casas. Suas casas e territórios não eram apenas bens materiais, mas pilares de identidade e pertencimento. Pessoas que tinham toda uma história familiar com o lugar e ver esses indivíduos falecerem sem essa conquista representava não apenas uma injustiça, mas também uma profunda ferida na comunidade, onde a casa era muito mais do que um espaço físico, era um símbolo de estabilidade, segurança e história compartilhada.

A reportagem da Agência Brasil (2023) informou que “cinquenta e oito pessoas morreram antes que a comunidade de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), fosse completamente reconstruída...pessoas que morreram sem reparação”.

“Flor de maio” veio falar comigo, dizendo que o projeto que a gente tinha feito com elas tinha sido muito bom e que a tinha ajudado. Seu comentário me encheu de alegria. Fui conversar com ela para perguntar se ela toparia

participar da pesquisa. Disse que sim, mas, de cara, disse que não tinha tempo e que eu teria que encaixar a entrevista na agenda dela, e que se desse, então, tudo bem, mas que às vezes apareciam coisas de última hora e, nesse caso, precisaria desmarcar. Tentei encontrar um dia na semana, mas ela disse que naquele dia, estava impossível. Ficamos de falar em outro momento.

Em meio à frustração, fui compreendendo a complexidade por trás das desmarcações, cancelamentos e da relutância das pessoas em compartilharem suas histórias de vida. Esses episódios revelam uma dificuldade em lidar com a dor e em dar visibilidade a ela. Quando se tratava de oferecer suporte para seguir em frente e construir um novo futuro, como ocorreu com as consultorias e cursos, muitas mulheres demonstram interesse e disposição em participar. No entanto, quando se tratava de enfrentar a dor, de abrir espaço para o diálogo e o acolhimento do luto, e assim, permanecer e falar sobre o passado e as perdas, parecia que era uma tarefa difícil demais para ser realizada.

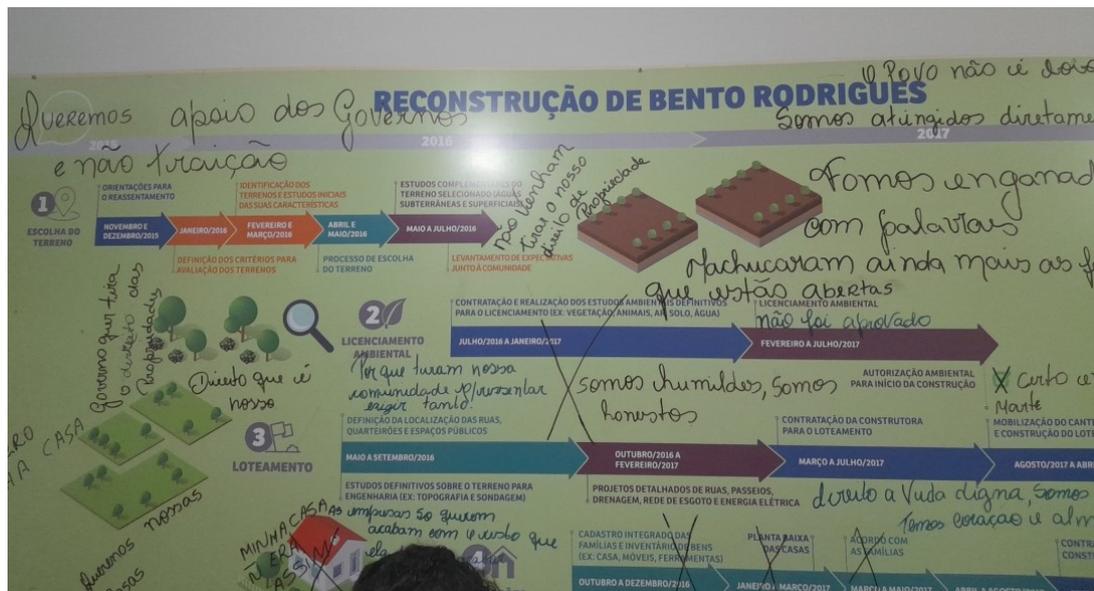
Compreendemos que, muitas vezes, trazer o passado para o presente significa revivê-lo, não apenas recordá-lo, mas também sentir novamente a dor, tanto individual quanto coletiva e esse processo enfrenta também barreiras individuais e coletivas. Muitas vezes, esse também é um processo de retraumatização, como visto no capítulo 2, onde a pessoa revive situações que a levam ao mesmo estado do trauma, causando enormes desconfortos e desgaste emocional.

Então, conecto com o trabalho de Veena Das (1991; 1996; 1997; 2008a) que percebeu que nos fatos mais brutais há uma zona de silêncio, onde se usa uma linguagem metafórica para escapar de narrar diretamente a violação, no que ela chamou de “conhecimento venenoso”: onde a permanência da violência na subjetividade modifica o imaginário e os horizontes de compreensão da vida, um conhecimento que se dá pelo sofrimento e que articula as dimensões social e individual. Das diz que se a maneira de estar com os outros foi brutalmente ferida, o “conhecimento venenoso” se apresenta como o passado-presente e não apenas como memória traumática, mas como impregnação da violência na vida. Desta forma, o “veneno” está incorporado à vida da vítima e permeia seu modo de conhecer a realidade no momento presente. E assim, problematizamos o silêncio, pois não podemos esquecer que historicamente há um silenciamento das mulheres (Spivak, 2010), mas que

muitas vezes ele também é uma estratégia de sobrevivência e um mecanismo de resistência (Das, 2008a).

Dali, fui andando para o escritório da Comissão dos Atingidos da Barragem do Fundão (CABF). Na sala onde fica a recepção há um mural impresso com o histórico da reconstrução de Bento Rodrigues, como vemos na figura 7. Há diversos escritos a mão, como forma de protesto e indignação: “Fomos enganados”, “Queremos apoio dos governos e não traição”.

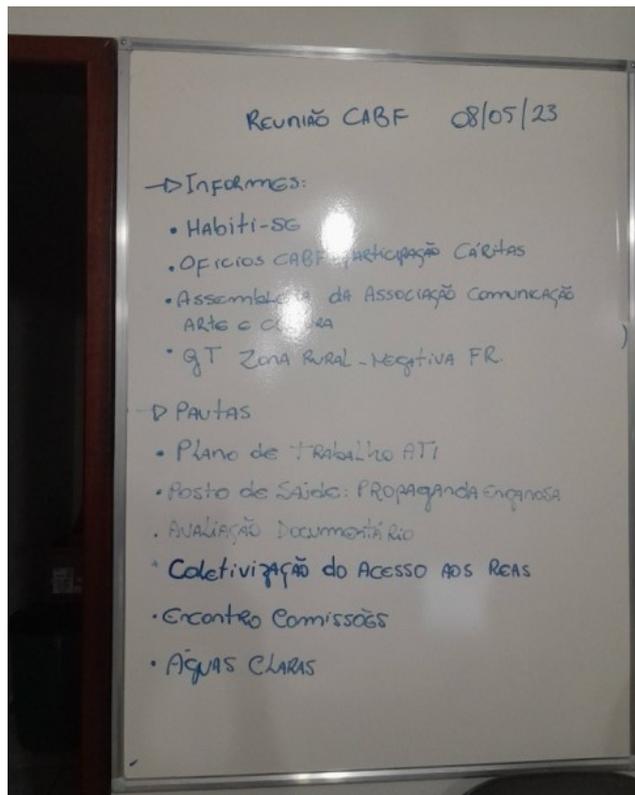
Figura7: Mural na Comissão dos Atingidos.



Fonte: acervo pessoal

Ao entrar na sala, identifiquei uma pauta no quadro, como pode ser visto na figura 8, mas não soube como ela foi construída e se os participantes a haviam definido.

Figura 8: Pauta da reunião da comissão dos atingidos.



Fonte: acervo pessoal

A reunião começou às 18h20min. Havia 17 pessoas, dentre elas, uma equipe de três pessoas que estavam fazendo um documentário. A reunião também foi transmitida via sala virtual, mas não consegui saber quantas pessoas estavam online. A Cáritas conduziu a reunião e, basicamente, duas atingidas que estavam presentes e um homem que estava online falaram. Ao longo do tempo, as questões previstas na pauta foram sendo discutidas uma a uma, na ordem em que estavam no quadro. A pauta pode ser vista na figura 5.

- Habite-se: aval da Renova e da Prefeitura para que os atingidos possam morar nas suas novas casas nos reassentamentos. No entanto, os atingidos não são informados de quando vai ser feita essa vistoria e acabam não indo, logo, o aval é concedido, mas muitas das casas não estão habitáveis por causa de problemas com infra-estrutura. E depois que a casa é entregue, fica muito mais difícil negociar qualquer problema. Então, os atingidos se organizaram para comunicar à Prefeitura que eles também poderiam ser processados, juntamente com a Renova, pois também eram responsáveis. Como solução para que os atingidos fossem, de fato, informados sobre a vistoria, a Cáritas

conseguiu que houvesse um documento com assinatura deles, caso eles não quisessem participar da vistoria.

- Os atingidos reclamam que as casas parecem com as casas da Vale e não com as casas pedidas. São casas “que nem apartamento” e não casas rurais.

- A Renova quer parar de pagar o auxílio ao entregar as chaves de casa. Mas isso deveria acontecer quando entregasse à comunidade como um todo. “O auxílio deve ser até que os ‘modos de vida sejam retomados’, mas se o que eles estão entregando não é a retomada dos meios de vida e de produção, não tem entrega e não pode ser considerado acabado”.

Ao lembrar o conceito de “Bem Viver”, de Acosta (2016), entendi que a proposta de cessar o auxílio ao entregar as chaves das casas pela Renova era uma visão limitada do que significa verdadeiramente reconstruir modos de vida e sustento para as comunidades afetadas, pois a entrega das casas deveria ser apenas uma parte de um processo mais amplo e significativo de restauração dos meios de vida e de produção. O bem viver não se resume simplesmente a ter um teto, mas também envolve a capacidade das pessoas de se proverem de forma digna e sustentável, respeitando suas culturas e conexões comunitárias. Portanto, se as condições entregues não proporcionam uma verdadeira retomada dos meios de vida, essa entrega não pode ser considerada completa, nem satisfatória. É essencial que qualquer assistência seja oferecida até que as comunidades não apenas tenham acesso a moradias adequadas, mas também possam reconstruir integralmente seus meios de subsistência, autonomia econômica e, especialmente, sua relação com a natureza e com uma forma de viver equilibrada.

Pessoas da comissão estão com a entrega das casas mais atrasadas. Há pessoas com direitos diferentes, algumas que receberam mais de uma casa e outras que não receberam. Por quê? Por que isso acontece? E nós que estamos na comissão não temos nem projeto de casa, por quê? Retaliação? A Renova fica nos prejudicando.

Essa fala me tocou, pois percebi uma profunda frustração e indignação diante das disparidades e injustiças percebidas no processo de entrega das casas pela Renova, sendo que as pessoas que lutam pelos direitos e

interesses da comunidade, estão sofrendo ainda mais injustiças e enfrentando atrasos significativos em relação às entregas. A percepção de que alguns indivíduos têm direitos diferenciados, recebendo mais de uma casa enquanto outros ainda aguardam a primeira, levanta questionamentos sérios sobre os critérios de distribuição e a transparência no processo. A ausência de um projeto de casa para os próprios membros da comissão sugere possíveis formas de retaliação ou obstáculos deliberados por parte da Renova, intensificando o sentimento de serem prejudicados e marginalizados. Essas situações não apenas exacerbam a desconfiança e a desigualdade percebida dentro da comunidade, mas também desperta uma série de emoções como indignação, impotência e desilusão diante da dificuldade em alcançar justiça e equidade nas políticas de reparação, e, então, retraumatiza, num constante processo de apropriação da própria dignidade, já que com o trauma, o sentimento existencial de segurança é danificado ou destruído (Remmers, 2023), caracterizado pela incapacidade do indivíduo em responder adequadamente àquela situação.

- Propaganda enganosa. A Renova fez um anúncio de um programa de saúde para o Novo Bento¹⁸, com benefícios que são contra lei. “E isso acaba jogando a cidade de Mariana contra os atingidos. A Cidade já olha torto para gente, já diz que a gente é o povo rico que atrapalha eles, e aí, como fica?”

Fala de um atingido: “É sempre a mesma coisa que eles fazem, querem dividir pra enfraquecer. Jogar comunidade contra associação, dizem que as coisas demoram por causa da gente, que a gente está atrapalhando. Chegamos a ser ameaçados”.

- “Isso acontece sempre. Há sempre pessoas zombando da comissão. Dizem que a gente estava indo para Belo Horizonte para ganhar almoço, que a gente era bóia fria. A gente estava indo lutar pelos nossos direitos. Isso traz raiva”.

“Não pedimos para entrar na história, mas é nosso dever lutar. Inspirar e sensibilizar outras comunidades para que não permitam construir barragens, que a mineração não estrague tudo como foi com a gente. Poderia ser evitado em Brumadinho”.

¹⁸ Novo Bento é como as pessoas costumam chamar o reassentamento de Bento Rodrigues,

A reunião, muitas vezes acalorada, durou quase 3 horas.

O mais marcante para mim foi que aquelas conversas pareciam ser de 2019, na primeira vez em que estive em Mariana. Muita coisa parecia estar se repetindo. O que aconteceu de lá para cá? Porque as coisas não andaram? Como é possível os atingidos continuarem nisso tudo sete anos e meio depois?

A reunião evidenciou um cenário de estagnação e repetição das mesmas questões levantadas desde 2019, destacando o descaso contínuo e a falta de escuta em relação aos atingidos. Mesmo com acordos supostamente alinhados com a Renova, é necessário manter uma vigilância constante e pressionar ativamente, pois parece que as ações são conduzidas unilateralmente em benefício próprio, sem assumir a responsabilidade pelo que é justo e essencial para os atingidos. Cada conquista precisa ser uma luta árdua e constante. E eles expressam essa exaustão: "Ou lutamos ou somos deixados de lado". "Estamos enfrentando desafios diários". "A pandemia tem dificultado nossa luta pelos direitos". Essas declarações ressaltam a sobrecarga emocional e física enfrentada pelas comunidades afetadas, que continuam a batalhar diariamente por justiça e dignidade em meio a obstáculos persistentes e adversidades prolongadas. E no meio de toda essa situação, a Cáritas parece desenvolver um importante papel junto aos atingidos, pois eles oferecem apoio emocional e técnico para o pessoal que ficou "abandonado".

Terceira ida a campo - 25/05/2023

Na terceira ida a campo, eu estava mais apreensiva e preocupada com as entrevistas, ao mesmo tempo que também estava animada, pois iria passar mais tempo em Mariana e estava buscando outras formas de chegar até as mulheres. Também estava na expectativa de conversar com "Flor de maio", que tinha me sinalizado que toparia participar. Ela me encaminhou o convite para o Ato em prol da intervenção, preservação e restauração da Capela Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues. E eu pedi que encontrássemos em outro momento que não fosse durante o Ato. Depois de algumas tentativas e desencontros, a entrevista com "Flor de maio" aconteceu. Eu a encontrei na sala de reunião da Comissão dos Atingidos em Mariana, pois ela disse que em sua casa não seria possível. A conversa durou um pouco mais de 1 hora e ela estava um pouco agitada. "Flor de maio" falou com

bastante indignação sobre a situação que estão vivendo, lembrou com tristeza todo o processo e o quanto tem sido difícil ser reconhecida como atingida e que devido ao jogo da Renova, a própria comunidade, muitas vezes, também não a reconhece e fica contra ela. Durante a entrevista, percebi que a agitação de "Flor de Maio" não era apenas uma questão de nervosismo, mas sim uma manifestação genuína de frustração e de um profundo cansaço emocional. Ela falava com uma intensidade que refletia a luta constante para ser ouvida e compreendida, não apenas pelos representantes institucionais, mas também por seus próprios vizinhos. As palavras dela revelaram a dor de se sentir invisibilizada e mal compreendida em um processo de recuperação que parecia negligenciar as realidades vividas por ela e por tantos outros, como Akotirene (2018) apresenta em seu livro "Interseccionalidade".

Ao final da entrevista, "Flor de Maio" comentou que minha abordagem era diferente e expressou um alívio sincero por ter participado da conversa. Essa observação me tocou profundamente, pois, apesar da dureza de suas palavras, havia um reconhecimento na forma como ela se despediu, que sinalizava um agradecimento pela oportunidade de expressar sua verdade de uma maneira que sentiu ser mais compreensiva e respeitosa. Me senti tocada pelo relato forte, cheio de emoção e dor, ao mesmo tempo que valorizando o espaço de escuta e o quanto o ato de ouvir e validar as experiências pessoais pode oferecer um espaço de dignidade e reconhecimento em meio a processos complexos, desumanizadores e traumatizantes.

O Ato estava sendo organizado pela Comissão de Atingidos e aconteceria no sábado, 27 de maio. Nesse dia eu fui para o centro de convenções de Mariana, onde era o ponto de encontro para o ônibus.

No caminho para Bento Rodrigues estava o novo Bento, como podemos ver na figura 9, casas que parecem um condomínio.

Figura 9: Novo Bento Rodrigues em obras.



Fonte: Site Jornal Voz Ativa

Depois do novo Bento, a estrada era de terra, com uma “mata” ao longo do caminho, diversas placas de Monitoramento da Samarco e, também, indicando que ali era propriedade particular da empresa. A figura 10 mostra uma placa na estrada indicando o caminho.

Figura 10: Placa no caminho para Bento Rodrigues.



Fonte: acervo pessoal

Depois de praticamente 2 horas de viagem, chegamos a Bento Rodrigues. O objetivo do ato era reivindicar o início das obras de restauração da Capela das Mercês. De acordo com os relatos e com a vistoria técnica realizada pela assessoria, a situação era grave. O processo de restauração não foi iniciado, mesmo com a aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) em maio de 2022.

Ao chegar à comunidade, fui observando a paisagem: caminho de terra, casas abandonadas e marcadas pela lama. Algumas casas inteiras, outras não, uma cidade abandonada, como podemos ver nas figuras 11, 12,13 e 14.

Figura 11: casa destruída e tomada pelo mato.



Fonte: acervo pessoal

Figura 12: casa abandonada com marcas da lama.



Fonte: acervo pessoal

Figura 13: Casas destruídas pela lama em Bento Rodrigues.



Fonte: diário de campo da pesquisadora

Figura 14: Caminho para chegar a Capela.



Fonte:acervo pessoal

Já na figura 15, vemos uma placa que estava no caminho para a capela, com um lembrete: “Para que não se repita”, ecoando como um chamado à memória coletiva e à reflexão sobre os eventos passados, servindo como um alerta. É um lembrete doloroso e poderoso das consequências de ações negligentes e injustas, incentivando uma postura de responsabilidade e cuidado para evitar que tragédias semelhantes ocorram novamente.

Figura 15: Placa “Para que não se repita”.



Fonte: acervo pessoal

Fomos caminhando até a capela, que pode ser vista na figura 16, um patrimônio do século 18 localizado na parte alta da comunidade, uma das poucas estruturas que resistiram ao rompimento da barragem.

Figura 16: Capela das Mercês.



Fonte: acervo pessoal

Em uma postagem na rede social Instagram, a Cáritas (2023), relata que, com a saída dos moradores do território, têm faltado recursos para a manutenção da capela. No entanto, é impressionante ver como a conexão das pessoas com sua identidade e território de origem é tão profunda que, mesmo expulsos de suas casas pelo crime ambiental, continuam retornando para cuidar desse espaço sagrado. Nos finais de semana, a comunidade se dedica à limpeza do local e à realização de suas tradições, demonstrando uma resiliência diante das adversidades. Isso não apenas preserva a história e a cultura locais, mas também reforça a importância de manter viva a memória e a espiritualidade que os ligam ao lugar que ainda consideram seu lar.

Ao chegar ao local, havia bastante gente. Moradores, profissionais da Cáritas, pesquisadores, entre outros. Encontrei um lugar na capela e sentei, e, em poucos minutos, começou. Primeiro uma fala do representante da Cáritas explicando a importância daquele momento. Depois um morador pediu a

palavra e começou dizendo: “Queria deixar claro que eu não sou contra a mineração”. Mas também era preciso fazer alguma coisa, era necessário cuidar do que era deles e tão importante para eles.

Depois o Padre Marcelo falou sobre o compromisso de todos e a necessidade das obras começarem o quanto antes. “Aqui é o nosso espaço de resistência”

Ao final, em homenagem àqueles que fizeram parte da história da comunidade e hoje são falecidos, foram lidos os seus nomes em voz alta e as pessoas presentes uniram-se em um grande abraço em volta da Capela das Mercês, como pode ser visto nas figuras 17 e 18.

Figura 17: Pessoas em volta da Capela das Mercês.



Fonte: acervo pessoal

Figura 18: Pessoas “abraçando” a capela das Mercês.



Fonte: Site Cáritas 2023

No pátio da Capela reconheci algumas pessoas e “Camélia”, que eu conhecia, veio falar comigo, quis saber o motivo da minha presença e ao explicar a pesquisa, me disse que toparia participar.

Foi um ato muito emocionante e bonito. Foi servido um lanche e o ônibus voltou em direção à Mariana.

Entrei em contato com a moradora e marcamos de nos encontrar no intervalo do seu horário de almoço. Ela me disse que sentia muita falta da roça e que ela e a mãe iam todo final de semana para Bento, onde tinham casa. Contou também o quanto tinha sido confuso o processo com a Renova, que não tinha recebido o dinheiro, que tinha a escritura da casa, mas que não acreditavam que ela tinha casa lá. Se emocionou ao contar da morte do ex-marido. E me lembrei que ela também havia perdido um irmão por suicídio. Ao explicar um pouco mais sobre a pesquisa, ela ficou um pouco desconfortável, disse que sentia meio tímida em ter que contar sua história e disse que não tinha tempo para me encontrar, que então, infelizmente, não poderia participar.

Também estava em contato com outra moradora que, a princípio, havia aceitado participar, mas que com o passar dos dias, ao chegar a hora marcada, havia sempre algo que a impedia de participar, sendo que, ao final, ela me disse que não tinha disponibilidade. Cada vez mais eu ia percebendo o quanto

era difícil, que as pessoas não estavam dispostas a conversar, que estavam cansadas de tudo aquilo. Por mais que eu entendesse, eu me sentia de mãos atadas.

No dia seguinte fui a um evento na Universidade para um lançamento do livro *Entre Minas*, do fotógrafo Wilson da Costa. A entrevistada dois ia falar, também. Em um discurso bastante forte, disse que estava cansada daquilo tudo, que eles eram o tempo todo assediados. Contou sobre o seu próprio processo de fotografar e reforçou a importância do trabalho feito por Wilson.

Ao final, me apresentou a entrevistada três e a estimulou a participar. Também enviou um áudio para entrevistada quatro falando que eu gostaria de entrevistá-la e pedindo que me recebesse em sua casa na Zona Rural.

No sábado eu fui conversar com uma professora que trabalhava em Bento Rodrigues. Muito receptiva, me recebeu em sua casa e me contou o quanto esse processo todo tinha sido difícil para as crianças e adolescentes. Para além do luto e a dor de perder tudo, eles tinham passado por forte hostilização na cidade e também na escola e, por causa disso, tinham criado a escola de Bento em Mariana. Falou da perda de identidade dos moradores da comunidade e também de Mariana, que hoje era uma cidade dividida e que, de alguma forma, todos eram atingidos.

Dois dias depois eu consegui encontrar a terceira entrevistada que me recebeu em sua casa. Por fim, no último dia fui até a Zona Rural conversar com a quarta entrevistada. Ao longo desses 15 dias, vivi momentos em que senti bastante apreensão, em que não sabia o que fazer. Encontrava pessoas dispostas, mas que não sabiam ao certo como me ajudar e que comentavam o quanto que estava difícil, o quanto estavam cansadas, o quanto era uma situação complexa por eles ainda não terem as suas casas, não terem retomado as suas vidas. Que também havia muitos pesquisadores, muita gente atrás deles, e que nem sempre davam retorno.

Durante o campo, como mencionado anteriormente, eu entrei em contato com treze mulheres atingidas. Destas, quatro disseram que aceitariam participar, mas apenas uma, de fato, topou. A segunda entrevistada, eu revi na Casa dos Saberes e as outras duas foram indicadas por ela. Nesse período, eu entendi também o quanto as pessoas estão longe uma das outras, sem contato, e que a comunidade não se encontra, se perdeu. Algumas famílias

não moram mais em Mariana, outras não sabem para onde vão ou para onde querem ir e, no meio disso tudo, todo o desgaste e sofrimento com a Fundação Renova, que se prolonga ao longo dos anos.

Antes de apresentar as histórias de vida de quatro mulheres, gostaria de enfatizar que elas foram nomeadas no plural, para ressaltar seus modos de viver em comunidade, as suas perspectivas coletivas e suas lutas comunitárias, assim como a escolha por apresentar cada uma delas em separado, individualmente, para realçar as suas histórias e seus protagonismos.

5.2 Primeira História: mulheres da roça

A entrevistada 1, que, como mencionado anteriormente, será chamada de “Orquídea”, nasceu em Paracatu, tem 50 anos e se considera uma mulher branca. É a primeira de seis filhos, todos “nascidos e criados” em Paracatu. Saiu de casa aos 15 anos para trabalhar como doméstica. Quando o rompimento aconteceu, morava na cidade durante a semana e, aos fins de semana, voltava para Paracatu. Durante as conversas, o tempo todo, “Orquídea” fala com carinho, apreço e saudade de Paracatu e o quanto gostava e era importante ter a roça aos fins de semana, demonstrando o quanto ela se sentia pertencente à comunidade e que estar em Mariana tinha mais a ver com uma sobrevivência financeira e que, portanto, havia uma necessidade de morar em dois lugares para não perder o local que ela chama de lar. Vivendo entre esses dois mundos, ela sente toda essa dor da perda da sua identidade, do seu modo de viver e da falta da convivência e relação com familiares e vizinhos. Podemos perceber, a partir da sua vida na roça, o quanto para ela foi traumática a perda de seu lugar de encontro consigo mesma e com os seus. É também a perda um modo de ser, pois, como conceitua Anna Tsing (2022), modos de vida emergem a partir de encontros.

5.2.1 Paracatu – vida na roça

Para “Orquídea”, falar de Paracatu é lembrar da sua comunidade, das suas origens, é se reconectar com a roça e comparar com a vida de hoje, que não é a mais a mesma. “Ah, no Paracatu é muito melhor, né? Quando a gente chegava na roça, até o cheiro da roça era diferente. Tudo na roça é diferente, é mais gostoso”.

Podemos relacionar o relato de "Orquídea" com o conceito de bem viver de Alberto Acosta (2016), que se baseia nas relações comunitárias e na convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a natureza, o que é contrário à ideia de desenvolvimento da mineração. Para ela, falar de Paracatu é evocar lembranças de sua infância e se reconectar com suas raízes, onde cada aspecto da vida tinha um significado especial. Comparando sua vida atual com as experiências na roça, "Orquídea" destaca a qualidade de vida percebida na simplicidade e na autossuficiência da vida rural. O cheiro, os sabores e a atmosfera da roça representam não apenas um lugar físico, mas um estado de ser onde a harmonia com a natureza e a comunidade eram fundamentais. Esse contraste entre o passado e o presente ilustra não apenas uma nostalgia pessoal, mas também uma crítica às mudanças que afetaram negativamente seu bem-estar e o de sua comunidade desde o crime-desastre sociambiental.

Eu gosto da roça. Eu sou da roça, gente, eu sou de lá. O que eu vou fazer aqui na cidade? Mas na roça é diferente. Tinha dia que a luz acabava e você ficava no escuro. Porque até a [Companhia Energética de Minas Gerais] CEMIG chegar... Então a gente estava acostumada com aquilo. Eu estava acostumada com aquela vida tranquila. Aí eu falei assim, nossa, eu senti falta da roça. Aí eu também. Todo mundo sente falta. Porque eu já nasci. Não era cidade.

Eu lembro do cheiro de roça, a minha casa, casa da minha vizinha, casa da outra vizinha, a escola, a igreja. A igreja ainda está de pé. A igreja não caiu. E a escola também não. Eu lembro do lugar, eu vou falando e vendo o lugar direitinho, da casa velha que a gente tinha...No fim de semana, às vezes tinha as festas. Tinha o almoço de domingo com a família e os amigos do meu pai. Lembro de ir na casa do meu avô, a gente ia lá.. chegava lá, entrava, abria a casa, limpava...e ele ficava bravo...ele era engraçado.

Porque lá era roça, era bem gostoso, a gente não tinha muito, mas era muito bom. Eu ia pra lá conversava com os vizinhos, sentava no gramado, que na minha casa que era em frente ao campo, ficava conversando. E lá sempre tinha coisa pra fazer. Tinha uma horta pra você ajudar, a mandioca etc...E a noite você sentava tranquila, descansava, batia papo com todo mundo.

Na roça, lá não tinha luz. Chegou luz em 79, 80. Uma lâmpada em cada cômodo. Então, a gente costumava não ter luz e todo mundo dormia cedo. Era tranquilo, normal. Vida normal. De roça mesmo.

As lembranças e as emoções vão ganhando espaço em seu relato: “Eu fico lembrando, mas não tem o que fazer, Maria. Então eu lembro, às vezes, mas eu vou levando a vida. A vida vai... Vai... e a gente se acostuma, né?” Aqui eu fico sozinha, sentindo falta, mas fazer o que, né? Não vai voltar...

Assim, não é pelo bem material. É o pouquinho que a gente tinha, que era a alegria. Eu vivia com 50 reais o mês inteiro. Então, eu fico sentindo falta. Eu fico lembrando da minha infância, andando de bicicleta e depois vendo os sobrinhos, as crianças brincando. A horta, a pesca...a gente sente falta, eu nasci e fui criada ali...aí as pessoas falam, tá sentindo falta de que?

Ah, mas às vezes a gente fica triste, está tudo bem, também, né? Eu tive que tomar remédio porque senão ia ficar maluca. Eu tomei medicação por um tempo, agora parei um pouco. A cabeça ficou muito ruim. Não tava bom. Eu só queria ir embora. Do nada eu queria ir embora, eu não sei, dava vontade de ir embora, não sei para onde, porque não tinha para onde ir. Mas queria ir embora, não sei porque e não sei para onde. Mas aí com a medicação eu melhorei um pouco e aquietei.

A fala de "Orquídea" revela não apenas a profunda conexão emocional com sua comunidade de origem, mas também com os impactos psicológicos devastadores do desastre. Para Peter Levine (2012), o trauma faz com que a pessoa se sinta presa e assustada em suas próprias reações fisiológicas e com medo de suas emoções. Seu relato sobre a necessidade de medicamentos para lidar com o sofrimento emocional reflete o quanto foi difícil lidar com o trauma. Esse trauma não se limita apenas ao evento traumático inicial, mas também às dificuldades contínuas de adaptação e à falta de apoio psicológico. A sensação de querer ir embora, sem um destino claro, pode ser entendida como um sintoma do desamparo, da perda de referências e de suportes emocionais. A estabilização emocional alcançada com a medicação sugere o quão grave foi a situação.

5.2.2 A vida após rompimento

Após o rompimento da Barragem, a vida mudou para “Orquídea”. Houve uma perda dos laços afetivos e do senso de pertencimento, já que este está profundamente ligado à conexão íntima com a terra e ao território de origem (Hooks, 2022). As pessoas que antes eram vizinhas, agora moram longe umas das outras. Algumas se mudaram de cidade e até de estado, o distanciamento é motivo de tristeza. “Agora as vizinhas moram longe, então a gente fica

sentindo falta da vizinhança, do contato, de sair na rua e encontrar, de bater papo.” E complementa: “Ficou tudo distante, não nos falamos nem por telefone. É difícil ter o telefone deles”.

É diferente, porque lá era pequeno e a gente tinha o hábito de se encontrar [toda a família] na casa da minha mãe. E agora é difícil, tá cada um para um canto, não dá para vê-los, eu não vou na casa deles [dos irmãos]. Agora a minha mãe que mora mais perto, eu acabo vendo mais.

Há um estranhamento com a nova rotina e lugar. Há uma indignação com o que a vida se tornou:

Difícil é agora, é estranho, né? Porque não tem lugar mais. Eu tô aqui e eu achei muito diferente. Gente, tô aqui dentro de casa. mas eu podia estar na roça, como a barragem passou, não tem jeito. O que ninguém entende é que o quadradinho que você tinha na roça é o que é interessante, que te distraía. Eu sempre ia pra lá. E agora como eu estou desempregada, eu fico todos os dias nesse quadrado aqui. Você vai ficar andando pra rua fora? Às vezes eu faço alguma coisa - eu faço hidroginástica, alongamento. Vou, também, na casa de Saberes, onde faço curso de costura e de dança.

A experiência compartilhada por "Orquídea" sobre a perda da conexão com seu território e a comunidade, reflete um profundo trauma com a perda de não ter mais lugar e também o trauma coletivo que vai além das consequências físicas visíveis do desastre. É, também, um sofrimento social, e ela expressa a estranheza e a dificuldade de se adaptar a um novo contexto onde não há mais o lugar familiar da roça. O “quadrado na roça”, que antes era seu refúgio e fonte de distração, agora é uma lembrança distante, substituída pela monotonia e pelo vazio emocional. Essa perda de identidade e de sentido de pertencimento é uma ferida emocional que persiste e que ela busca sanar no coletivo e nas atividades que proporcionem algum tipo de conforto e normalidade, como os cursos de costura e dança na Casa de Saberes. Como nos lembra Anna Tsing (2022), somos feitos de nossos encontros, onde sobreviver é coletivo e não individual.

Eu perdi a minha identidade, a identidade de Paracatu. Foi onde eu nasci. Eu nasci nele, não nesse outro [Novo Paracatu, o reassentamento]. A gente tinha tudo lá. Não dá para te mostrar porque as fotos ficaram lá.

Lá a roça era bem gostosa. Eu agora, tô sentindo falta. Desde que a barragem passou, não tem mais roça. Queria uma roça pra gente ir, mas não tem. Aqui a gente se acostuma e a gente

fica porque não tem opção. E o novo Paracatu não é roça não. Não tem outra roça... Lá é tudo asfalto, não tem nada a ver.

Mais uma vez, a fala da “Orquídea” reforça seu vínculo com Paracatu que também fazia parte da sua identidade, onde o bem viver contesta o progresso e desenvolvimento por meio da exigência de outra relação com a natureza (Acosta, 2016). Para a Renova, o processo de reconstrução está limitado à oferta das casas com uma estrutura “adequada”, mas que não se adequa aos parâmetros e compreensões dos atingidos, de quem morou na roça e que vivia em contato com a natureza, inclusive com outros tipos de moradia que estão muito mais ligados às cosmovisões de bem viver.

Assim, as múltiplas desconsiderações e invisibilidades, como entregar uma moradia sem o espaço da horta, pode parecer “capricho”, mas é justamente na horta que há a conexão da pessoa com a terra, com a natureza, com a comunidade e com o bem viver. Receber uma moradia que não traz essa relação, também é um certo tipo de trauma, da pessoa se sentir usurpada do que antes foi uma realidade.

Lá no Paracatu novo, as casas são engraçadas, as casas são grandes por fora, mas dentro os cômodos são muito pequenos. É estranho, aí a gente não sente que é casa. A cozinha e sala junto. Eu achei muito pequeno. Eu achei esquisito.

O novo reassentamento que não reflete seus modos de vida e gera indignação de quem perdeu tudo e não está sendo escutado. Por fim, “Orquídea” fala do futuro, que está sem perspectivas, e dos sonhos que se perderam:

Meu sonho era, com aposentadoria, viver na roça, mas não tem mais para onde ir... Imagina na roça, você todo dia pesca seu peixinho... Então eu quero melhorar mais um pouco né? Ter mais saúde pra viver mais um tempo bem. Porque agora eu to com 50 anos... Melhorar pra viver...

Por fim, a fala sobre o sonho de viver na roça com aposentadoria ilustra vividamente a desconexão provocada pelo crime-desastre socioambiental e como isso afetou profundamente o seu bem estar. Para ela, a roça não era apenas um lugar físico, mas um símbolo de qualidade de vida, de tranquilidade e de bem viver em harmonia com a natureza. Como nos lembra Norma Valencio (2009), para além das perdas materiais, existem cicatrizes emocionais que afetam a autoestima, a identidade, a sobrevivência e os modos de vida.

Em Pedagogia dos sonhos possíveis, Paulo Freire (2014, p.22) afirma que é “impossível existir sem sonhos”. Portanto, a perda desse sonho representa uma dor significativa da impossibilidade de realizar um projeto de vida que estava intrinsecamente ligado à sua identidade e bem-estar emocional. A falta de perspectivas futuras e a necessidade de melhorar a saúde para aproveitar ao máximo os anos restantes, refletem a resiliência e a determinação em meio às adversidades. A história da “Orquídea” ressalta também a importância de reconstruir não apenas as estruturas físicas, mas também os laços emocionais e espirituais das comunidades afetadas, permitindo que seus membros possam recuperar também seus sonhos e aspirações.

5.3 Segunda História: mulheres de re-existência

A entrevistada 2, que será chamada de “Flor de maio”, é uma mulher branca de 61 anos. Mora em Mariana desde 2000. “Flor de maio” luta até hoje para ser reconhecida como atingida. Ela é casada com um morador de Paracatu e, junto com o marido, estava construindo uma casa no terreno da família dele. A falta do reconhecimento como atingida e, conseqüentemente, dos seus direitos, agrava a traumatização. Para Ferenczi (1982, apud Lindenmeyer, 2017) além do evento e da violência sofrida, o trauma está também relacionado ao segundo momento: quando há um reconhecimento ou não do ocorrido, pois se não houver esse reconhecimento do trauma, o próprio sujeito está sendo desmentido.

5.3.1 A vida antes do rompimento

“Flor de maio” inicia a conversa refletindo sobre a perda de sua identidade com o rompimento, pois ela estava relacionada ao seu modo de viver e se sentia satisfeita com ambos. Como disse, o seu “mundinho” era seu refúgio, onde ela encontrava felicidade, se preparando para o futuro. Habitar o mundo é também torná-lo o seu próprio mundo (Das, 2020). Com o rompimento, tudo mudou e a transformação foi tão profunda que ela se pergunta quem realmente é hoje, em contraste com a certeza que tinha antes do acontecimento que marcou sua vida. O trauma é uma espécie de ruptura, podendo ir até uma aniquilação total de si mesmo, pois esta seria a única forma possível de sobrevivência (Ferenczi, 1982 apud Lindenmeyer, 2017).

Hoje eu não me reconheço mais, eu virei uma máquina. E antes eu era a “Flor de Maio”, eu tinha o meu mundinho e estava feliz demais nesse mundinho e, para mim, já era tudo o que eu precisava, já tava bem, já tava me preparando pra um futuro tranquilo, só colhendo os frutos, porque eu comecei a trabalhar muito nova, com 12 anos eu já tava trabalhando.

Ao falar de Paracatu, vem o sentimento de nostalgia e as lembranças do cotidiano, como tomar café com a vizinha, as festas e as bicicletas que iam e vinham. A comunidade representava liberdade, alegria, um espírito único que se foi junto com a lama. Onde “bem viver é saber viver, conviver, viver em equilíbrio e harmonia” (Acosta, 2016, p.115). As perdas são muito maiores que as perdas físicas, é a perda de liberdade. Como Barrios (2017) reforça, é muito importante olhar e acolher os sentimentos, pois é a partir deles que podemos sentir e compreender o que se apresenta.

Paracatu era liberdade. Tinha o espírito de Paracatu. Nossa força. Eu lembro assim de Paracatu, quando você vai chegando na estrada, depois da última curva, que você olha assim...ele é lindo...muito bonito. Lembro da vizinha, de tomar café junto. Bicicleta para lá e para cá, as festas... Nossa, a alegria das festas, da fartura... E isso aí a gente não vai ver mais não, acabou, isso aí acabou.

E antes da lama, a gente não conhecia as pessoas, então a gente era feliz. Hoje a gente conhece as pessoas e tá muito amargurado e muito triste. Porque o lado mau veio muito mais forte do que o lado do bem.

Ao mesmo tempo, “Flor de maio” percebe que muitas coisas se revelaram a partir do crime-desastre socioambiental, especialmente as mudanças nos comportamentos das pessoas ao seu redor e que, agora, foi confrontada com a realidade dolorosa de como as pessoas podem mudar, muitas vezes para pior. Lembrando que o trauma afeta a todos, além dos atingidos diretamente, impacta também as pessoas ao redor (Der Kolk, 2020). O contraste entre o antes e o depois é marcante para ela, sendo que o depois a deixou profundamente desiludida e entristecida.

5.3.2 A lama e o choque

“Flor de maio” conta sobre o dia 5 de novembro de forma muito viva e intensa. Ele é um divisor de águas em sua vida. Para ela, aquele foi o dia em que “a lama chegou” e transformou completamente sua realidade. A lama devastou tudo ao seu redor, embora sua casa tenha resistido fisicamente por

três meses, ficou inundada de lama, impedindo qualquer acesso. O impacto foi tão forte, que a memória falha ao contar sobre o filho. O trauma é uma marca que fica na mente, no cérebro e no corpo (Lindenmeyer, 2017). E desde aquele dia, sua vida nunca mais foi a mesma. A presença da lama simboliza também a invasão e a contaminação de suas lembranças e da vida comunitária que ela valorizava tanto, comprovando o quanto a mineração é um modelo devastador (Aráoz, 2020). A partir desse momento, a lama não foi apenas física, mas também emocional, afetando sua visão sobre as pessoas ao seu redor e sobre si mesma.

A lama veio e levou tudo, tudo não, porque a casa ficou lá, três meses com lama. A lama entrou dentro e não tinha como abrir a porta e nem como entrar. E aí, veio essa destruição. Foi uma reviravolta de uma forma tão grande, tão grande, que no dia eu até esqueci, onde é que meu filho estava, ele tava com 17 anos, não...pera, 15.

No dia que barragem desceu eu estava trabalhando na loja de noiva. Nós estávamos mexendo com cerimonial de casamento. Aí minha sobrinha veio e falou assim, nós temos 18 chamadas do meu namorado. Está acontecendo alguma coisa. É um negócio de barragem. Eu falei, que barragem? Procuramos um wi-fi lá e nesse meio tempo a minha filha também ligou. Ela estava grávida de seis meses e trabalhava na Samarco. Então, o meu sobrinho chegou e falou, que a barragem de Bento Rodrigues tinha estourado e que já tinha matado gente e que ia acabar com Paracatu também.

E aí ninguém sabia, meu telefone não funcionava, não conseguia falar com ninguém, não tinha esses treinos. Tentava falar com meu marido e nada, nem com ele, nem com ninguém da família. Ninguém tinha notícias deles. Aí eu fiquei no notebook, no facebook. Perguntando se tinha notícias, se alguém sabia. Pedia pelo amor de Deus para alguém me ajudar...Eu só sei que quando foi seis horas da manhã, meu marido entrou e falou assim,: "Mulher, acabou tudo, tudo. Acabou tudo, não tem mais nada. E chorando, e chorando, e chorando.

Portanto, a lembrança do dia do rompimento é uma lembrança cheia de emoções e com uma ferida emocional profunda. Primeiro, o desconhecimento da Barragem e seus impactos, depois o desespero de não ter notícias sobre o que estava acontecendo, a falta de informações era agonizante. O medo e a incerteza dominavam seus pensamentos, enquanto a tragédia se desenrolava. E então, a mensagem mais dolorosa, "Mulher, acabou tudo", com o choque de quem tinha perdido tudo, pois o território era também lugar de resistência, de

reconstrução de valores e dos sentidos e das relações comunitárias (Hernandez, 2023). O sentimento de impotência e desamparo diante do tamanho da destruição é algo imensurável que ela carrega consigo até hoje e carregará ao longo de sua vida.

Aí ele me contou que eles ouviram aquele trem estranho, aquela barulhada. Aí eles pegaram e desceram para a beirada do rio. E ficou acompanhando o rio, que eles achavam que era água. E parecia tudo calmo, não ouvia muito barulho de bicho nem nada. Aí, ele falou que na hora que eles estavam olhando assim, na beirada do rio, que eles olharam pro lado de cima...e que eles olharam pra baixo, assim, o negócio já tava pertinho deles. Aí, a Lama veio por ali, veio catando, tudo. Tem uma cachoeira e a boca da cachoeira travou. No que travou a água da da cachoeira, ia enchendo e voltando. Aí eles pegaram e subiram o morro e a lama começou a chegar nas casas. E aí, ele falou que era um fedor de enxofre dos infernos e uma poeirada da nada. Os animais, galinha e os pintinhos correndo, cachorro preso na corrente, gado no curral...

Eu fiquei em choque, só consigo lembrar da sensação, porque essa não sai da gente nunca mais...A primeira... Foi de... É tipo assim... Ai, mas... O que aconteceu? É... Que... É... Por que? E agora?O que tem que fazer? Quem vai devolver nossa casa? Quem vai devolver a nossa vida? Foi aí que começou o nosso inferno...porque o povo lá, a maioria sem leitura, gente humilde que confia na sua palavra, gente que achou que ia resolver muito rápido, que era só chegar dentro de casa e tirar a água e que aí tudo estaria tudo bem. E não aconteceu nada disso.

As falas retratam o momento em que a lama devastou a região. O relato detalhado do barulho estranho que precedeu o desastre, seguido pelo pânico ao perceberem que a lama se aproximava rapidamente, a imagem da cachoeira bloqueada pela lama, ilustra a angústia e o terror daqueles momentos. A descrição do fedor de enxofre e da poeira mostra a brutalidade do evento, enquanto os animais correndo em desespero destacam o caos que se instalou. Portanto, o impacto emocional profundo desse dia é claro, ainda mais quando relembra a sensação de choque ao ter que lidar com toda situação e as perdas. Os impactos extrapolam as perdas materiais e são sentidos na saúde individual e coletiva, sujeitos que tiveram suas rotinas desfeitas (Valêncio, 2009).O questionamento angustiada sobre o que

aconteceu, por que aconteceu e qual será o futuro são reflexos do desamparo e da falta de resposta diante da destruição.

A frustração com a demora na recuperação e a falta de resolução dos problemas adiciona uma camada de desespero e descrença, especialmente entre uma comunidade que acreditava na reconstrução. Assim, as falas não apenas descrevem os eventos físicos do desastre, mas também capturam a profunda crise emocional, social e econômica que se seguiu, marcando o início de um período de dificuldades prolongadas e incertezas para os atingidos. E, assim, refletimos junto com Malcom Ferdinand (2022), quem pagará as indenizações pela alma?

5.3.3 Luta e vida após o rompimento

"Flor de maio" descreve como o rompimento da barragem representou também o início de uma batalha que ainda persiste.

E aí eu resolvi entrar para a comissão, mas nem queriam deixar, porque diziam que nem moradora eu era. Aí, depois, quando a Renova começou a massacrar o pessoal, literalmente, porque a Renova massacra. E o pessoal não entendia porque a maioria não sabia ler, então eles só mandavam assinar papel. Aí a gente começou..Tudo o que a gente foi fazendo foi debaixo de muito sofrimento. Eu estava o tempo todo na rua e não tinha hora para voltar para casa, às vezes ia até meia noite. Tinha dia que a gente nem comia e isso foi durante um bom tempo, que a gente foi virando zumbi mesmo. Mas também fomos nos conhecendo, formando uma família, uma família da luta. Isso é comissão. É, aí a comissão. Então, nós formamos amigos na luta. E outras pessoas também, né? Que foram chegando, né? E que foram tendo compaixão e somando o conhecimento com nós.

A narrativa de como foi entrar na comissão e enfrentar resistência inicial devido ao questionamento sobre sua residência, ilustra as barreiras enfrentadas e o questionamento sobre quem de fato é atingido. A referência à Renova como uma entidade que "massacra" e a imposição de assinar documentos sem entender completamente, reforçam a experiência traumática e a sensação de desamparo diante da situação, um sofrimento social que é resultado daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais (Das, 1997). Mas que se transformou em luta. Uma luta não por escolha, mas de quem sabe que se não lutar, não vai

conseguir os direitos básicos, de quem precisou sacrificar muitas coisas e está exaurida. Apesar dos desafios, ela enfatiza como esse período de luta intensa também uniu a comunidade, formando laços de solidariedade e apoio mútuo. Uma luta pelo território, pelo corpo-território: onde é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem, como sendo uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território (Gago, 2020). Esse vínculo, moldado na adversidade, transformou a comissão em uma verdadeira "família da luta", onde o compartilhamento de conhecimento e a compaixão se tornaram fundamentais para a resistência coletiva contra as injustiças percebidas.

A narrativa mostra não só a luta pessoal de "Flor de maio", mas também um retrato mais amplo das complexidades e desafios enfrentados pelas comunidades atingidas, destacando a importância da organização comunitária e da solidariedade na busca por justiça e recuperação, onde os impactos são sentidos também nas relações sociais ao descrever uma série de consequências pessoais e sociais profundamente dolorosas. Ela teve que lidar com o afastamento de vizinhos e familiares, além de abandonar seu emprego devido à dificuldade de se manter ativa no trabalho diante da tragédia. Ao perder o território e o trabalho, mulheres perdem autonomia, ficando dependentes financeiramente e subordinadas ao marido (Hernandez, 2023).

Então, eu fui percebendo a vizinha me afastando, a família me afastando. Tive que pedir demissão do meu emprego, parar de trabalhar. Ver as pessoas que não estavam se adaptando à cidade, que uns entravam no caminho das drogas, da prostituição, pessoas morrendo de tristeza, muita gente que não teve seus direitos reconhecidos...gente que perdeu casamento, pessoas sem saber como sobreviver porque perdeu tudo, casa, trabalho...E hoje a gente já está até mais doente, então muita gente, mães se entupindo de remédio. E eu ainda me recuso a tomar remédio, mas tem hora que eu fico olhando assim e falo Meu Deus do céu, um dia eu vou aparecer morta, aqui,

Eu saí do lugar que eu trabalhava, porque o perfil da loja era de mulheres da Samarco. E elas sempre foram muito bestas. E pisavam na gente, mesmo. Eu estava fazendo a bainha de uma delas e passou no rádio alguma coisa da barragem. E aí uma delas falou assim: Nossa, eu não aguento mais esse povo atingido. Que agora está se achando. Eu peguei e saí, porque a vontade era de bater nela... e aí, depois disso, eu saí.

A observação sobre as pessoas ao seu redor sofrendo com problemas como o uso de drogas e prostituição revela um colapso social que se seguiu à tragédia, com muitos perdendo não apenas seus bens materiais, mas também sua saúde física e mental. Destaco também o relato sobre a discriminação sofrida no trabalho que mostra a divisão social e a falta de compreensão sobre o ocorrido, o que amplificou o sentimento de isolamento e injustiça. Essas histórias não apenas ilustram os efeitos traumáticos imediatos do desastre, mas também as repercussões a médio e longo prazo. “Flor de maio” aborda também a questão do cadastro e a árdua batalha enfrentada para obter reconhecimento e compensação pelos danos causados pelo rompimento da barragem. O processo de cadastramento foi descrito como uma verdadeira guerra, consumindo seis meses de luta intensa que incluiu protestos, mobilizações e até denúncias internacionais. Apesar dos esforços, ela revela que até o momento só recebeu compensação por danos morais e ainda não foi oficialmente reconhecida como uma das atingidas pelo desastre.

O cadastro também, que foi uma guerra muito grande, foram seis meses de tortura, que a gente respondeu o cadastro, então a gente fez visitas, fizemos paralisação, fizemos mobilização. Fomos várias vezes na Assembléia, viajamos para fora do Brasil para fazer denúncia. Eu só recebi por danos morais, eu ainda não fui reconhecida como atingida. E, assim, o dinheiro vai para uma pessoa só, para o chefe da família. E isso tudo, assim, é um redemoinho. O nome certo: Redemoinho. E ele ainda não parou.

Percebemos, então, a violência sofrida ao ter um sistema que direciona o dinheiro apenas para o chefe da família, normalmente os homens, ignorando as necessidades individuais de cada membro da comunidade e tirando a autonomia das mulheres, o que evidencia também a frustração com um processo que parece interminável e injusto, ressaltando a continuidade do impacto da tragédia em suas vidas. Essa questão remonta e demonstra todas as teorias sobre gênero supracitadas, sobre o cerceamento feminino e como o corpo, a vontade e a subsistência da mulher é submetida ao homem (Federici, 2017; Lugones, 2008). Ao pensar no futuro, nos sonhos, “Flor de maio” responde:

O novo Paracatu a gente vai para fiscalização, aí gente vai lá, olha que trem esquisito. Uma coisa sem vida, sem história. E a gente vai para, pelo menos, ver se consegue fazer alguma

coisa, criar história. Meu sonho é arrumar as pessoas. Fazer o penteado, fazer maquiagem. Colocar o vestido da noiva. Fazer o cerimonial da igreja.

Por fim, “Flor de maio” fala da desolação e da falta de identificação com o novo Paracatu, descrito como um lugar sem vida e sem história, mas que ela mantém a esperança de criar algo positivo ali e recomeçar, ao buscar a transformação do vazio em um espaço com histórias. Ao falar do sonho relembra das festas e do quanto gosta das celebrações de casamento e de arrumar pessoas para eventos importantes, momentos de estar junto a comunidade e de restabelecer os laços sociais.

5.4 Terceira História: mulheres que inspiram mulheres

A entrevistada 3 será chamada de “Primavera”. Ela é uma jovem mulher de 25 anos e é a filha mais velha de quatro irmãos. Ela e sua família eram moradores de Ponte do Gama. Hoje é estudante de serviço social e servidora pública na prefeitura de Mariana. “Primavera” nos conta sobre a diferença da vida na roça e na cidade, os preconceitos sofridos, e como sair da adolescência e se tornar uma mulher adulta em meio a tanto sofrimento e luta da comunidade pelos direitos.

5.4.1 Vida antes do rompimento: Gama e o sentido de comunidade

“Primavera”, ao descrever a comunidade de Ponte do Gama com tanto afeto e saudade, revela não apenas a profundidade do vínculo com o lugar, mas também a riqueza de uma forma de viver baseada no pertencimento e na conexão com a terra e com as pessoas ao seu redor, reforçando o “bem viver”. Para ela, Ponte do Gama era mais do que um local físico; era um pedaço do céu na terra, onde cada aspecto da vida diária era enriquecido pela proximidade com a natureza, pela simplicidade das relações comunitárias e pela autonomia de um modo de vida próprio e autossustentável, a partir de uma ética de suficiência para toda comunidade e não para o indivíduo (Acosta, 2016).

É uma comunidade bem pequenininha, hoje é menor ainda, porque saíram algumas pessoas, mas é um pedacinho do céu aqui na terra e eu gostava muito, eu vivi lá boa parte da minha vida. E lá é a nossa terra, a gente se sente muito pertencente.

E apesar de ser um distrito de Mariana, a gente costumava ver como uma coisa separada com uma identidade muito própria. Acho que dizia muito da relação que a gente tinha com o local, com a terra, com o modo de viver todo ali. O máximo que eu precisava fazer para estudar era sair de lá para ir até Monsenhor, que é um distrito maior, mas é pertinho. Então, até o rompimento tinha pouca ligação com a Mariana.

A nossa vida era lá, era quase que uma bolha. Eu tenho um carinho muito grande e sinto muita falta. Senti mais ainda no início, porque eu era cercada por mato e cachoeira na porta de casa, animais. Basicamente, era quase que uma família só, tinha mais ou menos umas 54 pessoas que moravam ali no Gama e a gente tinha uma relação de troca que tornava a vida muito mais fácil, né? E o carinho entre comunidades muito mais intensa, muito mais real.

A descrição de uma vida em harmonia com o ambiente natural, cercada por mata, cachoeiras e animais, ressalta a importância vital da relação de troca e cooperação entre os moradores, criando uma rede de apoio e cuidado mútuo que tornava tudo mais fácil e significativo. Essa forma de viver, onde o bem-estar coletivo e a harmonia com o meio ambiente eram priorizados, exemplifica o conceito de "bem viver", que valoriza não apenas o crescimento econômico, mas também o equilíbrio ecológico, a justiça social e a espiritualidade. Portanto, ao lembrar sua vida em Ponte do Gama com tanto carinho, a narradora não apenas expressa a perda pessoal provocada pelo desastre, mas também ressalta a importância de preservar e revitalizar esses modos de vida comunitários e sustentáveis como uma chave para o futuro resiliente e próspero das comunidades atingidas. Reforçando a banalização que se tem sobre a vida, que as pessoas nem sabem o que é e pensam que é só uma palavra. "Vida é transcendência, está para além do dicionário, não tem uma definição" (Krenak, 2020, p. 15).

5.4.2 O dia 5 de novembro de 2015: lama e luta

"Primavera" descreve o impacto da lama na comunidade como sendo inesperado e devastador. A chegada da lama na parte baixa da comunidade não apenas isolou os moradores, mas também intensificou a sensação de invisibilidade e abandono. Os moradores, como os pais de "Primavera", enfrentaram a angústia de ver suas casas invadidas pela lama, forçando-os a fugir para lugares mais altos em busca de segurança. A experiência traumática

causada pela lama permanece viva em sua memória, ressaltando a intensidade e a gravidade do desastre, de forma multidimensional.

A lama chegou na parte baixa da comunidade. Isso, inclusive, agravou mais ainda para a gente ser invisibilizado. Porque, tem a parte mais alta, onde a lama não foi, e tem a parte mais baixa, que é onde eu morava e a gente ficou vários dias ilhados.

Meus pais estavam em casa [na parte baixa], a lama estava chegando, chegando, e ninguém sabia nada, acharam que era só uma enchente que normalmente ocorre naquele período, em que o rio enche um pouco e vai até no campo. Só que depois foi indo com muito mais força e volume. E a lama foi atrás deles também pra casa. Depois que eles viram que não ia ter jeito mesmo, eles saíram lá com a lama mais ou menos na altura do peito e foram pra casa da minha avó, que é a parte mais alta.

Eu estava na escola e eu vi passando no Cidade Alerta, fiquei em choque. E era uma coisa que eu jamais tinha visto. Foi uma imagem que até hoje ainda passa na minha cabeça, que foi muito forte. E só no outro dia de manhã que eu consegui ver que a água já tinha abaixado e era só uma lama mesmo. E a minha casa lá no meio foi uma imagem bem assustadora.

A sirene que tem lá no Gama hoje, foi colocada depois do rompimento, antes não tinha e a gente ficou sabendo no susto, quando a lama já tinha chegado, assim, e já estava dentro da casa. E as pessoas não conseguem entender isso, elas não conseguem entender até hoje, qual é a dimensão dessa situação que não é uma coisinha assim, né? É algo que aconteceu e que está se arrastando por 8 anos, que rompeu muitas relações, destruiu muitas vidas, destruiu muitos sonhos, que, de fato, arrancou a gente da comunidade, ela expulsou a gente da nossa casa.

As falas de “Primavera” revelam uma comunidade sem sistema de proteção e segurança e uma sirene que foi instalada após rompimento demonstra o descaso das empresas com as comunidades das proximidades. O relato enfatiza como o desastre não foi apenas um evento isolado, mas uma tragédia que continua a afetar profundamente a vida das pessoas, o tecido social e os sonhos individuais. As relações foram rompidas, vidas e a comunidade foram destruídas, deixando uma cicatriz emocional que persiste até hoje, mais de oito anos após o desastre.

5.4.3 A vida após o rompimento: jornada tripla

Para “Primavera”, o rompimento da barragem foi também o início de um processo de muita luta junto à Comissão dos Atingidos e para além da defesa de seus direitos e de sua comunidade, envolveu também um processo de crescimento pessoal:

Eu entrei bastante nova, anos atrás, eu tinha uns 20 anos. Eu entrei junto com a minha mãe, de início para representar a comunidade do Gama, porque gente ficou um pouco excluída, no meio do processo. Então, formamos o grupo que hoje é a zona rural. Foi algo forçado, a gente meio que não teve escolha, mas a gente precisava fazer alguma coisa para não ser apagado. Mas tem também o outro lado da história, a jovem, mulher, a universitária.

E a situação foi um trauma, uma mudança brusca, foi muito agressiva. Hoje eu não consigo mais ter o contato que eu tinha com o Gama, porque a vida mudou bastante, eu assumi outras responsabilidades, então eu não consigo ir lá tanto. Então o contato perdeu totalmente e eu sinto muita falta. Quando eu morava lá, quando eu tinha 17 anos, que era só uma adolescentezinha da roça, mas agora tenho um monte de coisas pra resolver e pra dar conta, coisas que eu não imaginava que precisaria fazer.

As falas destacam o impacto profundo do rompimento da barragem na vida da “Primavera”, que entrou na luta pela representação da comunidade de Ponte do Gama desde uma idade jovem. O grupo formado para defender os interesses da zona rural foi uma resposta necessária para evitar que a comunidade fosse marginalizada no processo de reparação. Uma luta que evidencia a conexão corpo-território, uma luta que faz parte da identidade (Hernandez, 2023).

Ressalto que toda essa responsabilidade veio acompanhada de um peso emocional, especialmente para uma jovem que teve que lidar não apenas com o trauma da tragédia, mas também com as exigências crescentes da vida adulta e suas novas responsabilidades. A mudança abrupta da adolescência para uma vida adulta com muitas responsabilidades reflete não apenas a transformação pessoal, mas também a transformação forçada da comunidade como um todo. Essa experiência evidencia como desastres podem redefinir completamente as trajetórias individuais e coletivas, obrigando os afetados a se adaptarem e a enfrentarem desafios que nunca imaginaram que iriam enfrentar.

É uma rotina bem puxada, bastante cansativa. Mas a gente está indo. Nesse processo eu conheci muitas outras mulheres que me inspiraram, me inspiram muito. Ainda hoje, além da minha mãe, tem as companheiras lá de Bento Rodrigues, de Paracatu, da Zona Rural, também. Me deram força e incentivo pra seguir nessa jornada, que é longa, que é muito forte, fazia muito sentido, mas a gente tá aí.

O grupo da zona rural ganhou muita força, tanto que tentaram separar depois. E conseguiram. Então, muitas coisas foram conquistadas para a zona rural por meio desse grupo e que depois foi estendido para as outras comunidades também. A gente pode dizer que enquanto tiver uma pessoa que ainda não foi reassentada, a comissão vai estar ao lado, lutando pelo direito dessa pessoa.

Tudo foi à base de muita luta. Para minha mãe receber o auxílio precisou reunir provas, porque ela não tinha carteira assinada, então foi um problema difícil. Eu tive que reunir provas e testemunhas. Ainda tem a casa que nem saiu do papel. Então, isso é muito cansativo. Dá um cansaço só de falar, de lutar. São 8 anos, quase. E é direito básico, né? Se tem uma coisa que eu aprendi nesse processo, é que o direito não está garantido. A gente tem que lutar pra acontecer.

As falas evidenciam a persistência e a determinação da “Primavera” e do grupo da zona rural na luta pelos direitos das comunidades, onde a rotina intensa e cansativa descrita é contrastada com o apoio mútuo e inspiração encontrados entre as mulheres, que continuaram a encorajar umas às outras ao longo de uma jornada longa e desafiadora. “Não conheço nenhum sujeito de nenhum povo nosso que saiu sozinho pelo mundo. Andamos em constelação” (Krenak, 2020, p.21). A união do grupo da zona rural trouxe conquistas significativas, estendendo os benefícios não apenas para sua própria comunidade, mas também para outras áreas afetadas. Importante, também, não romantizar a luta e as dificuldades enfrentadas por “Primavera”, que foi obrigada a deixar de lado a sua vida pessoal, e por todas as outras mulheres do grupo que também tiveram suas vidas reviradas. “Primavera” relata também as batalhas contínuas para obter simples direitos, como o auxílio financeiro, sendo exigido que ela reunisse provas e testemunhas, devido à falta de documentação formal. O cansaço físico e emocional acumulado ao longo de oito anos de luta é visível em suas palavras.

“Primavera” viveu momentos difíceis com hostilização verbal e preconceitos. Muitas vezes sozinha, levava uma vida diferente da dos seus

colegas de faculdade, pois tinha uma rotina puxada que a fazia perder os programas típicos da idade.

Hoje sim, mas nos primeiros anos que eu vim pra cá, eu não tinha amigos. As pessoas que começaram a ficar mais próximas de mim, pois não aguentavam a minha rotina que era muito pesada. A gente tinha reunião quase todo dia e à noite. Havia reuniões até meia-noite. Então, as pessoas, elas não conseguiam ficar. Sempre que me chamavam: vamos dar um rolê? Eu não podia.

Eu não me incomodo de ser chamada de atingida, mas no início foi difícil, porque isso ficou um estigma aqui em Mariana. Então a gente não queria dizer que era atingida. Porque em qualquer espaço que a gente dissesse que era atingida, a sensação é que as pessoas iam hostilizar a gente. Que iam dizer, aí, então você está muito bem. Uma vez na faculdade eu estava sem computador e um colega falou: mas porque você não pede para Samarco? Você não é atingida? Você não está por conta dela? Qualquer coisa que você pedir, ela vai te dar. Eu preferi não responder.

Os relatos expõem o enfrentamento do preconceito e estigma social. A dificuldade inicial em ser identificada como "atingida" revela como o termo carregava consigo uma carga pejorativa e era associado a uma percepção negativa dentro da cidade de Mariana. Os episódios de preconceito ilustram a falta de compreensão sobre a complexidade da situação dos atingidos. Essas atitudes reforçam estereótipos e subestimam as verdadeiras dificuldades enfrentadas pelos atingidos, contribuindo para um ambiente de discriminação e desconfiança. Esses relatos ressaltam a importância de sensibilizar, educar e informar a sociedade sobre a complexidade dos desastres, além de destacar a necessidade de combater o preconceito e promover uma cultura de solidariedade e inclusão.

Era uma hostilização verbal. Meus pais perderam o trabalho na roça, não tinham renda, e ainda não tinham conseguido o cartão de auxílio emergencial. Aí a empresa comprava os alimentos e entregava ali na frente da gente. E todo mundo dizia que a empresa estava bancando a gente, que eles estavam muito bem, que olha que absurdo, da roça, agora a empresa entrega comida na porta deles, e as pessoas não conseguem até hoje entender o que aconteceu para que a gente tivesse chegado nessa situação, que para chegar nesse momento, houve um crime, a gente foi violado, meus pais saíram lá da casa que a gente morava com a lama aqui na altura do peito, ninguém sabia nada. Eu não estava lá, eu

estava na escola, eu achei que eu ia ficar órfã, que tinha morrido todo mundo.

Nossa briga sempre foi para juntar. Antes era só Paracatu. Aí veio a Renova e fez virar Paracatu de Baixo e de Cima. E a gente sempre tentou se manter nas pautas coletivas, assim, mais junto possível. Mas o jogo da empresa é esse. Esse jogo da discórdia é uma arma muito importante para esse processo. Para arrastar o processo, para torná-lo mais cansativo, a pessoa vai se cansando, se cansando, ela aceita o mínimo possível.

A gente tá bastante cansado. Um processo super delicado, que exige muito, que tem um monte de invenções. Então, do que aconteceu, o mínimo foi o rompimento. O que acontece depois disso, a gente costuma dizer que é um crime continuado. Porque até as... As reparações, as ações de reparações da Renova, das empresas causam um outro dano. É extremamente cansativo.

Como destacado pelas outras entrevistadas, o impacto do rompimento transcende o evento inicial, sendo percebido como um crime continuado. Em vez de diálogo para entender suas necessidades, os atingidos recebem casas sem consulta prévia, fora do modo de vida, ignorando suas práticas de bem viver. Muitas pessoas são invisibilizadas nesse processo, como destacado em várias ocasiões. Além de enfrentar dificuldades e desafios, eles sofrem exclusão por parte dos moradores de Mariana, resultando em múltiplas camadas de marginalização e invisibilidade. Nesse contexto de constante exclusão e luta por direitos, indivíduos se veem obrigados a dedicar suas vidas à luta coletiva para garantir seus direitos. É neste sentido que uma adolescente que, nos últimos oito anos, teve que priorizar essa luta em vez de outras preocupações próprias da idade. Para além dos aprendizados, esse processo tem gerado um desgaste profundo no tecido social dentro das comunidades afetadas, nas relações com a Renova e também com os moradores de Mariana, que constantemente promovem a exclusão ao invés de buscar compreender a realidade e os impactos do crime-desastre socioambiental. Desta forma, os relatos são capazes de dar voz e mostrar o mal que lhes foi feito, assim como oferecer um testemunho ao dano causado a todo tecido social (Das, 2020).

“Primavera” reforça a luta das mulheres e o importante papel delas como fonte de inspiração para ela e para outras mulheres, também:

Eu vejo a luta das mulheres como uma coisa muito potente. Dentro da comissão, a maioria dos membros são mulheres. Então tem de várias idades até, tem eu que sou a mais jovem, aí tem a minha mãe e tem outras mulheres também que são mais velhas, É um misto, né? É bem diversa.

Eu sou a membro mais jovem da comissão. Eu cresci, eu me tornei mulher nesse processo, como a gente precisa dizer, bastante, e as outras pessoas também reconhecem isso. por ser mais nova, mas as mulheres sempre estão ali de frente historicamente, em outras lutas também. E eu me sinto muito contemplada por fazer parte desse mundo e por poder estar em espaço que, apesar de ser delicado, de ser, exigir muito, me fez ter contato com as pessoas, com as mulheres e eu vejo a força delas. E isso me inspira muito, isso me dá força pra continuar.

As mulheres já têm uma jornada dupla de trabalho. Na verdade, têm uma jornada tripla. E essa é uma das pautas que a gente estava colocando. Porque tem essa questão do tempo, o tempo que a gente teve que usar em reuniões, audiências, enfim, que a gente não teria que usar se não tivesse acontecido golpe nenhum.

Na fala de “Primavera”, percebemos o quanto o trabalho reprodutivo impacta a vida das mulheres. Como diz Silvia Federici (2018), à mulher, cabem todos os trabalhos domésticos, escondidos, invisíveis, os quais demandam muito tempo e constituem a rotina do lar, denominado trabalho reprodutivo. E por mais que haja um orgulho em participar do movimento pelos direitos, há um trabalho desproporcional que recai sobre as mulheres. E, nesse sentido, para além de acumular o trabalho de cuidado, reprodutivo, dentro de casa, as mulheres atingidas ainda acumularam o peso emocional, social e mental do trabalho reprodutivo de cuidado dos direitos dos atingidos, que envolve não só o luto, mas o peso diário de terem que estar envolvidas em conflitos, disputas e lutas por direitos. Um trabalho que, assim como o reprodutivo, não é pago. Foi preciso que a mulher passasse a atuar trabalhando fora de casa e cuidando do trabalho doméstico, simultaneamente, para que a sociedade percebesse a exploração do gênero feminino (Federici, 2018). “Primavera” chamou esta luta de jornada tripla, pois dedicaram tempo significativo à defesa dos direitos, um tempo que poderia ser usado de outra forma se não fossem tantas reuniões e esforços empreendidos.

E, então, também reflete sobre a relação da mineração e os seus impactos como a “super exploração”, reforçando também a importância de

nomear o papel e responsabilidade das empresas em todo o processo, já que “o que é extraído aqui não fica nem Mariana e nem no Brasil”:

Acho que isso que aconteceu, acho que é a máxima expressão da super exploração da força de trabalho e da ganância. O que é tirado aqui, todo o lucro do que é extraído aqui não fica nem em Mariana, nem no Brasil. Vai lá pra Londres, a BHP, que é a maior mineradora do mundo, fica um pouco escondida nesse processo, mas é um nome que tem que ser dito.

Acho que a mineração hoje, esse modelo de produção é um modelo para extrair coisas daqui, extrair de Minas e levar para fora. Esse dinheiro não é repartido aqui, fica muito pouco aqui. Mariana não tem nem tratamento de esgoto, não tem nem saneamento, como pode? Uma cidade tão rica como é Mariana, é muito rica, com o tempo que essas mineradoras estão aqui e a quantidade de lucro que elas extraem daqui, Mariana poderia ter uma condição de expandir, de crescer. E hoje eu não acho que esse modelo é para uma soberania do país, do Estado. Acho que, em suma, é para exportação mesmo, extração de lucro.

As falas de “Primavera” reforçam a crítica ao modelo de mineração por sua natureza predatória e exploratória. O extrativismo continua sendo considerado o pilar de um modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico e as atividades extrativistas geram a ruptura dos ciclos de reprodução da vida: os rios se contaminam, os solos deixam de produzir e o desmatamento expulsa os animais da floresta (Hernandez, 2023). A superexploração da força de trabalho e a ganância das grandes corporações, como a BHP, que extraem recursos valiosos do Brasil sem reinvestir nas comunidades locais. Todo o lucro vai para sedes internacionais, deixando regiões como Mariana sem os recursos necessários para infraestrutura básica, como tratamento de esgoto e saneamento. Portanto, apesar da riqueza gerada pela mineração, as comunidades locais não veem os benefícios correspondentes, evidenciando que o modelo atual não contribui para a soberania econômica e social do país, mas sim para a exportação desenfreada de recursos e lucros. A mineração está associada ao colonialismo, à apropriação destrutiva das populações, dos territórios e dos recursos, onde vemos também o “efeito Potosi”, território com um dos maiores índices de minérios e um dos PIB mais baixos, ou seja, não há retorno do que foi extraído (Aráoz, 2020).

E ao olhar para frente, o futuro e os sonhos, um sonho coletivo:

Acho que o sonho maior seria que todos alcançassem esse direito e que todos tivessem justiça. E é pra isso que a comissão existe, é pra isso que cada pessoa tá ali. Eu também quero concluir meu curso e estudar as questões sociais na mineração nesse território. Eu quero estar atuando na questão da mineração aqui em Mariana. A gente não tem outra opção, né? Não tem opção de existir, tem que tirar algo dessa situação. Então a gente vai seguir, porque enquanto tiver alguém que não foi reassentado, a gente vai estar lutando.

Por fim, percebemos que a dor e os aprendizados caminham juntos. A vontade de fazer justiça por todos os atingidos se tornou sua grande motivação. Seus sonhos individuais e pessoais entrelaçam com sonhos coletivos, para além de ter uma jornada tripla, reforçando o quanto o fortalecimento e a união comunitária moldaram quem ela é e a sua atuação no mundo, um compromisso em promover mudanças significativas aonde vive. Como diz Ailton Krenak (2020), o sonho poderia ser pensado como uma orientação mágica, mas é um modo de vida.

5.5 Quarta História: mulheres que lutam pelo território

A quarta entrevistada será chamada de “Bromélia”. Ela é uma mulher de 50 e poucos anos que nasceu e morava em Paracatu junto com sua família: marido e seus dois filhos na mesma casa e também seus pais e sogra em casas separadas. Vivia uma relação harmoniosa com o território e de “bem viver” que, como Malcom Ferdinand (2022) propõe, um modo de vida baseado no encontro e no estabelecimento das relações com o outro e com o local e não de apreensão. Ela estava em casa no dia do rompimento da Barragem e relata a dor e o sofrimento vivido no dia e que se prolonga ao longo desses mais de oito anos.

5.5.1 A vida antes do rompimento: a vida na roça

Antes do rompimento, a vida para “Bromélia” era de conexão com a terra, um sítio cheio de vida, que também era a base da sua subsistência: horta próspera, árvores carregadas de frutas e uma plantação que a sustentava com feijão, milho e mandioca. Um estilo de vida em harmonia com a natureza e com a comunidade, como é o bem viver: com relações de troca e de produção que

propiciam suficiência e baseadas na solidariedade mais do que na eficiência (Acosta, 2016).

A gente tinha dois terrenos em que a gente trabalhava, com vaca de leite, cavalo... A gente morava em sítio mesmo, tinha quintal, tinha horta, cabra de leite. O meu marido saía cedinho para trabalhar em outro terreno. Eu fazia toda alimentação, marmitta. Cuidava da casa, do quintal, tinha muitas frutas, legumes, cuidando da plantação: tinha feijão, milho mandioca, só para subsistência mesmo, nem chegava a vender não. Tinha cabra de leite, fazia queijo. E costurava também.

5.5.2 Cinco de novembro de 2015: desespero e resistência

Com o rompimento, tudo mudou e a tranquilidade da vida na roça foi abruptamente interrompida, deixando para trás não apenas os campos e os animais, mas também a sensação de segurança e estabilidade. E como nas outras histórias, Bromélia relata, também, que havia um desconhecimento sobre a Barragem e o que poderia acontecer.

Quando aconteceu o rompimento, o Marinho estava puxando cerca e eu liguei a TV e vi o negócio da barragem. E eu nem conhecia Bento Rodrigues e pensei...ah o negócio está longe demais. Mas a minha irmã ligou e falou: "não deixa a menina sair a cavalo, porque a barragem arrebentou e vai chegar até aí, corre com mãe e pai. Foi Deus, porque sabe como é telefone da zona rural, nem sempre funciona e, nesse dia, funcionou. Daqui a pouco, na TV, eu vi o que era que estava descendo, já tinha passado na escola de Bento. E agora já estava em Ponte de Gama.

Desde o primeiro momento em que soube do rompimento da barragem, "Bromélia" ficou preocupada e tentou avisar as pessoas da comunidade, mostrando a forte relação com o local e o cuidado com o coletivo. Ao ver as imagens na televisão, o medo aumentou e o desespero crescia conforme suas tentativas de convencer as pessoas esbarravam na falta de compreensão da gravidade da situação, enquanto ela continuava a repetir: "Você já viu a televisão? Isso vai chegar até aqui".

Ai falei para um deles que estava trabalhando, você pega a moto e vai avisar o pessoal de Paracatu, porque esse trem vai acabar com Paracatu todo. E ele falou: será? Isso não vai chegar aqui não, olha a distância que está Bento Rodrigues. E ele falou: eu vou para casa é dormir. E eu fui avisar e ninguém acreditou e ainda ficaram me zutando. E as pessoas falavam que estava distante do rio e que não teria problema não. Mas eu falava, você já viu a televisão?

Ninguém acreditava e eu apavorada, naquele desespero. E falei para o Marinho ir até a escola e pegar a menina. E as pessoas me olhavam e falavam é exagerada demais, né? E eu, pelo amor de deus, me ouve e vai buscar a menina, porque a ponte vai embora e a menina vai ficar de um lado e a gente do outro. E aí ele foi para escola e a professora falou, vou liberar porque você é o pai, né? Porque tenha paciência, que homem exagerado, esse trem não vem aqui, não. Aí ficamos aguardando e o desespero? Eu queria avisar a todo mundo, foi um desespero.

“Bromélia” fala sobre a tragédia como expressão da sua dor e desespero enfrentados naquele dia. Ao cair da noite e sem acesso às notícias, o medo tomou conta, um cheiro irritante, um barulho ensurdecedor que a fez pensar que era água, fazem parte de uma memória horrível e inesquecível. O evento e o trauma se prendem à “vida cotidiana e penetra os recessos do ordinário” (Das, 2020, p. 22).

A preocupação era consigo, com a família e o território, o que demonstra o quanto a mesma já estava envolvida nessa dinâmica de corpo-território (Gago, 2020). Até que a lama bate, literalmente, à sua porta e ela, felizmente, consegue sair pelos fundos para chegar em um lugar mais alto e seguro. Nessa noite, ela não conseguiu dormir, permanecendo em vigília constante. O trauma ocorre quando um sentimento existencial de segurança é danificado ou destruído (Remmers, 2023), caracterizado pela incapacidade do indivíduo em responder à situação, o que ativa as suas respostas de defesas: luta, fuga ou congelamento. A experiência foi tão traumática, que “Bromélia” relatou um desconforto físico intenso no dia seguinte, com seu nariz sangrando e uma sensação de queimação que dificultava a respiração. Foi uma noite de terror. Uma perturbação do viver com medo, onde o medo é um dos principais ecos da violência (Das, 2020).

Quando foi umas 20h, acabou a luz e não tinha mais televisão. Aí a gente começou a escutar um vento, vento e um mau cheiro. Um cheiro que era tão forte, tão forte que irritava o nariz. E o vento era esquisito e aí começou o barulho, o barulho era aquela coisa horrível, não dá para gente esquecer nuunnnca, enquanto a gente viver não dá para esquecer. Era um barulho horrível, parecia que estava destruindo, descendo parecia um tsunami, uma coisa horrível, mas não era barulho de água...porque antes a gente achava que era água, aí a gente começou a descobrir que não era água, era algo muito pior, muito maior. E o barulho era uma coisa horrível, mesmo, parecia que o mundo estava desabando.

Ai eu fui fechei a janela e aquele medo, medo de morrer, mesmo, e medo pelos meus. E aí, abri a janela da sala, que dá para casa de meu pai (minha casa é alta, né?) e que olhei, metade dela de lama. E ai, daqui a pouco, um estrondo enorme e tudo veio caindo, tudo que você pode imaginar, arvore, banheiro químico, bambuzal. E quando eu abri a porta da minha casa para ir ver a casa do meu pai, o negócio estava na minha porta. Ai, aquele desespero, começamos a sair pelos fundos, meu pai com 80 e poucos, e minha mãe e minha sogra 70 e poucos, a gente saiu pelos fundos atravessou pelo capim para conseguir sair para o asfalto e ir para uma casa que ficava mais em cima, que tinha sido do meu avô (já não era mais), mas a gente conhecia e, da varanda, a gente via a casa do meu pai e aquele barulho. E o meu nariz ficou sangrando no outro dia, não era exatamente sangue, mas era um negócio estranho, parecia algo químico e ardia tanto que não conseguia respirar. E essa noite eu não dormi, fiquei a noite em claro, todinha.

O dia seguinte é a continuação do desespero, o choque ao ver a destruição das casas e da comunidade.

No outro dia a gente foi até a casa da minha mãe e não tinha sobrado nada, absolutamente nada. E a gente foi andando para ver as pessoas, tinha gente que tinha dormido no mato. No quintal, as árvores, as frutas, galinheiro, chiqueiro tudo de baixo de lama, ficou só a casa, mesmo. Ficamos uns três dias depois em Mariana, porque estávamos sem luz, e voltamos quando tinha luz. As pessoas dizendo para gente sair, que não podia ficar que a gente ia morrer. Mas como a gente sai? E os bichos? Como leva os animais?

As falas de "Bromélia" revelam um relato profundamente traumático e emotivo, destacando o impacto avassalador do desastre em sua vida e na da comunidade. A descrição de retornar à casa da mãe e encontrar absolutamente nada, além da visão de pessoas que precisaram dormir ao relento, reflete o desespero e a desolação que se seguiram à tragédia, como também, o sentimento de impotência diante da destruição do quintal, com árvores, frutas, galinheiro e chiqueiro cobertos de lama. As advertências recebidas para deixar o local devido ao perigo iminente e a necessidade de evacuar são contrastadas com a angústia de deixar para trás os animais, evidenciando o profundo vínculo emocional e a responsabilidade para com eles.

5.5.3 A vida após o rompimento: sofrimento e luta

"Bromélia" relata que a perda da casa de seus pais não é apenas a perda física da casa, mas também a perda de um ponto de referência crucial para sua família. Ela descreve como aquele lugar não era apenas onde ela nasceu, mas

também o epicentro de encontros familiares significativos, como o Natal, e onde seus filhos encontravam alegria na presença dos avós. Segundo estudos de Isoke (2013), a casa não é apenas um espaço físico, mas um local onde as mulheres frequentemente estabelecem uma vida, história, cultura e política, um lugar de identidade e resistência, portanto, a perda da casa traz também a sensação de desenraizamento e desconexão emocional, afetando profundamente seu senso de pertencimento e união familiar.

Ficamos sem ponto de referência porque a casa dos meus pais, aonde eu nasci, era o ponto de encontro de toda a família, onde a gente passava Natal. O Arthur [filho mais novo] acordava de manhã e ia correndo para casa do avô, isso com 3 anos. Meu pai voltou a morar em Paracatu e para a gente, a separação para a gente, foi muito difícil, porque o pertencimento da gente já não era aqui. Para nós, foi pior ainda estar fora do nosso canto. Ficamos 4 anos sem Natal com eles, todos juntos.

Posteriormente, "Bromélia" passa a ter que lidar com novos problemas: o não reconhecimento como moradora de Paracatu, sendo que ela e a família nasceram ali, e o fato da Renova querer dividir as comunidades em Paracatu de Baixo e de Cima. E o sofrimento se prolonga. Segundo Martin-Baró (1989), o trauma deve ser localizado nas relações sociais, em que elas, além de causarem, mantêm e multiplicam os casos de indivíduos traumatizados. "Bromélia" também descreve como os sitiados, que antes cultivavam a terra em cooperação e compartilhavam suas colheitas, viram seu modo de vida tradicional e comunitário ser substituído por uma realidade fragmentada e deslocada, enfatizando também a perda do bem viver. A manipulação das relações sociais e econômicas pela empresa não apenas privou os moradores de suas terras e meios de subsistência, mas também fragmentou a coesão comunitária que antes sustentava a vida em Paracatu, evidenciando que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social, onde o sofrimento, apesar de sentido de forma singular, foi vivenciado coletivamente (Zhourri, 2016).

Ai começou os problemas maiores, ainda, porque foi montar comissão, a empresa querendo fazer divisão de comunidades. Chegou a falar que eu não pertencia a Paracatu. E ai, veio o

sofrimento. Todas as festas que a gente fazia. Família que está enterrada lá. Meu avô que construiu a igreja de Paracatu e aí começaram a dizer que eu não era de Paracatu e começou a inventar na cabeça do pessoal que Paracatu de cima era um e Paracatu de baixo era outro. E diziam que só quem estava em baixo que era de Paracatu e que teria direito ao reassentamento e isso foi muito sofrimento para mim. Como que eu não era de Paracatu? Se eu nasci lá, vivi lá, toda família de lá? Eu não aceitei. Até hoje eu não aceito, né? Porque é meu lugar. Onde eu nasci, eu fui batizada. Onde meus filhos foram batizados. São coisas que não dá para entender, porque estavam fazendo isso?

A partir da fala de "Bromélia" surge uma nova camada de sofrimento. Como a estratégia da Renova gerou desconfianças entre os próprios moradores e o sofrimento social. Essa estratégia não apenas intensificou as tensões locais, mas também tentou enfraquecer os laços de solidariedade e apoio mútuo que eram fundamentais para a coesão da comunidade. Para "Bromélia", que cresceu e viveu toda a sua vida em Paracatu, as tentativas de redefinir sua identidade com base em divisões artificiais foram profundamente perturbadoras, refletindo uma tentativa de negar sua história e conexões arraigadas com a região.

Só que depois a gente foi entender que era uma estratégia da empresa para que não comprasse os sítios. Eles não devolveram o modo de vida de ninguém. Porque o modo de vida lá era assim, eram os sitiantes. No nosso terreno, a gente tinha quatro meninos que plantavam com a gente e dividia a colheita. A vida antes em Paracatu era com gente nossa. E hoje, não tem. Mesmo as pessoas que ficaram lá, é diferente, não tem como falar que era como era antes.

E a ficha, de como o crime-desastre socioambiental afetou diversas camadas de sua vida e de seus familiares, foi caindo aos poucos e desencadeou uma série de consequências emocionais e sociais, profundamente. É comum que pessoas que passaram por desastres tenham fortes reações emocionais. As pessoas sentem-se frequentemente atordoadas, desorientadas e com sentimentos intensos ou imprevisíveis (APA, 2013). A violência excede os limites do mundo, do modo que este era conhecido (Das, 2020).

Depois do rompimento, quando fomos levar meu menino na escola, em Águas Claras, que a gente deixou ele, ele viu que não era e disse: mas pai, pode voltar, não é aqui, não. Aí começou a cair a ficha de que não era mais, que a nossa raiz

não estava mais plantada. Aí que foi vendo o que a gente tinha perdido.

E, assim como foi visto anteriormente, sobre os impactos da mineração, ela faz uma crítica à indústria mineradora, destacando a sua visão sobre os impactos negativos que essa atividade causa. Ela reconhece a importância econômica da mineração, mas argumenta que ela deveria ser conduzida com maior responsabilidade e menos ganância. Para ela, a mineração representa não apenas a extração de recursos naturais, mas também a destruição da natureza, das comunidades locais e dos sonhos das pessoas afetadas. As atividades extrativistas pressupõem uma ruptura com os ciclos de reprodução da vida (Hernandez, 2023). "Bromélia", então, questiona o que a mineração realmente faz pelo povo, argumentando que os benefícios são escassos em comparação com os danos irreparáveis causados ao meio ambiente e às comunidades locais, muitas vezes deixadas com lama e graves problemas ambientais.

Mineração eu sei que é importante, porque a gente precisa das coisas, mas acho que precisa ser feita com mais responsabilidades e menos ganância. Porque não se importa com a natureza, não se importa com as pessoas. Vai arrebatando tudo. E hoje, para mim, é destruição. Mineração, para mim, é destruição. De tudo, da vida, da natureza, de tudo, dos sonhos e de tudo. É tudo de bom para eles, riqueza e o que deixa para o povo é lama. E isso acontece desde sempre porque eles pegam o dinheiro, desviam dinheiro e o povo fica como? O que a mineração faz para o povo?

Então começa uma nova batalha: o cadastro. "Bromélia" descreve como o cadastro foi elaborado de maneira a excluir os direitos das pessoas, destacando perguntas confusas e inadequadas que dificultavam a qualificação para benefícios. Mesmo não sendo sua responsabilidade e nem sendo paga por isso, "Bromélia", junto com outras pessoas, decide fazer uma reformulação do cadastro, o que exigiu um árduo trabalho por seis meses, em que eles saíam diariamente para realizar um levantamento detalhado de seus bens e condições de vida. Essa experiência foi dolorosa e injusta, pois os critérios estabelecidos não correspondiam à realidade da comunidade.

A confusão gerada pelas exigências do cadastro, como a contagem de itens pessoais, ou a avaliação inadequada de propriedades como casas grandes com múltiplos quartos, provocou frustração e desconfiança,

especialmente quando acordos eram feitos e depois desfeitos na frente do juiz. "Bromélia" enfatiza a injustiça de ter que corrigir constantemente os erros do cadastro sem receber compensação, contrastando com os lucros significativos obtidos pelas partes responsáveis pelo processo. A situação ilustra não apenas a luta por justiça individual, mas também a resistência coletiva contra práticas burocráticas opressivas e desiguais.

O cadastro foi feito para excluir o direito da gente. Tipo perguntava você perdeu equipamento público? Aí ninguém sabe o que é e você diz que não. Mas aí explicaram para a gente, e a escola, igreja, vocês não perderam? Aí, então, a gente entendeu. No cadastro perguntava o que a gente plantava, mas só de coisas que não tinha na região e o que a gente plantava: mandioca, manga, mamão, abacate, não tinha. Nessa reformulação do cadastro, a gente teve que trabalhar de graça por 6 meses. A gente ficava fora todos os dias. Essa reformulação trazia muito sofrimento, porque a gente sentia que estava sendo injustiçada a cada dia. A gente tinha que dizer o que tinha de acordo com os outros tinham, mas que isso não era o nosso. Nós tínhamos panelas enormes, panelão de casa da roça, não são essas aí. Lista de bens, Para fazer...discutimos. E a gente buscando formas de melhorar o cadastro. Eu tive que levar a panela que tinha para mostrar para o povo. Olha o nível da panela que tava na casa.

Aí era assim: 1 sutiã, 2 calcinhas. Ah, então vou ter que lavar calcinhas todo dia? Que lista de bens é essa? A casa, gente, a minha casa era 120m² de construção: são 5 quartos, 2 banheiros, sala grande. Os quartos são grandes, 4x4. Além do nosso quarto, com cama de casal, os outros 2 também com cama de casal e guarda roupa, agora eu vou ganhar uma cama de casal? Mas na minha casa tinha um monte, eram 3. Ai foi dando confusão. Eles concordavam com a gente, aí quando chegava na frente do juiz, eles não concordavam. Aí tinha que argumentar de novo. Aí tive que apelar para o juiz. A gente ficou consertando um trabalho que eles fizeram errado, sem ganhar um real, e o povo deles ganhando 20mil por mês. Mas se a gente não reformulasse, a gente estaria construindo prova contra nós mesmos. O cadastro deles era todo errado.

"Bromélia" relata como foi difícil ser reconhecida como atingida, não só ela, mas toda a sua comunidade, intensificando o trauma e gerando a sensação de aniquilação do próprio ser (Ferenczi, 1982 apud Lindenmeyer, 2017). Então, ao perceber que estava sendo excluída, decidiu fazer algo. A luta pelos direitos e pelo território não é uma luta individual, é uma luta coletiva, portanto, junto com o apoio de toda sua comunidade, foi ser a representante de Paracatu de Cima. O corpo-território torna-se uma conjunção indispensável

para viver e compreender o lugar e, assim, habitar por meio de outra perspectiva (Hernandez, 2023).

Teve uma vez que eles queriam fazer uma reunião para decidir se, eu fazia parte de Paracatu, se o povo de Paracatu de cima fazia parte de Paracatu. E aí umas 4, 5 pessoas gritaram que a gente não fazia parte. E aí eu pensei, agora estamos sozinhos, os sitiante estão sozinhos, gente que coisa horrorosa além de sofrer com esse trem..aí falei para a professora que nos ajudava, eu tenho uma ideia. Ponte do Gama é menor e tem comissão (tem menos pessoas). Se Paracatu de Cima não faz parte de Paracatu de baixo como foi gritado lá, Paracatu de cima não tem ninguém para defender não, eu vou me candidatar e fazer parte da comissão. Aí a companheira falou, oh, você tem direito, sim.

Aí eu comecei, oh são 52 famílias. Aí eu tava chegando com ela um diae falei:ai, meu deus, estou perdida, eu to cansada demais, eu não vou dar conta.não. Mas eu fui pedir para levar de moto e rondamos 49 casas de Paracatu de Cima e todo mundo assinou para mim. E tudo foi em um dia. Aí eu levei o documento com as assinaturas, quando cheguei no espaço da reunião, eu esperei tudo mundo o que tinha que fazer lá e aí eles foram colocando mais mulheres, eu só escutando quietinha, sozinha. Aí mostrei o documento e expliquei que, como a comunidade tinha tido esse racha, a minha comunidade tinha ficado sem ninguém representando. E o presidente da comissão de Paracatu morava em Paracatu de Cima, Aí eu falei: Paracatu de cima não tem representante, eu fiz esse documento para regularizar porque eu vou criar a comissão de Paracatu de Cima.

O povo ficou bravo demais, que eu não tinha direito de fazer isso, que eu primeiro tinha que passar pela comissão. Que a comissão iria avaliar se podia ou não, que eu não era uma comunidade. E tinha gente gritando que realmente Paracatu de Cima não era comunidade. Aí eu falei: oh, agora é minha vez, Peguei o microfone e falei: Para começar eu não preciso pedir permissão para ninguém, porque a minha comunidade foi excluída. A Samarco fez a cabeça do povo aí embaixo e me excluíram. Mas eu nasci e fui criada lá, tenho avós enterrados lá. Se eu não sou de Paracatu, eu sou de onde? Paracatu é uma comunidade e está para ser defendida e defendida por mim. Eu não vim aqui pedir se eu posso ou não, eu vim trazer os meus documentos para mostrar.

Aí terminou a muvuca toda e pensei agora tenho que trabalhar com a cabeça. Eu peguei e olhei: Representante do Gama, de Bento, de Cima ai cheguei perto das 4,4 mulheres, olhei e falei: oh se vc do Gama, você de Bento, eu ficamos lutando sozinha não vai dar não. Vamos juntar todo mundo e fazer zona rural que aí é não é só um lugar. Nós somos tudo da roça, somos zona rural. Ai as4 toparam na hora, aí é que nós fizemos uma bagunça boa. E, com mulheres, era mais fácil para gente lutar e mulheres são mais inteligentes kkkkkk. Era mais fácil

conversar com as mulheres, elas iam me entender, porque os homens que faziam parte, não iam aceitar juntar com nós, nunca.

As falas de “Bromélia” relatam como ela mobilizou-se para formar uma comissão própria, enfrentando resistência e críticas. Ela percorreu as casas, obtendo o apoio de sua comunidade e apresentando documentos que legitimavam sua posição. Diante da hostilidade e da tentativa de silenciamento, Bromélia ergueu-se com determinação, defendendo sua ancestralidade e conexão profunda com Paracatu, refutando qualquer negação de sua identidade e pertencimento. Ao unir-se a outras mulheres, ela fortaleceu uma aliança poderosa na defesa dos territórios rurais e na resistência contra a exploração minerária, onde não pôde separar a dor da sua expressão (Das, 2020), onde luta se torna identidade (Hernandez, 2023). A estratégia demonstrou a eficácia da solidariedade feminina na luta por justiça ambiental e social, desafiando as estruturas de poder tradicionalmente dominadas por homens e reafirmando o conceito de corpo-território: um corpo nunca é só “um”, mas o é sempre em relação com os seres e, também, com o território. E que tudo o que fazemos em prol da natureza, fazemos em prol de nós mesmos (Gago, 2020).

Ao ser perguntada sobre futuro e sonhos, ela se vê sem:

Depois de tanto tempo, eu nem sei se tenho sonho mais. Eu quero, em um primeiro momento, ficar livre desse processo. Eu quero retomar a minha vida, mas não posso.

O desastre deixou um rastro de destruição profunda na vida de “Bromélia”, impactando-a em múltiplas camadas de sofrimento que vão além do físico e material. A violência e o trauma experimentados, a perda dos laços familiares e comunitários, além da desterritorialização de sua comunidade, são feridas que continuam a reverberar. Segundo Peter Levine (2012), o ser humano traumatizado vive no limbo, sem se reengajar na vida de forma plena. Ele se sente preso e assustado. Essa experiência devastadora não apenas abalou sua segurança e estabilidade emocional, mas também minou sua capacidade de sonhar, deixando-a incapaz de vislumbrar perspectivas para o futuro. Paulo Freire (2014) nos lembra que sonhar é imaginar horizontes e sonhar coletivamente é assumir a luta pela construção de possibilidades, onde

a perda da capacidade de sonhar é, também, a perda da própria existência. O desejo inicial de "Bromélia" é libertar-se do processo de luta e reconstrução, ansiando pela retomada de uma vida que, embora desejada, parece inalcançável diante das adversidades impostas pelo crime-desastre socioambiental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve por objetivo compreender os impactos do crime-desastre socioambiental em Mariana, na vida de mulheres atingidas: em sua identidade, cotidiano e em seus fazeres, além do entendimento sobre como elas estão nesse processo de reconstrução após o rompimento da Barragem do Fundão, por meio de suas histórias orais.

O primeiro ponto que destaco é a complexidade em que a situação se encontra quase nove anos depois e a fragilidade do campo, com o esgotamento do tecido social e a exaustão das sujeitas da pesquisa. Tudo isso trouxe um desafio a mais e me fez refletir qual era o meu compromisso ali e como deveria ser a minha atuação como pesquisadora e no contato com as participantes. Sabia que fazer uma “pesquisa com” a outra e não sobre a outra, que não se baseasse em um “modelo extrativista” de dados e informações, mas sob o paradigma do cuidado, da responsabilidade e da ética, era essencial. O campo ainda apresentava uma ferida aberta do trauma coletivo, onde as pessoas tinham muita dificuldade de falar sobre, pois falar era reviver a dor e o trauma. Então, fui percebendo que havia uma resistência em aprofundar o tema e que um limite estava sendo dito, onde elas não queriam falar dar dor, mas de novos caminhos. Portanto, foi uma escolha metodológica não ir além desses limites que estavam sendo colocados, pois isso seria retraumatizá-las para além do que já acontecia no dia a dia.

Além de ser uma escolha consciente deixar as entrevistas mais abertas e não diretivas, permitindo que as participantes pudessem contar as suas histórias a partir de suas escolhas e vontades. Lidar com o trauma tem a ver com acolher, escutar os limites que o outro está dizendo de diferentes formas e aceitar o ritmo que se apresenta. E, para mim, era muito importante ser respeitosa em relação a esses limites e assim, ocupar o lugar que me foi dado e aprofundar dentro do que me foi permitido. Lembrando que eu entrei em contato com treze mulheres por telefone e mais três, diretamente, ao vivo, totalizando dezesseis mulheres. Além das quatro que participaram, três disseram sim, mas depois desistiram, duas de pronto disseram que não queriam. E as outras sete me responderam até eu falar do motivo do meu contato. Quando eu explicava que estava fazendo uma pesquisa e queria ouvir as suas histórias, elas pararam de me responder.

O trauma está presente no campo e nas mulheres, e entendo o quanto pode ter gatilhos e ser difícil falar. Para mim, também não foi fácil e ressalto que em vários momentos, tive dificuldades em entrar em contato e escrever. E, então, percebi que na primeira vez que classifiquei os dados, não trouxe alguns apontamentos e compreensões que foram inseridos depois, porque essas dores também atravessam meu corpo. Esses traumas, mesmo não acontecendo em mim, lembravam os meus, as minhas necessidades de autocuidado e formas de lidar com a vida. Assim, foi necessário, olhar, “reolhar”, sentir e rever os dados, para conseguir dar lugar e nomear essas dores, e correlacionar o que eu vivi nesse campo, com essas mulheres e com tudo o que eu li.

Reforço, também, e como visto anteriormente, que o número de catástrofes só aumenta no Brasil e depois do crime-desastre socioambiental em Mariana, podemos destacar: o desastre em Brumadinho em 2019; no mesmo ano, a mina do Gongo Soco, em Barão de Cocais, chegou ao limite do rompimento e as pessoas tiveram que ser retiradas de suas casas; o rompimento de parte da mina 18 em Maceió, em 2023, e o desastre no Rio Grande Sul devido às intensas chuvas em 2024. Lembrando que os desastres não são naturais, mas sim, provocados pela ação humana. Portanto, o rompimento da Barragem do Fundão não é um caso isolado, ele é fruto de uma estrutura colonial exploratória que marca as localidades por meio da colonialidade de poder, saber e ser. Além de promover a violência institucional e o sofrimento social desde o primeiro momento: com alienação da população sobre o que é a Barragem e seus impactos, passando pela sirene que não tocou, fazendo com que os próprios moradores tivessem que se mobilizar para se protegerem, e que não termina, mas é prolongado por todos esses anos através da falta de informação, da dificuldade ao acesso aos direitos mínimos e básicos, além de estimular a desconfiança e o conflito dentro das comunidades, como verificado nas entrevistas.

Gostaria de ressaltar também, que em nenhum momento as companhias foram a público se responsabilizar, nem explicar a situação, gerando desentendimentos e fazendo com que a população de Mariana confundisse privilégio com direitos, agravando ainda mais a situação das atingidas e dos atingidos. Sendo que para as mineradoras, os desastres não se constituem em

prejuízos, mas passam a ser vistos como oportunidades para gerar valor para empresa. E o que vimos, foi o capitalismo do desastre, o racismo ambiental e as injustiças sociais, além de um somatório de violências de gênero. Um modelo que destrói territórios, sonhos e vidas.

Durante o trabalho de campo, percebi que o clima predominante era de cansaço permeado por sentimentos de tristeza, raiva e descrença. Lembro das mulheres que optaram por ficar em silêncio e não participar da pesquisa. Elas também estavam dizendo algo, pois o silêncio diz muito e pode ser encarado como forma de resistência e, assim como os sujeitos são produzidos no discurso e pelos discursos, eles também podem ser produzidos pelo silêncio, já que determinadas violações muitas vezes não podem ser verbalizadas na vida cotidiana. Portanto, muitas vezes esse silêncio é uma estratégia de sobrevivência, então, o silêncio dessas mulheres conta uma história de dor e exclusão.

Todas as histórias relatadas frisaram o sentimento de “bem viver” antes do rompimento. Um modo de vida em harmonia com a natureza, que reforçava os vínculos, os afetos, as trocas solidárias e a relação de subsistência com o território. As comunidades eram, para essas mulheres, locais de reconexão consigo, com seus familiares e antepassados. A simplicidade de quem precisava de poucos recursos materiais para viver com alegria e bem-estar. Uma vida baseada nos encontros, onde elas estavam entrelaçadas e só podiam viver plenamente em comunidade. Portanto, elas tinham a sua identidade constituída pela sua relação com o território e o seu modo de vida, onde tinham orgulho e apreço. Para elas, a relação com a terra não era de extração, mas de conexão e harmonia, representada pela disposição das casas, as conversas com os vizinhos, as crianças brincando livremente. Essas mulheres que tinham a comunidade como local de pertencimento querem retornar aos seus lares.

Em Mariana, a cidade que tem nome de mulher, a violência sofrida é múltipla, complexa e duradoura, onde reparar, reassentar e indenizar são ações mínimas a serem efetuadas, pois as mulheres viram seus modos de vida chegarem ao fim abruptamente. E o que vimos foi que junto com a perda física das casas e dos territórios, elas vivenciam um intenso sofrimento emocional causado pela perda do sentido de lugar e de referência; a perda da sensação

de pertencimento, dos refúgios pessoais e coletivos; a perda de identidade individual e coletiva; perda de liberdade, dos sonhos e do bem viver. O afastamento de amigos, vizinhos, conhecidos e parentes alterou suas formas de socialização, compartilhamento de alimentos e hábitos cotidianos que proporcionavam uma sensação de conforto e bem-estar. Elas perderam o que lhes dava sentido e segurança, causando a total desestruturação de seus cotidianos, desenraizamento e vazio existencial. Desse modo, as suas vidas tiveram que ser remodeladas compulsoriamente e elas continuam passando por crimes, quando suas necessidades não são consideradas.

Para além de todas as perdas materiais, é também sobre a escolha de todo um modo de vida de mais 300 anos que se perdeu. A lama chegou arrasando tudo: engoliu casas, desfez estradas, diluiu vidas e sonhos, chegou até a alma e deixou marcas irreparáveis. E nesse anagrama em que alma e lama se entrelaçam, como se indeniza a alma?

E assim, a reparação tem sido um verdadeiro campo de batalhas e uma sucessão de violências contra as mulheres. A falta de informações precisas, a demora no processo e nas entregas das casas, e o não retorno dos modos de vida, têm prolongado o sofrimento. O cadastramento e a tentativa de silenciamento, quando elas não foram reconhecidas como atingidas juntamente com suas atividades para receber o auxílio emergencial, refletiram a visão patriarcal, machista e limitada da empresa, reforçando as desigualdades de gênero, onde apenas os homens foram validados como chefes de família e priorizados no processo, além de fazer com que os próprios moradores reestruturassem o cadastro para que, então, eles pudessem ter seus direitos garantidos. Isso levou a uma exaustiva rotina, com muitas viagens, reuniões e luta pelos direitos mínimos. E toda esta situação resultou em uma tripla jornada de trabalho para as mulheres: jornadas de trabalho não pago.

É importante destacar, e também uma vitória das mulheres que lutaram pelos direitos, que a Defensoria Pública do Espírito Santo (DEPS, 2024) reconheceu que houve discriminação de gênero no crime-desastre socioambiental em Mariana, fazendo com que a Fundação Renova revise o cadastro de todas as mulheres.

Reforço que a saúde ou doença são reflexos da nossa relação com o mundo que habitamos e que surge da coesão social, dos laços comunitários e

da solidariedade. Portanto, conexão é saúde, e a violação da natureza e do território é também uma violação das mulheres e seus corpos. Consequentemente, essas mulheres sentiram em seus corpos as afetações das violações vivenciadas em suas comunidades de origem que faziam dos territórios suas moradas de corpo e alma. As lembranças presentes em seus discursos mostram que elas ainda se sentem muito ligadas às suas vidas do passado, em que suas memórias, afetos e identidades são constituídos a partir desta relação com o território e o quanto é difícil e dolorosa essa “nova vida”, árida na cidade. Onde elas viveram modos violentos de segregação e discriminação, sendo que é importante dizer que as práticas discriminatórias são resultados de posturas institucionais das empresas mineradoras responsáveis pelo rompimento.

Toda a situação deixou marcas que influenciam até hoje o dia a dia e a motivação para a vida, pois produz bloqueios que se estendem à existência, já que o que dá sentido ao mundo ficou abalado. Sentimentos de raiva e tristeza são decorrentes da humilhação social, subalternidade, exclusão, desigualdade e diminuição da confiança. E aqui cabe dizer que a falta de moradia é também um estado emocional. E se as injustiças fazem acender a raiva, é preciso olhar para ela, a raiva que vem de um corpo violado, da exclusão e segregação, dos preconceitos, pois ignorá-la é pactuar com essa violência, colonialidade e com o patriarcado heteronormativo. E as mulheres que precisavam de acolhimento, estavam sofrendo mais violência e, ainda assim, tiveram forças para lutar. Então, elas transformaram a raiva em luta. E a raiva se tornou um ato político. Desta forma, essas mulheres que continuam lutando por si e por todas as outras, se tornaram protagonistas em prol da luta coletiva. Uma luta pela vida e re-existência como uma nova identidade que surge, na qual se entende que o território e corpo são inseparáveis. Então, elas desenvolveram um feminismo decolonial e comunitário, pois criaram um movimento político na prática, sem a preocupação com o campo teórico, mas conectadas com as necessidades reais de cada atingido e do território. Podemos dizer que é a decolonialidade acontecendo na práxis.

Portanto, ressalto que em situações de desastre é importante realizar uma reparação psicossocial que leve em conta os traumas, com programas integrativos e que previnam a re-traumatização. As práticas informadas sobre o

trauma priorizam a construção de confiança, a transparência e a conexão social para reduzir o impacto do trauma, em que os membros da própria comunidade são vistos como participantes ativos no processo.

Relembro que esta pesquisa buscou superar a visão hegemônica e individualista e trazer uma visão feminista e decolonial para os estudos dos desastres. Além de buscar ampliar a discussão para promover mais conscientização e transformações, pois as histórias precisam ser contadas, compartilhadas e escutadas, para que, cada vez mais, nós mulheres possamos nos apropriar delas e, assim, criarmos outras formas para lidar com traumas, individuais e coletivos. E assim, poderemos voltar a sonhar. Mas, para voltar a sonhar, precisamos reconhecer as dores das pessoas impactadas; permitir o espaço de luto; dar lugar, inclusive, ao indizível e criar espaços de acolhimento, para que, então, após lidar com o trauma, essas mulheres e tantas outras possam voltar a sonhar e viver o bem viver que antes existia.

Por fim, chego até aqui com uma mistura de sensações, pois me indigno junto às dores destas mulheres que sofreram incontáveis violências e injustiças. E sem querer romantizar o sofrimento, também me inspiro com tanta força e re-existência, ao ver que o choque e o trauma se transformarem em uma potente luta feminista que defende os direitos de todas, todos, todes e do território. Uma potência que surge do meio das ruínas, da comunidade para a comunidade, em sonhos e ações coletivas. Sigo, então, com o compromisso de retornar a Mariana e me reunir com essas mulheres, como forma de devolutiva do trabalho realizado. Além da expectativa de que as pesquisas futuras possam cada vez mais dar espaço aos saberes tradicionais e às vozes silenciadas, como também estarem alinhadas com as necessidades e desejos dos participantes, para que assim, eles se sintam parte do processo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- ACOSTA, V.G. La historia Del concepto de desnaturalizacion de desastres. **Ver. C&Trópico**, v. 45, n.2 p., 2021.
- ACOSTA, V.G. Vulnerabilidade e desastres: Gênese e alcance de uma visão alternativa. In: Mercedes González de la Rocha e Gonzalo A. Saraví (coords.), **Pobreza e vulnerabilidade**: debates e estudos contemporâneos no México, Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social, México, pp. 212-239, 2018.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ACSELRAD, H. et al. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2018.
- ALMEIDA, M. Diferença salarial entre homens e mulheres é de 20% e pode chegar a 50% para mulheres negras. **Isto é dinheiro**. São Paulo, 2024 Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-e-de-20-e-pode-chegar-a-50-para-mulheres-negras/> Acesso em: 18 set. 2024.
- ANM arrecada mais de R\$ 6,8 bilhões de royalties da mineração em 2023. **Agência nacional de mineração**. Rio de Janeiro, 2023 Disponível em <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/anm-arrecada-mais-de-r-6-8-bilhoes-de-royalties-da-mineracao-em-2023> Acesso em: 6 de jun. 2024.
- Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Minas gerais. 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf> Acesso em: 9 de dez. 2021.
- Atingidos na tragédia de Mariana buscam apoio contra depressão. **Agencia Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/atingidos-na-tragedia-de-mariana-buscam-apoio-contradepressao> Acesso em: 19 de maio de 2024.
- ARÁOZ, H. **Mineração, genealogia do desastre**. São Paulo: Elefante, 2020.
- ARÁOZ, H. “Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones”. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 34, pp. 11-43, 2013.

ARAÚJO, F., COSTA, L. & GONÇALVES, L. Impactos psicossociais dos desastres de mineração em Mariana e Brumadinho: uma revisão integrativa. **Psicologia e Saúde em debate**, v.8, n.1, 2022.

ARIYABANDU, M. Sex, Gender and Gender Relations in Disasters. In ENARSON, E., CHAKRABARTI, P. G. D. **Women, Gender and Disaster: global issues and initiatives**, SAGE Publications India Pvt Ltd, 2009.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** 2013 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

Bancada feminina alcança 91 deputadas federais. **Câmara**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1> Acesso em: 13 set. 2024.

BARBOSA, V. L. E. . Dona Augusta: narrativas sobre a resistência de uma mulher no espaço privado. In: Anais Eletrônicos do XV Encontro Nacional da história oral. **Narrativas Orais, Ética e Democracia**, 2020.

BARRIOS, R. E. **Governing affect: Neoliberalism and Disaster Reconstruction**. Lincoln: Univ. de Nebraska Press, 2017.

BARRY, S. A. Rebounding from trauma. **APA**, v.46, n.6, 2015. Disponível em: <https://www.apa.org/monitor/2015/06/pc>

BARSTED, L., L. **O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil**. In Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento, organizado por Cecília Maria Sardenberg e Márcia Santana Tavares, 17-40. Bahianas Collection, vol. 19. Salvador: Edufba. 2016.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: Alta Mira Press, 2005.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. *Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling*. **Sociological Methods and Research** v. 10, n. 2, p. 141-163, Novembro de 1981.

BRANCO, A. Women responding to drought in Brazil. In ENARSON, E., CHAKRABARTI, P. G. D. **Women, Gender and Disaster: global issues and initiatives**, SAGE Publications India Pvt Ltd, 2009.

Boletim Mensal junho 2024. **Agência Nacional da mineração (ANM)**. Rio de Janeiro, 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt->

br/assuntos/barragens/boletim-de-barragens-de-mineracao/boletim-mensal-junho-2024 Acesso em: 7 jul. 2024.

BORTOLON, P. **A Samarco e o desastre de Mariana (MG):** um estudo em apresentaçãossociais a partir da perspectiva dos ex-funcionários da Samarco. Dissertação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

CAMARGO, A. Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando coM dados. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.5-28, 1984.

CARITAS. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/CspByHLOCXg/?img_index=3 2023 acesso em 01 de julho 2023.

CARVALHO, M. M. ; OLIVEIRA, S. Aspectos psicossociais em desastres socioambientais de origem geoclimática: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate** , v. 44, p. 334-352, 2020.

Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

CENTEMERI, L. TOPÇU, S.&BURGESS, J.P.**Rethinking post-disaster recovery:** Socio-Anthropological Perspectives on Environmental Repair. Londres: Routledge, 2021.

COELHO, T. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero.** **Intratextos**, n. 3, pp.128-146, 2012.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo editorial, 2021.

Comunidade de Paracatu de baixo escolhem terreno para reconstrução. **Globo 1 (G1)** . Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/09/comunidade-de-paracatu-de-baixo-escolhem-terreno-para-reconstrucao.html> Acesso em: 2 de jun. 2024.

CORADIN, C. ; OLIVEIRA, SIMONE ; GUEVARA, M L A . Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde. **Ciencia & Saude Coletiva** , v. 29, p. 1-10, 2024.

CORREIA, M. C. A Observação Participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, 13(2), 30-36, 1999.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins:** Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6, pp. 1241-1299, 1991.

DAS, V. **Vida e palavras**: a violência e a sua descida ao ordinário. São Paulo: UNIFESP, 2020.

DAS, V. Violence, Gender and Subjectivity. *Annual Review of Anthropology*, 37, pp.283-99, 2008.

DAS, V. **Sujetos del dolor**, agentes de dignidad . Bogotá: universidad nacional de colombia. Facultad de ciencias humanas: pontificia universidad javeriana. Instituto pensar, 2008a.

DAS, V. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on contemporary India. Oxford University Press: Oxford ,1997.

DAS, V. **Violence and the work of time**. Ponencia presentada en la Universidad de Edimburgo en la Conferencia sobre Fronteras, octubre 5-7, 1996.

DAS. V. **Composition of the personal voic**. Violence and migration". En *Studies in History*, 7, (1), 1991.

DAS, V.& NANDY, A. Violence, Victimhood, and the Language of Silence. **Contributions to Indian Sociology**, v.19, n.1, PP. 177-195, 1985.

DE LACADENA, M.(2019). Um convite a viver juntos: fazendo do “nós complexo”. **Humanidades Ambientais**, 11(2),477-484.

DER KOLK, B. **O corpo guarda as marcas**: cérebro, mente e corpo na cura do trauma. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

DIAS, L. **O “Acordão de Mariana”**: solução do quê e proteção de quem?Dissertação de Mestrado. Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS.Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2017.

EISENMAN, D,P. ERRET, N. A., ROSENBERG, H. **Working with Disaster-Affected Communities to Envision Healthier Futures**: A Trauma-Informed Approach to Post-Disaster Recovery Planning. *Environ. Res. Public Health*: V 19, 2022.

ENARSON,E., **Through women’s eyes: a gendered research agenda for disaster social science**. *Disasters*, 22(2),p. 157–173, 1998.

ENSOR,M. Gender mattersinpost-disaster reconstruction. In **The legacy of Hurricane Mitch**: Lessons from post-disaste reconstruction in Honduras. University of Arizona Press, EUA, p. 129-155, 2009.

ESCOBAR, A. **Senti pensar com La tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA,v. 4, 2014.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: Lugar, movimientos, vida, redes. Editorial Universidad Del Cauca, 2010.

FALS BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FARIA, M., BOTELHO, M. O Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, MinasGerais, Brasil: a Incubação de um Acidente Organizacional. **Revista Portuguesa de Saúde ocupacional**, 2018. Disponível em: Doi: 10.31252/RPSO.01.06.2018.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cad. EB APE.BR**, vol. 11, n. 4, p. 569-587, 2013.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres corpo e acumulação. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, M. A.S. As emoções na luta política: um debate mais que necessário. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** V.41, 2023.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FERNANDES, F.R.C., ARAUJO, E.R. **Mineração no Brasil**: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica...** Rio de Janeiro: CETEM/CICP, p.65-88, 2016.

FIGUERÔA, S. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de suas histórias na Colônia e no Império (séculos XVIII-XIX). **América Latina em la Historia Económica**, v. 1, n. 1, p. 41-55, 1994.

FONTES, R; DE PAULA, A.M. N. **Entre mundos**: a colonialidade no rompimento da barragem de fundão em Mariana/MG. Sentidos e percepções dos Krenak. **PerCursos**, v. 22, n.48, p. 233 - 260, 2021.

FORDHAM, M. Making women visible in disasters: problematizing the private domain. **Disasters**, 22(2), p. 126–143, 1998.

FOTHERGILL, A. Gender, Risk, and Disaster. **Journal of Mass Emergencies and Disasters**. 14(1), p. 33-56, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAGO, V. **A Potência feminista**, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

FREITAS, C. et al. Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres. **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40925> Acesso em: 6 jun. 2024.

García-Torres, M., et al. **Mapeando el cuerpo territorio: Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**, Quito, 2017.

GAULEJAC, V. Histórias de Vida e escolhas teóricas. **Les Cahiers Du Laboratoire de Changement Social** (vol.1, pp. 32-45). Université de Paris 7, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. **Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Biblioteca Nacional de Portugal, Coimbra, 2009.

GUDYNAS, E. *Extractivismos em America Del Sur y sus efectos* derrame. **La Revista**, n. 76, pp. 13-23, 2015

GUDYNAS, E. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**: contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. In: "Extractivismo, política y sociedad", varios autores. CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Quito, 2009.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino eo privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 7-41, 1995.

HERCULANO, S. Desastres ambientais, vulnerabilidade social e pobreza. **Revista Nova América**, v.7 n.111, 2006.

HERNANDEZ, D. T. **Corpos, territórios e feminismos**. São Paulo: Elefante, 2023

HIRATA, H. Gênero, classe e raça-Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v 2, p. 73-103, 2014.

HOOKS, B. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo: Elefante, 2022.

HUNZICKER, A. C. **O Rompimento da barragem de Fundão**: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação e Docência. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2019.

ISOKE, Z. **Urban Black women and the politics of resistance**. EUA: *Transforming Anthropology*, 2013.

Justiça reconhece discriminação de gênero cometida no desastre da Samarco. **Defensoria Espírito Santo (DEPS)**. Espírito Santo, 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.es.def.br/justica-reconhece-discriminacao-de-genero-cometida-no-desastre-da-samarco/> Acesso em: 20 de ago. 2024.

KAWAGUTI, L. & SENRA, R. Índios fecham ferrovia da Vale em MG em protesto contra 'morte de rio sagrado. **BBC**, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151114_mg_protesto_indios_rs_lw_rb Acesso em: 6 jun. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEINMAN, A., DAS, V & LOCK, M. **Social suffering**. Los Angeles: University of California Press, 1997.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**, Companhia das letras, 2020b.

LACAZ, F., PORTO, M., PINHEIRO, T. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso dorompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Rev. Bras. Saude Ocup.** v. 42, n. 9, 2017.

LEVINE, P. **Uma voz sem palavras: Como o corpo libera o trauma e restaura o bem-estar**. São Paulo: Summus editorial, 2012.

LINDENMEYER, C. O traumatismo, de Freud a Ferenczi. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 49.1, pp. 180-208, 2017.

LISBÔA, N. & PASSOS, M. C. Rompimento da Barragem de Fundão: uma perspectiva decolonial. v.6, n.2, 2022.

LITJMAER, R.M. Social trauma, nostalgia and mourning in the immigration experience. **American Journal of Psychoanalysis**: v 82, pp. 305–319, 2022.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudo Feministas**, v.22, p. 935-952, 2014.

LUGONES, M. Colonialidad del Género. **Tabula Rasa**, 9, 73-101, 2008.

Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil. **Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em:

<https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=resumo> Acesso em: 8 dez. 2023.

Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no país. **Câmara**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/> Acesso em: 13 set. 2024.

MARQUES, P. M.; GENRO, M. E. H. Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, 2016.

MARTÍN - BARÓ, I. **Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño**. Em Martín-Baró, I. (Org.), *Psicología social de la guerra* (3ª ed., pp. 234-247). San Salvador: UCA Editores, 2000.

MARTIN-BARÓ, I. Psicología Política Del Trabajo em América Latina. **Revista de Psicología de El Salvador**, v.8 ,n. 31,p. 5-25, 1989.

MARTINS, A. Nos tempos do desastre: Itinerários e testemunhos da violência em Mariana, Minas Gerais (Brasil). **Revista eletrónica dos Programas de Doutramento do CES/Universidade de Coimbra** N°21, 2020.

MARTINS, J. & BICUDO, M. A. V. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes/EDUC, 1989.

MAYUMI, M. et al. Hóspedes Incômodas ou Bem Vindas? As Emoções em um Órgão Público de Minas Gerais. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 15, n.1, 2023.

MAYUMI, M. **Reciclando a crítica nos estudos organizacionais: as tecnologias de gestão colaborativa no contexto da associação Astriflores**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MERCHANT, C. **The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution**. EUA: California: Harper One, 1990.

MIES, M., SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Luas, 2021.

MIGNOLO, W. D. **Retos decoloniales, hoy**, In: BORSANI, M; QUINTERO, P. (Comps.) Los desafios decoloniales de nuestros dias: pensar em colectivo. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional Del Comahue, 2017.

MIGNOLO, W. D, WALSH, C. E. **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Carolina do Norte, EUA: Duke University Press Books, 2018.

MILANEZ, B., LOSEKANN, C. **Desastre no Vale Do rio Doce**: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio digital, 2016.

MINAYO, M.C.S(ORG.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 1993

MONICO, L. et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas, Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**. (3), p.724-733, 2017.

MORAES, M.de. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, FINEP, 1994.

MOSCOVICI, S., **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTA, E. et al. **Caterização demográfica e socioeconômica da população atingida pelo rompimento da barragem do fundão**. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2813>, 2017.

MOTTA, G. **Saúde psíquica e trabalho**: o caso do rompimento da barragem do Fundão em Mariana/MG, 2021.

MPF , 2016 Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>, Acesso em: 13 de fev. 2022.

NEVES, M. et al. **PRISMMA** Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n.2, p. 466-485, 2017.

OLIVEIRA, S. et al. De Nosso Território Sabemos Nós: experiência de cartografia social para emergências e desastres. **Ciencia & Saude Coletiva** , v. 26, p. 4579-4590, 2021.

On the scene after disaster strikes. **American Psychological Association** (APA). EUA, 2007. Disponível em: <https://www.apaservices.org/practice/update/2007/12-13/> Acesso em: 19 maio de 2024.

PAULO, P. Mesmo mais escolarizadas, mulheres ganham 21% menos que homens; desigualdade maior é na ciência, aponta IBGE. **Globo (G1)** Rio de Janeiro, Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/08/mesmo-mais-escolarizadas-mulheres-ganham-21percent-menos-que-homens-desigualdade-maior-e-na-ciencia-aponta-ibge.ghtml> Acesso em: 13 setembro 2024.

PEREIRA, V. Feminismo atual é voltado a uma minoria privilegiada, diz filósofa feminista. **British Broadcasting Corporation (BBC)** Brasil, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv211rld5ggo> Acesso em: 2 de jun. 2024.

PINHEIRO, M. Women, Vulnerability, Resilience and Natural Disasters: Interview with Marta de Araujo Pinheiro. **Sciences Po**, 2020.

QUADROS, L. **O rompimento da barragem do fundão: percepção socio ambiental e análise da vulnerabilidade social da população de Bento Rodrigues- Mariana – MG –Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Geografia. Universidade Estadual Paulista, 2019.

Quase 60 pessoas morreram sem ver distrito reconstruído em Mariana, **Agencia Brasil**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/quase-60-pessoas-morreram-sem-ver-distrito-reconstruido-em-mariana> Acesso em: 19 maio 2024.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 39, n.3, pp. 272-286, 1987.

RANGEL, T. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 2, P. 129-141, 2016.

Recovering emotionally from disaster. **American Psychological Association** (APA). EUA, 2013. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/disasters-response/recovering> Acesso em: 19 de maio 2024.

REINSCH, S. A Part of me is Gone': Learning Disaster Stress from Women Farmers in Canada. In ENARSON, E., CHAKRABARTI, P. G. D. **Women, Gender and Disaster: global issues and initiatives**, SAGE Publications India Pvt Ltd, 2009.

Relatório Fórum Econômico Mundial. **World Economic Forum**. Suíça, 2023 Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR23_news_realease_PT.pdf Acesso em: 3 de dez. de 2023.

REMMERS, A. *Attachment, trauma and ways to inner confidence in positive psychodynamic therapy*. **Global Psychotherapist**. V.3, n.2, 2023.

REZENDE, E. ; PORTELLA, S. ; OLIVEIRA, S. . O Rejeito e suas diversas marcas: saúde dos trabalhadores da defesa civil no rompimento da barragem de Fundão. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 272-283, 2020.

RICOEUR, P. *Mémoire: approches historiennes, approche philosophique*, **Le Débat**, n. 122, p. 41-61, 2002.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

RIVERA, P. Feminismo de base comunitária no conjunto de favelas da Maré (RJ): Uma análise de iniciativas que discutem questões de gênero. **Revistas Debates Insubmissos**, v1, p.110-142, 2018.

ROJAS, C. M. **O rompimento da barragem de rejeitos do Fundão e a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2020.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROSA, D. D. **Violências e resistências**: impactos do rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres em Mariana/MG. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em psicologia. Univesidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SAFFIOTTI, H I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v16, pp. 115-36, 2001.

SALDANHA, N. **Por ser mulher: a construção dos estudos de gênero na resposta aos desastres**: o caso da indústria de mineração no Brasil no Século XXI. Tese de doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, N. O desastre de Mariana através do Jornal a Sirene: a emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos. **Revista de arte, e política**. V.15, n.45, pp. 50-76, 2022.

SARDENBERG, C. M. & TAVARES, M. **Introdução**. In Violência de gênero contramulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento, organizado por Cecília Maria Sardenberg e Márcia S. Tavares, 7-16. Bahianas Collection, vol. 19, 2016.

SEGATO, R. L. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madri: Traficantes de sueños/Tinta Limón, 2016.

SEGATO, R. L. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el Árbol, 2014.

SEGATO, R. L. Território erritório, soberania e crimes de, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(2): 256, 2005.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SILVA, A. P. **O caso de Mariana à luz da teoria da vulnerabilidade social**. Revista deDireitodaADVOCEF.v. 7 n. 23, 2016.

SILVA, A., FAULHABER, P. Bento Rodrigues e a memória que a lama não apagou: o despertar para o patrimônio na (re)construção da identidade no contextopós-desastre. **Scielo**, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0126>, 2020.

SILVA, C. **Subjetividade-corpo-terra-território**: Os impactos psicossociais e a resistência das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da mineração na bacia do rio Doce em Minas Gerais. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, J. Entre montanhas e dores: a dependência da mineração e a vivência do desastre em Mariana–MG. **Revista Abordagens**, v.2, n.1, 2020.

SILVA, M., VIEIRA, D. Discursos e assimetrias na reparação dos danos decorrentes do desastre da barragem da Samarco. **Revista Psicologia Política**. V,19, p.62-83, 2019.

SILVA, P., GOMES, M. A bio-necropolítica das injustiças ambientais no Brasil. **Revista Paradigma**,v. 30, n. 1, P.68-92, 2021.

SOUZA, C. M. Entre múltiplos discursos e enquadramentos: os quadros de sentidos sobre as mulheres atingidas pela Barragem do Fundão em Minas Gerais, 2021.

SPIVAK, C.G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2020.

TEDESCHI, R. Growth after trauma. **Harward Business Review**, 2020
Disponível em: <https://hbr.org/2020/07/growth-after-trauma> Acesso em: 24 de jun. de 2024.

THIOLLENT, M.J.M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1982.

THOMAS, D. et al. Social Vulnerability to desasters. Routledge: Londres, 2013
VALDÉS, H. A gender perspective on disaster risk reduction. In
ENARSON, E., CHAKRABARTI, P. G. D. **Women, Gender and Disaster**: global issues and initiatives, SAGE Publications India Pvt Ltd, 2009.

VALENCIO, N. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v19n. 9, p. 3631-3644, 2014.

VALENCIO, N. **Vivência de um desastre**: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. In N.

VALENCIO, M. SIENA, V. MARCHEZINI, J. C. Gonçalves (Orgs.), **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009.

VALENCIO, N., SIENA, M. **Gênero e desastres**: uma perspectiva brasileira sobre o tema. *Género, desigualdades y ciudadanía*, 2009.

Vale S.A é o novo “nome oficial” para mineradora. **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)**. Minas Gerais, 2009. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/vale-s-a-e-o-novo-nome-oficial-para-mineradora/> Acesso em: 2 jun. 2024.

Veja como era o pacato distrito de Bento Rodrigues antes da tragédia. **Record 7 (R7)**. Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/fotos/veja-como-era-o-pacato-distrito-de-bento-rodrigues-antes-da-tragedia-11112015/> Acesso em: 2 junho 2024.

VIGH, H. Crisis and Chronicity: anthropological Perspectives on Continuous Conflict and Decline. *Ethnos: Jornal de Antropologia*, v 73, n 1, 2008. P.5- 24.

VIGOYA, V. M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate feminista**, 52 pp. 1-17, 2016.

TSING, A. L. **O cogumelo no fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 edições, 2022.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: Mil Folhas, 2019.

WANDERLEY, L. **Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana**: resultados preliminares e nota. PoEMAS-Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

WERMUTH, M. MARCHT, L. & MELLO, L. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de direito da Cidade**, v.2, n.2, 2020.

WIEST, R., MOCELLINI, J. and MOTSISI, T. **The Needs of Women in Disasters and Emergencies**. Final Report to UNDR Winnipeg, Manitoba: University of Manitoba, 1994.

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Repocs**, v.16, n.32, 2018.

ZHOURI, A., BOLADOS, P.& CASTRO, E. "Introdução". In: **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Anna blume, 2016.

ZHOURI, A. et al O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciencia e Cultura**. v.68 n.3, 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- Conte um pouco sobre você
- Conte como está a sua vida hoje após os sete anos do rompimento da Barragem do Fundão?
- Como foi depois do desastre, a chegada em Mariana? Como foi o processo de se estabelecer aqui na cidade?
- Qual a diferença da vida de antes para a vida de agora?
- Qual é a sua memória lembrança de como era a vida antes?
- Qual é a memória você tem da comunidade e da casa que você morava?
- E conte um pouco como é este lugar, sente falta de algo?
- O que você sente que perdeu? Como lida com isso?
- Como está a sua vida agora em termos da relação com a sua família, comunidade.
- E como é com a Renova?
- Como é a relação com as mulheres da comunidade? E com as mulheres aqui de Mariana?
- Como você se sustenta, trabalha? Como está a sua situação financeira? Como foi e como está agora o amparo da Renova?
- O que você faz de lazer, como sociabiliza?
- E em relação à mineração, qual é a sua primeira memória?
- Como era sua relação com a mineração antes do rompimento e como é hoje?
- Qual é o seu sonho?
- Gostaria de falar mais alguma coisa?

APÊNDICE B – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE)

Entrevistado

Nome:

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Reconstrução psicossocial em Mariana: histórias de vidas das mulheres atingidas, uma perspectiva decolonial**. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

A pesquisa visa compreender os impactos do desastre do rompimento da Barragem do Fundão, na identidade, no cotidiano e nos fazeres das mulheres atingidas e como elas estão nesse processo de reconstrução. Para isso, serão realizadas entrevistas com mulheres que sofreram diretamente com os impactos do desastre. A entrevista é um diálogo onde não existem respostas certas ou erradas. A proposta é escutar os relatos de vida e você está sendo convidada a participar desta pesquisa. Como parte do estudo, sua contribuição será a participação em uma entrevista em que pontos sobre o desastre e seus impactos serão abordados. A entrevista se dará em uma sala com privacidade.

Sua participação na pesquisa, bem como as informações fornecidas, será utilizada de forma a não lhe causar prejuízos ou constrangimento. Caso seja de sua vontade, para a publicação da pesquisa, poderá ser utilizado um codinome que não permitirá a identificação das participantes, para preservar o anonimato de sua identidade.

A entrevista será gravada em áudio e depois transcrita para que os dados sejam apreendidos da melhor maneira. Também serão feitas anotações pela pesquisadora. Somente a equipe da pesquisa terá acesso aos dados (gravação e transcrição da entrevista). As transcrições serão arquivadas pela pesquisadora, ficando uma cópia guardada na sede do Programa EICOS, na

Universidade Federal do Rio de Janeiro, por um período de 5 anos, sendo depois descartadas.

A entrevista poderá causar desconfortos e riscos mínimos, como constrangimentos, às entrevistadas, pois você poderá ter acesso a lembranças de situações delicadas de sua vida pessoal. Os dados coletados nas entrevistas estão restritos, conforme mencionado anteriormente, e poderão, até antes de sua publicação, ser retirados da pesquisa a pedido da entrevistada, caso ela sinta-se invadida ou desconfortável com alguma informação passada, sem a necessidade de justificativa e sem quaisquer prejuízos.

Saliento que não será necessário dar continuidade a qualquer assunto comprometedor ou que possa gerar constrangimento à entrevistada. Sendo assim, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento. Caso seja necessário, a pedido da entrevistada, seu nome poderá ser trocado por um pseudônimo que possa garantir seu anonimato. É importante que saiba que cada entrevista pode durar até 2 horas.

Apesar de a pesquisa não trazer nenhum benefício direto a você, sua participação é fundamental para a compreensão de seus objetivos. É válido destacar que sua participação é voluntária e que você terá liberdade de desistir da pesquisa no início ou durante o processo, sem haver nenhum tipo de penalidade por isso. Você tem, também, a liberdade de recusar a responder a uma pergunta específica.

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar você receberá uma cópia assinada deste Registro para guardar e deverá assinar um termo de consentimento. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

Uma vez que o estudo estiver concluído, você terá acesso aos resultados, por meio de uma palestra a ser agendada para apresentar a pesquisa e pela entrega da dissertação. Se há alguma dúvida com relação à pesquisa, você poderá entrar em contato comigo através do seguinte endereço:

Maria Inês da Rocha Cavalcanti
Programa EICOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus da Praia Vermelha
Av. Pasteur, s/n, Urca
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250
Telefones: 21 986751801
[Email:mariacavalcanti@gmail.com](mailto:mariacavalcanti@gmail.com)

Se você tiver alguma reclamação a respeito de sua participação, ou considera que sua participação na pesquisa lhe trouxe algum dano, por gentileza, entre em contato comigo, com a orientadora responsável ou com o Comitê de Ética, onde essa pesquisa está, através dos dados abaixo. Suas sugestões também são muito bem-vindas.

Dra. Lucimara Rett
Orientadora da Pesquisa
Email:Lucimara.rett@eco.ufrj.br
Programa EICOS
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus da Praia Vermelha
Av. Pasteur, s/n, Urca
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus da Praia Vermelha
Av. Pasteur, s/n, Urca
Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30
Telefone: (21) 3938-5167
Email: cep.cfch@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

Todas as reclamações ou sugestões serão mantidas em sigilo. É importante que as informações aqui contidas estejam claras. Caso tenha alguma dúvida, estamos à disposição para esclarecê-la a qualquer momento. Ressaltamos que sua participação é muito importante para a compreensão dos objetivos dessa pesquisa. Obrigado por ler estas informações.

Se desejar participar deste estudo, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisadora. Você deve guardar uma cópia destas informações e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para seu próprio registro.

1 – Confirmando que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

4 – Recebi a minha via do termo de consentimento.

Assinatura: _____

Nome do participante: _____

APÊNDICE C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Reconstrução psicossocial em Mariana: histórias de vidas das mulheres atingidas, uma perspectiva decolonial.

Pesquisador: MARIA INES DA ROCHA CAVALCANTI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67082623.1.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.947.408

Apresentação do Projeto:

A pesquisadora apresenta o resumo do projeto com a seguinte redação:

"Em cinco de novembro de 2015 ocorreu o maior desastre socioambiental no Brasil. Com o rompimento da barragem do Fundão em Mariana/MG, famílias perderam suas casas, sua fonte de renda e também o seu bem estar. Os impactos são sentidos até hoje pela população atingida. Em uma situação de desastre, a vida das mulheres é impactada de diversas formas, pois elas são as mais vulneráveis socialmente, ao mesmo tempo que desempenham um papel fundamental em suas comunidades e também na reparação pós-desastre. Portanto, esta pesquisa visa compreender os impactos do desastre em Mariana na identidade, no cotidiano e nos fazeres das mulheres das comunidades atingidas. Será realizada uma pesquisa qualitativa, escutando as histórias de vidas destas mulheres, a fim de acompanhá-las para compreender, não somente os impactos, mas também as transformações em suas vidas no contexto pós-desastre".

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são

*Objetivo Primário:

Endereço: Av. Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCB, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CID:** 22.290-340
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.947.488

Compreender os impactos do desastre na identidade, no cotidiano e nos fazeres das mulheres atingidas e como elas estão nesse processo de reconstrução.

Objetivo Secundário:

- Conhecer histórias de vida destas mulheres, que em suas trajetórias reelaboraram seus espaços, adaptando-se às novas dinâmicas sociais;
- Testemunhar e compreender o lugar que o luto ocupa e como elas lidam com a dor;- Compreender as complexidades locais – sociais e psicossociais – ligadas ao território e à identidade vivenciada por mulheres das comunidades atingidas;
- Aprofundar a compreensão sobre a influência dos papéis de gênero e dos novos arranjos sociais na reconstrução pós-desastre;
- Aprofundar a compreensão sobre os desastres no Brasil;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Para as participantes os riscos nessa pesquisa se relacionam com possíveis lembranças de assuntos delicados da vida pessoal. Ressaltamos que as perguntas serão abertas e que elas têm total autonomia para seguir ou não com determinado assunto, como também são elas que definem o quanto querem aprofundar nas questões que surgirão. A participação é voluntária e as entrevistadas poderão interromper a entrevista a qualquer momento, assim como retirar a sua declaração se assim desejarem.

Benefícios:

Esta pesquisa visa ampliar e aprofundar o conhecimento sobre os desastres e o processo do pós-desastre com o foco nas mulheres e nas questões de gênero, a partir de uma visão psicossocial dentro da linha de pesquisa: Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade; em que aborda questões de desenvolvimento e compromissos de sustentabilidade, segundo perspectivas de inclusão social, dinâmicas culturais e construção de cidadania, pensando a ecologia como composição de subjetividades.

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCM, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.260-340
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cap.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.947.488

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em que pese não ser objeto da presente Comissão qualquer análise acerca do projeto que ultrapasse aspectos éticos, há que se ressaltar o mérito da presente pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta a contento seu RCLE, mas deve fazer alterações apresentadas no item referente às recomendações.

Recomendações:

1. Acrescer no RCLE a informação acerca do CEP, conforme modelo guia, a qual propomos a seguinte redação:

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

2. A pesquisadora deve fazer uma revisão no RCLE visto que há erros de digitação no modelo fornecido para análise.

3. Em que pese a apresentação no RCLE dê conta dos riscos, orienta-se que a pesquisadora acresça o termo "riscos mínimos, como constrangimentos..."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2062580.pdf	23/01/2023 14:25:15		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	MariaCavalcanti_CEP.docx	23/01/2023 14:24:35	MARIA INES DA ROCHA CAVALCANTI	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_MariaInesCavalcanti.pdf	06/01/2023 09:27:44	MARIA INES DA ROCHA CAVALCANTI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	CEP_RCLE_MariaCavalcanti.docx	27/12/2022 16:08:23	MARIA INES DA ROCHA	Aceito

Endereço: Av. Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CPOH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA CEP: 22.260-340

UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-6167

E-mail: cep.cch@igmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 3.917.199

Justificativa de Ausência	CEP_RCLE_MariaCavalcanti.docx	27/12/2022 16:08:23	CAVALCANTI	Aceito
---------------------------	-------------------------------	------------------------	------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 16 de Março de 2023

Assinado por:
FERNANDA MARIA DA COSTA VEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CPOH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA CEP: 22.250-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2938-5167 E-mail: cep.cch@gmail.com